

4. Empresas — Registo comercial

LISBOA

LISBOA — 1.ª SECÇÃO

BANCO ESPÍRITO SANTO E COMERCIAL DE LISBOA, S. A.

Sede social: Avenida da Liberdade, 2195, Lisboa

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (1.ª Secção). Matrícula n.º 1607/900914; identificação de pessoa colectiva n.º 500852367; inscrição n.º 16; número e data da apresentação: 19/940509.

Fernanda Maria Tavares, segunda-ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (1.ª Secção):

Certifica, para efeitos de publicação, que as cópias anexas são a reprodução integral dos documentos que serviram de base ao registo da prestação de contas, relativas ao exercício de 1993.

Ficou depositada na pasta respectiva a acta da assembleia geral de 24 de Março de 1994, comprovativa da aprovação das contas.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (1.ª Secção), 17 de Maio de 1994. — A Segunda-Ajudante, *Fernanda Maria Tavares*.

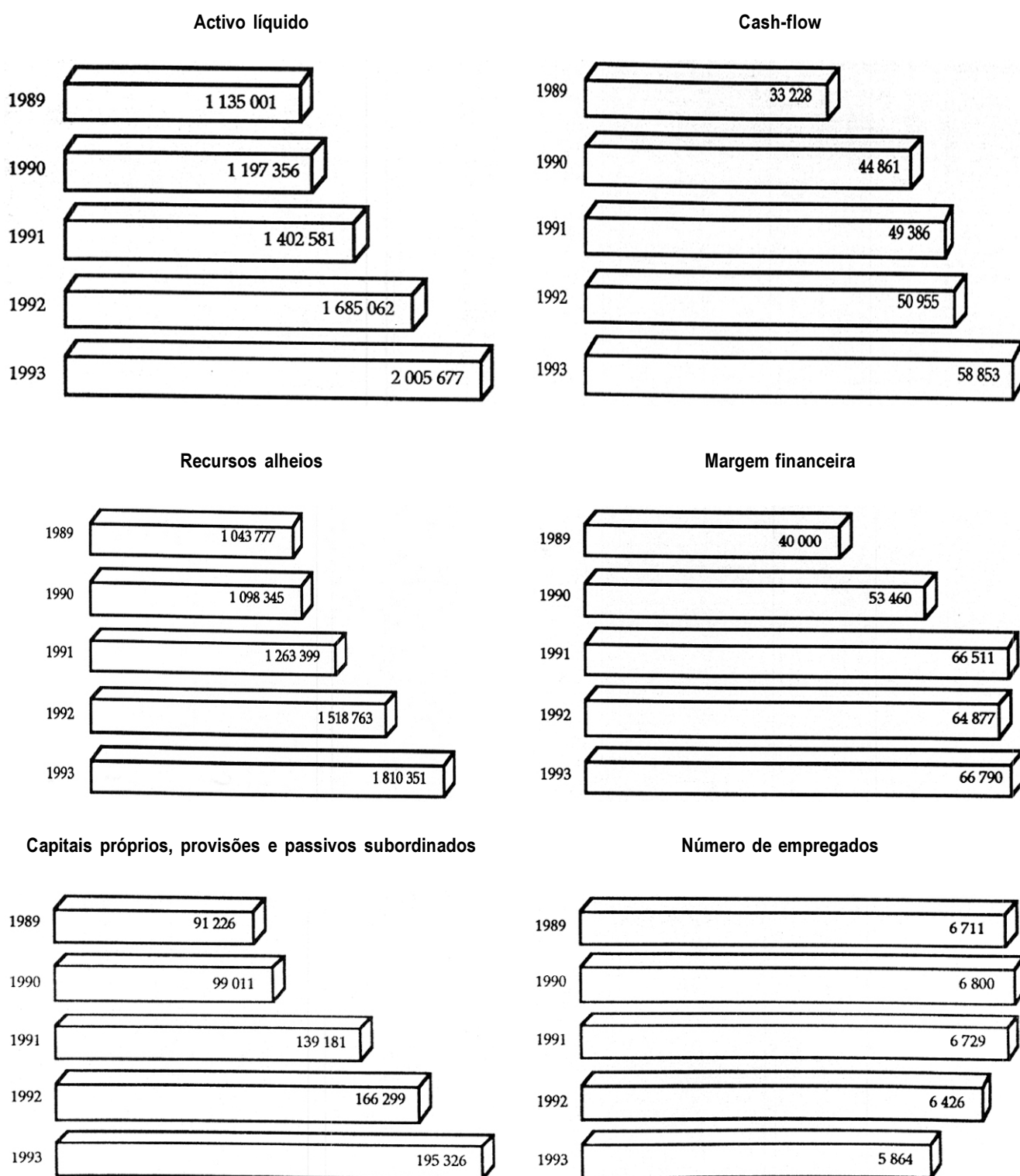
Relatório e contas de 1993

Principais valores e indicadores da actividade

1 — Valores e coeficientes de actividade e meios utilizados

Variáveis	Simbol.	1993	1992	1991
Balanço (milhares de contos.):				
Activo líquido consolidado	ALC	2 057 003	1 742 090	—
Activo líquido do Banco	AL	2 005 677	1 685 062	1 402 581
Capital, reservas e provisões diversas	FP	180 854	161 855	126 154
Activos financeiros médios	AF	1 728 365	1 469 781	1 196 164
Capital, reservas e provisões diversas (média)	FP	168 853	139 267	96 705
Conta de exploração (milhares de contos):				
Margem financeira	RF	66 790	64 877	66 511
+ Serviços bancários	SB	21 954	17 918	12 005
= Produto bancário	PB	88 744	82 795	78 516
+ Resultados extraordinários e reposições	RX	12 670	10 223	5 880
– Custos administrativos	CA	42 561	42 063	35 010
= <i>Cash-flow</i> do Banco	CFB	58 853	50 955	49 386
+ <i>Cash-flow</i> subsidiárias	CFS	2 954	3 062	—
= <i>Cash-flow</i> consolidado	CF	61 807	54 017	49 386
Outros dados:				
Número de empregados	NP	5 864	6 426	6 729
Número de terminais	NT	4 847	3 474	2 875
Número de balcões	NB	271	240	230
Rendibilidade (em percentagem):				
Margem financeira	RF/AF	3,86	4,41	5,56
+ Rendibilidade serviços	SB/AF	1,27	1,22	1,00
= Margem de negócio	PB/AF	5,13	5,63	6,56
+ Margem extraordinária	RX/AF	0,73	0,70	0,49
+ Relevância das subsidiárias	CFS/AF	0,17	0,21	—
– Relevância custos administrativos	CA/AF	2,46	2,86	2,93
= Rendibilidade activo financeiro	CF/AF	3,58	3,68	4,13
× Multiplicador aplicações	AF/FP	10,24	10,55	12,37
= Rendibilidade bruta fundos próprios e provisões	CF/FP	36,60	38,79	51,07
Funcionamento:				
Custos administrativos/produto bancário (percentagem)	CA/PB	47,96	50,80	44,59
Activo líquido por empregado (milhares de contos)	AL/NP	342	262	208
Efectivos por balcão (número)	NP/NB	22	27	29
Activo líquido por balcão (milhares de contos)	AL/NB	7 401	7 021	6 098
Números terminais por empregado (número)	NT/NP	0,83	0,54	0,43

2 — Evolução das principais variáveis da actividade do Banco (milhares de contos)



3 — Dados por acção e indicadores de Bolsa do Banco

	1993	1992	Variação (porcentagem)
1 — Dados de Bolsa:			
1 — Número de acções emitidas (milhares)	66 010	66 010	—
2 — Última cotação (escudos)	2 783	2 485	12,0
3 — Capitalização bolsista total (milhares de contos)	183 706	164 035	12,0

	1993	1992	Variação (percentagem)
2 — Dados financeiros:			
4 — Capital + reservas (milhares de contos)	96 093	89 800	7,0
5 — <i>Cash-flow</i> (milhares de contos)	58 853	50 955	15,5
6 — Resultado (milhares de contos)	20200	17 535	15,2
7 — Dividendo bruto (milhares de contos)	11090	9 680	14,8
3 — Valores por acção:			
8 — Património líquido (escudos) (4/1)	1456	1360	7,0
9 — <i>Cash-flow</i> (escudos) (5/1)	892	772	15,5
10 — Resultados (escudos) (6/1)	306	266	15,2
11 — Dividendo (escudos) (7/1)	168	(a) 161	4,3
4 — Cotação como múltiplo de:			
12 — Património líquido PBV (2/8)	1,91	1,83	—
13 — <i>Cash-flow</i> PCF (2/9)	3,12	3,22	—
14 — Resultados PER (2/10)	9,09	9,35	—
5 — Rendibilidade em relação à cotação:			
15 — Do resultado (percentagem) (10/2)	11,00	10,69	—
16 — Do dividendo (percentagem) (11/2)	6,04	6,48	—

(a) O dividendo por acção refere-se apenas às acções existentes durante todo o ano de 1992.

Mensagem conjunta do presidente do conselho de administração e do presidente da comissão executiva

O ano de 1993 constituiu para o Banco Espírito Santo (BES) um novo marco na sua história, mais do que centenária, ao serviço do país e dos seus clientes. O total do activo líquido ultrapassou 2000 milhões de contos com crescimento de 19% sobre o exercício anterior. Este crescimento, ocorreu numa conjuntura em acentuada desaceleração, condicionada por uma Europa em recessão quase generalizada. Desta forma, como não poderia deixar de ser, não foram objectivos quantitativos que orientaram essencialmente a actividade do vosso Banco mas, ao contrário, a execução metódica do plano de modernização e consolidação iniciado com a privatização. Nesta acção, destacam-se o programa de racionalização das estruturas, a expansão da rede, a actualização dos balcões mais antigos, a implementação generalizada de um moderno sistema de atendimento dos clientes, bem como o lançamento de novos instrumentos de poupança, com particular destaque para os fundos de investimento e para a bancaseguros. Foi também revigorada a acção comercial dirigida aos particulares e às empresas mediante a execução de um programa de incentivos para premiar a *performance*, a avaliar em função, de metas comerciais claras bem como de objectivos de produtividade.

Procedeu-se à encomenda de um novo e completo sistema informático que será implantado ao longo dos próximos três anos.

Continua, a administração determinada em aproximar os níveis de produtividade do BES dos mais elevados padrões existentes no espaço Europeu. Se em 1992, o indicador activo líquido/empregado cresceu 26% relativamente ao ano transacto, em 1993 esse crescimento atingiu 31% ficando assim já percorrida boa parte do caminho para o alvo, fixado em Abril de 1992, de dobrar este indicador em três anos.

Por outro lado, o número de empregados por balcão baixou de 27 para 22, e o coeficiente custos administrativos/produto bancário caiu de 51% para 48%. Os resultados deste esforço não teriam sido possíveis sem uma acção determinada de todos quantos trabalham nesta Instituição. Prevalence no Banco a consciência inequívoca de ser este o caminho certo para enfrentar a concorrência num mercado totalmente aberto aos mais evoluídos bancos internacionais. Terá de ser pela redução dos custos dos serviços que se poderá praticar condições competitivas a propor aos clientes, sem afectar a rentabilidade do BES, em paralelo com sensíveis progressos na qualidade e na eficácia dos serviços prestados.

Relativamente à política de consolidação financeira é de realçar a continuidade de um critério exigente em matéria de provisões, traduzido no seu reforço em cerca de 26 milhões de contos. A totalidade das provisões genéricas e específicas representa 153% do crédito vencido total.

Por sua vez, as provisões para o Fundo de Pensões adicionadas ao Fundo propriamente dito, cobrem 86% das responsabilidades por pensões de reforma, ou seja, o Banco, já atingiu hoje, o nível de cobertura legalmente requerido para 1996.

No final do ano, o *ratio* de solvabilidade consolidado rondava os 11%, bastante acima, portanto, do nível exigido pelas autoridades de supervisão. Para reforço dos níveis de solvabilidade, durante o ano de 1993, foram lançados, com inteiro sucesso, dois programas, sendo um de obrigações de caixa subordinadas no montante de 20 milhões de contos e outro de acções preferenciais no valor de 100 milhões de dólares, através da sua subsidiária Espírito Santo Overseas, Ltd., admitidas à cotação na Bolsa de Nova Iorque. Fomos, portanto, a primeira instituição portuguesa com acções preferenciais cotadas no NYSE (New York Stock Exchange).

Em termos de *rating* internacional, não podemos ficar indiferentes à apreciação pelo Moody's e pelo Standard & Poor's que estabeleceram para o vosso Banco as notações seguintes:

	Moody's	S & P
Curto prazo	PI	A1
Longo prazo	A2	A-

Considerando que a República Portuguesa obteve o *rating* AA- da Standard & Poor's, em melhoria à sua situação anterior de A+, é louvável a classificação do BES, aliás o único banco português com o *rating* de longo prazo deste nível.

A execução do programa de consolidação do Grupo Financeiro Global registou também acentuado progresso através do reforço das participações noutras instituições financeiras e do aperfeiçoamento das relações operacionais entre as diferentes unidades. Desta acção, quer na melhor coordenação de toda a gama de serviços que os clientes requerem, quer na obtenção de sinergias pela via do *cross-selling*, resultarão efeitos positivos que permitirão elevar o nível de resultados do conjunto.

Acreditamos que o importante esforço desenvolvido na modernização e consolidação do vosso Banco tem sido compreendido pelo mercado uma vez que as suas acções se valorizaram durante o exercício e figuram entre as de maior liquidez na Bolsa de Valores.

Antes de terminar uma palavra de apreço à Autoridade Monetária, aos nossos accionistas, aos colaboradores e em particular aos nossos clientes pela valiosa contribuição que todos têm prestado para o progresso do Banco Espírito Santo.

O Presidente do Conselho de Administração: *António Luís Roquette Ricciardi*. — O Presidente da Comissão Executiva, *Ricardo Espírito Santo Silva Salgado*.

Relatório do conselho de administração

Condicionantes do ambiente macroeconómico

1 — Situação económica internacional

Em 1993, a conjuntura económica na generalidade dos países ocidentais ficou marcada por um, significativo abrandamento da actividade, que assumiu características recessivas na Comunidade Europeia. A taxa média de crescimento do produto na Comunidade Europeia registou uma quebra de 0,3% (contra uma variação positiva de 1,1% em 1992). De uma forma geral, as economias da CE deverão ter atingido o ponto mais baixo do ciclo de desaceleração da actividade, prevendo-se a concretização gradual da retoma no 2.º semestre de 1994. Na zona da CE, a economia britânica foi a única a denotar uma evolução mais favorável do que no ano anterior, prosseguindo, assim, a recuperação então iniciada, com o crescimento do PIB a situar-se em torno dos 2%. A Alemanha, a França, a Espanha e a Itália registaram situações recessivas.

Os fracos níveis da actividade económica repercutiram-se no mercado de trabalho, estimando-se que, em 1993, a taxa de desemprego, no conjunto da OCDE, se tenha elevado para 8,2%. No caso da CE, em que o desemprego de longa duração representa quase metade do total do desemprego, a situação assume uma maior gravidade, traduzida, pelo terceiro ano consecutivo, na subida da taxa de desemprego para um nível previsivelmente superior a 11%. Atendendo a que o ritmo da retoma da economia europeia não permitirá a criação de um grande número de postos de trabalho nos próximos anos, o Conselho Europeu de Bruxelas aprovou, em Dezembro, um plano de acção tendo em vista o combate ao desemprego na Europa Comunitária.

Na zona da OCDE, a taxa de inflação, medida pelo deflacionador do produto, foi de 3,3%, valor inferior em 0,7 pontos percentuais ao observado no ano anterior. Subjacente ao andamento dos preços, que se revelou mais favorável na Europa e no Japão do que nos EUA, encontram-se o arrefecimento da generalidade das economias e a moderação salarial induzida pela incerteza quanto à manutenção do emprego.

A condução da política monetária na Comunidade Europeia, foi fortemente condicionada pela persistência de intensas pressões especulativas sobre as moedas pertencentes ao mecanismo de taxas de câmbio do Sistema Monetário Europeu (MTC/SME), excepção feita ao marco e ao florim. A constante actuação dos Bancos Centrais com o intuito de contrariar essas pressões, não produziu os efeitos desejados, motivo pelo qual se procedeu à desvalorização das paridades centrais da libra irlandesa (no final de Janeiro), do escudo e da peseta (em meados de Maio), e ao alargamento temporário das bandas de flutuação para $\pm 15\%$ (no final de Julho). Apenas o marco e o florim, por acordo bilateral entre as respectivas autoridades, mantiveram entre si o intervalo de variação de $\pm 2,25\%$.

O espaço de manobra adicional conferido por um objectivo cambial menos restritivo, foi utilizado pelos Bancos Centrais europeus, de uma forma extremamente prudente em termos de abrandamento das políticas monetárias, o que muito terá contribuído para a relativa estabilidade que caracterizou o MTC/SME a partir de Agosto.

O comércio mundial denotou uma expansão relativamente moderada, resultante da debilidade da actividade económica. No conjunto de países da OCDE, assistiu-se a uma significativa desaceleração do crescimento do volume de exportações e de importações face aos resultados de 1992. Na zona da Comunidade Europeia, registou-se uma trajectória no mesmo sentido, embora mais desfavorável, estimando-se que as variações homólogas tenham assumido valores negativos. A balança de transacções correntes na globalidade dos países da OCDE deverá apresentar uma situação de virtual equilíbrio, verificando-se um ligeiro aumento do excedente do Japão e um novo agravamento do défice dos EUA.

O processo de liberalização do comércio internacional recebeu um importante impulso, na parte final do ano, com a assinatura do acordo relativo à criação de uma zona de comércio livre entre os EUA, o Canadá e o México (NAFTA), e com a conclusão das negociações do Uruguay Round no âmbito do GATT. É de realçar, igualmente, o aprofundamento do processo de integração comunitária, consubstanciado no estabelecimento do mercado interno, no início do ano, e na entrada em vigor do Tratado da União Europeia, a 1 de Novembro. No domínio das relações da CE com os países da EFTA, constituiu acontecimento da maior relevância a ratificação, em Dezembro, do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu, permitindo a sua entrada em vigor a 1 de Janeiro de 1994.

Nas economias da Europa Central e de Leste, apesar dos progressos obtidos, permaneceu um clima recessivo, exceptuando o caso da Polónia em que se observou a consolidação da retoma da actividade. De uma forma geral, a conjuntura destes países caracterizou-se, em

1993, pela subida, embora mais moderada que em anos anteriores, das taxas de desemprego, por fortes pressões inflacionistas e pelo aumento dos desequilíbrios no domínio das contas externas.

Na Ásia, o elevado ritmo de crescimento da economia chinesa (cerca de 13% ao ano em 1992 e 1993), apoiado em especial no investimento, repercutiu-se no agravamento da inflação, suscitando a aprovação, em Julho, de um programa de austeridade. Por outro lado, o crescimento do produto num conjunto de seis economias — Coreia, Taiwan, Hong-Kong, Singapura, Tailândia e Malásia — deverá ter-se situado em torno dos 6%.

2 — Situação económica nacional

A economia portuguesa evidenciou, durante o ano em apreço, uma nítida deterioração no comportamento de algumas variáveis macroeconómicas acompanhando a actividade económica internacional, em particular a da Comunidade Europeia. Produto, desemprego, défice orçamental e dívida pública são algumas das grandezas que apresentaram uma *performance* desfavorável, registando-se, em contrapartida, resultados positivos no domínio dos preços.

O produto apresentou um crescimento ligeiramente negativo, decorrente da quebra da actividade nos nossos principais parceiros comerciais e de uma clara desaceleração da procura interna, o que constituiu o pior resultado desde a entrada de Portugal na Europa dos Doze.

O consumo privado sofreu uma redução sensível no seu ritmo de expansão, embora durante o segundo semestre se tenham vindo a verificar alguns sinais de recuperação. A quebra nas despesas de bens de consumo duradouro constituiu o principal factor, para a desaceleração, admitindo-se, por outro lado, que o fraco crescimento do consumo privado foi, em parte, reflexo de uma diminuição da taxa de poupança das famílias.

O investimento estagnou, influenciado pela quebra sensível ocorrida no investimento em equipamento. A formação bruta de capital fixo no sector da construção, revelando-se a componente mais dinâmica no 1.º semestre, entrou, no entanto, segundo indicadores mais recentes, em nítida desaceleração nos últimos meses do ano.

No mercado de trabalho verificou-se uma moderação dos crescimentos salariais e um aumento do desemprego, como consequência do abrandamento da actividade económica e da continuação do processo de reestruturação industrial, tendo a respectiva taxa, que continua a ser dos valores mais baixos da Comunidade, passado para 5,5%.

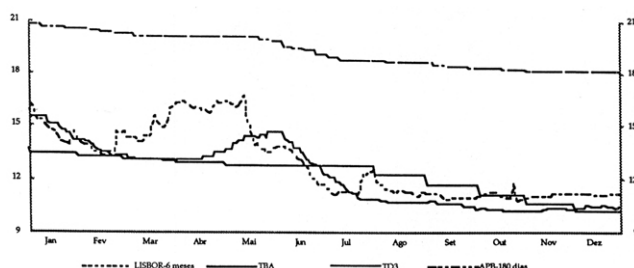
Em matéria de preços a economia portuguesa evidenciou uma boa realização, com a taxa média de inflação, medida em termos de índice de preços no consumidor, a situar-se em 6,5%. Contudo, a apreciação do dólar norte-americano, a desvalorização do escudo e a consequente subida dos preços dos produtos importados, a par do relativo abrandamento na prossecução dos objectivos de convergência nominal, durante o 2.º semestre, foram factores de pressão no sentido da subida dos preços, pese embora a moderação salarial verificada.

Na sequência do aumento das necessidades de financiamento do Estado, a dívida pública experimentou um agravamento que veio a situá-la em cerca de 70% do PIB (63,8% em 1992). Em 1993, intensificou-se o recurso ao mercado internacional como fonte de financiamento do Estado tendo-se cumprido o programa de três grandes operações de financiamento denominadas em íenes, marcos e dólares americanos. A República Portuguesa foi, por outro lado, objecto de notação para a dívida externa de longo prazo tendo obtido da Standard & Poor's a classificação AA-.

Registe-se não só a melhoria face à anterior notação (A+) como o facto de Portugal ter sido, desde 1989, o primeiro Estado a ver subir a notação para AA-.

Evolução das taxas de juro

Principais indexantes

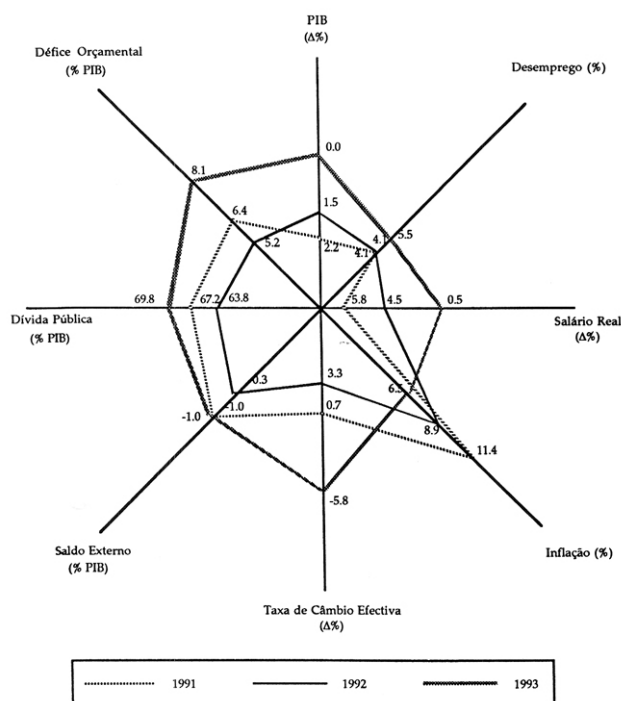


A descida das taxas de juro oficiais e o ambiente desinflationista experimentado em grande parte do ano, reflectiram-se de forma generalizada no sistema: no mercado monetário interbancário (MMI) registou-se uma tendência global para a redução das taxas de juro, em todos os prazos, embora nos últimos meses de 1993 se tenham estabilizado em níveis entre os 10% e os 12%; nas taxas de juro preferenciais das instituições de crédito (*prime rates*) verificaram-se quedas para valores ao redor dos 14% o que representa uma diminuição de cerca de dois pontos percentuais face às taxas praticadas no início do ano; nas operações passivas, a média das taxas ponderadas dos depósitos a prazo de seis meses, de residentes, dos três bancos com maior saldo (TD3) caiu de 13,4%, em Janeiro, para 10,2%, nos últimos dias de 1993; nas emissões de dívida pública registou-se, igualmente, um movimento de descida das taxas médias de colocação quer nos títulos de curto prazo (bilhetes do Tesouro) quer nos de médio e longo prazos (obrigações do Tesouro) tendo, neste último caso, sido atingidos valores próximos dos 9%.

O escudo foi objecto, no dia 13 de Maio, de uma desvalorização de 6,5% da sua taxa central (face ao ECU), acompanhando idêntico movimento da peseta (8%), após um período de pressões associadas, primeiramente, ao comportamento da divisa espanhola e, em segundo lugar, a algumas incertezas internas quanto ao prosseguimento das políticas macroeconómicas.

Apesar do alargamento para $\pm 15\%$ das bandas de flutuação das moedas do MTC/SME, o escudo, com excepção de uma única sessão, não ultrapassou em termos de taxa de câmbio os seus anteriores limites de variação ($\pm 6\%$), denotando uma relativa estabilidade até ao final do ano, em contraste com a trajectória de depreciação até então registada cuja intensidade máxima foi atingida entre os meses de Maio e Julho.

Índices de performance para oito indicadores macroeconómicos



Em termos globais, o escudo registou, durante o ano de 1993, uma depreciação média que ronda os 6% na taxa de câmbio efectiva (cabaz de 13 moedas) e depreciações de 11% e 16%, em termos médios, face ao marco alemão e ao dólar dos EUA, respectivamente.

O ano de 1993 ficou ainda marcado pela elaboração e apresentação à Comunidade Europeia, do Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) a implementar no período 1994/99.

O PDR prevê a realização de um montante global de investimentos na ordem dos 6580 milhões de contos durante os seis anos da sua vigência, dos quais cerca de 3500 milhões de contos serão financiados pela Comunidade através dos fundos estruturais (FEDER, FSE e FEOGA — Orientação), do Instrumento Financeiro de Orientação das Pescas e do Fundo de Coesão.

A contrapartida pública nacional situar-se-á em redor dos 1658 milhões de contos cabendo aos agentes económicos privados um esforço de investimento da ordem dos 1422 milhões de contos.

Para além dos apoios comunitários a fundo perdido, Portugal poderá ainda contar, no âmbito do Plano, com cerca de 1300 milhões de contos de empréstimos a conceder pelo Banco Europeu de Investimento.

O PDR, representando cerca de 25% a 30% do investimento total português no período 1994/99, revela potencialidades para se constituir num dos mais importantes instrumentos de desenvolvimento da economia.

O Grupo Banco Espírito Santo (actividade nos principais mercados e segmentos estratégicos)

O BES assume hoje o papel de núcleo central, coordenador de um vasto conjunto de empresas operando no mercado financeiro, que tendo por base o aproveitamento das sinergias e complementaridades existentes, procura proporcionar uma oferta global de produtos (venda cruzada) que satisfaça as necessidades e aspirações dos clientes: particulares e empresas.

Por consequência, a actividade do Banco tem vindo a ser cada vez mais alargada, passando de banco universal a grupo financeiro global, capaz de promover uma ampla e diversificada oferta de produtos financeiros numa base de unidades estratégicas de negócio altamente especializadas, utilizando a rede de balcões como veículo privilegiado na colocação dos produtos, optimizando assim a função comercial que desempenha.

Actividade do BES de banco universal a grupo global



Em 31 de Dezembro de 1993, a actividade do Banco abarcava os seguintes domínios de actuação:

Unidades operacionais	Área de actividade	Participação total (percentagem)
BESCL	Banca de empresas e particulares	—
Banco ESSI	Banca de investimento	34,1
BES, S.A.	Banca de empresas e particulares (Espanha)	100,0
Société Bancaire Paris	Banca de empresas e particulares segmento internacional (França)	20,0
Besleasing	Leasing mobiliário	89,2
Euroges	Factoring	98,5
Crediflash	Cartões de crédito	97,5
ESleasing	Leasing mobiliário (Espanha)	100,0

Objecto de consolidação:

Unidades operacionais	Área de actividade	Participação total (percentagem)
ESER	Corretagem	30,0
Espírito Santo Gestão Patrimónios	Gestão de fortunas	64,0
ESGER	Serviços de consultoria	81,8
ESAF-SGPS	Coordenação e gestão de fundos	92,6
ESAF-ES-FP	Gestão de fundos de pensões	86,7
ESAF-ES-FIM	Gestão de fundos de investimento mobiliário	94,0
ESAF-ES-FII	Gestão de fundos de investimento imobiliário	94,1
Europ Assistance	Seguros de assistência	23,0
Gesfinc	Estudos financeiros	48,9
Multiger	Gestão e investimento imobiliário	75,0
Multipessoal	Gestão especializada de pessoal	72,5
Não consolidadas:		
BIC	Banca de empresas e particulares em segmentos especializados e crédito imobiliários	16,5
Tranquilidade	Seguradora	17,0
ESDI	Informática	18,0

1 — Banca de particulares

É convicção do BES que os bancos portugueses, dada a inserção de Portugal na União Europeia, continuarão a dispor de uma posição competitiva forte no mercado doméstico, nomeadamente nos segmentos das pequenas e médias empresas e particulares, decorrente do conhecimento e número de pontos de venda que têm do e no mercado.

Daí a importância estratégica do segmento de particulares que o Banco desde sempre lhe atribuiu, tanto na perspectiva da captação de fundos como na da concessão de crédito.

Crédito a particulares:

A primeira experiência de crédito a particulares foi lançada pelo Banco há cerca de três décadas com a designação de crédito individual. Foi uma experiência com êxito total e que foi sendo sucessivamente adoptada pela concorrência de então. Hoje, o Banco tem disponíveis uma gama de produtos de crédito variada e adaptada a cada uma das necessidades dos diversos estratos de clientes (jovens, reformados, emigrantes, etc.), nomeadamente as relacionadas com a habitação, educação, início de actividade profissional, etc.

No domínio da captação de recursos, o BES tem vindo a diversificar as respectivas fontes, criando produtos alternativos tanto na área da intermediação como na desintermediação. O forte dinamismo do Banco no lançamento e gestão de fundos de investimento é um dos reflexos da capacidade do BES em ir ao encontro das novas exigências e necessidades dos particulares na forma de melhor rendibilizarem as poupanças.

Por outro lado, os projectos de reestruturação da rede — tanto do *lay-out* como de acolhimento e comunicação — e de informação, exigindo um esforço financeiro sem precedentes, também se relacionam com a aposta que o BES está a fazer no mercado de particulares, tendo em vista a criação de condições para uma real diferenciação relativamente ao praticado pela generalidade da concorrência.

Mais especificamente, face à forte concorrência que se tem feito sentir, o Banco colocou em marcha uma abordagem específica para o segmento de médio alto e alto rendimento, através da prestação de serviços de assessoria patrimonial personalizada, na constituição de carteiras de aplicações, através da venda cruzada de produtos do Grupo BES.

Para tal, o Banco Espírito Santo disponibiliza aplicações em escudos e divisas, fundos de investimento nacionais e estrangeiros, gestão discricionária de carteiras de títulos, serviço *off-shore*, aconselhamento imobiliário e todos os restantes produtos tradicionais do Banco.

Particulares de médio-alto e alto rendimento:

O início da actividade do departamento de particulares de médio-alto e alto rendimento do Banco Espírito Santo deu-se no mês de Setembro de 1992, surgindo como forma de responder às solicitações dos clientes que, no contexto actual de permanente evolução tecnológica, globalização dos mercados e constantes mutações políticas e económicas, necessitam de um aconselhamento patrimonial contínuo e personalizado, a fim de preservar e otimizar os seus investimentos.

Para tal, o BES passou a disponibilizar uma vasta gama de produtos e serviços, em estreita articulação com as nossas associadas, abrangendo as seguintes áreas de gestão patrimonial:

Aplicações financeiras;
Fundos de investimento nacionais e estrangeiros;
Gestão discricionária de valores mobiliários;
Seguros;
Aconselhamento imobiliário;
Aconselhamento fiscal;
Serviços tradicionais do Banco.

Os clientes de médio-alto e de alto rendimento passaram a dispor de um gestor de particulares — que os aconselha, de forma personalizada, na alocação do património, consoante as necessidades e objectivos individuais — nos seguintes centros de particulares: Boavista, Braga, Cascais, Coimbra, Estoril, Évora, Guimarães, Porto, Praça de Londres, Rua do Comércio, Sede, Setúbal e Viseu.

2 — Banca de empresas

Com o objectivo de reforçar a sua já forte implantação junto das empresas, o BES criou um departamento em Lisboa e outro no Porto especialmente vocacionados para a abordagem deste segmento de clientes que até então se encontravam afectos aos departamentos comerciais das regiões de Lisboa e do Porto.

O relacionamento com as empresas faz-se através dos gestores de clientes, em articulação com as gerências, de forma a manter e a promover novos negócios.

A integração com empresas do grupo tem sido um factor-chave para o sucesso do BES, enquanto banco de empresas, através de uma estratégia conjunta de operações/produtos que melhor sirva os interesses e necessidades deste segmento de clientes. Estão neste caso, nomeadamente:

Banco ESSI, sobretudo em operações relacionadas com o mercado de capitais;

BIC, a nível de participação em operações sindicadas ou de risco repartido e mais recentemente, nas operações de crédito bonificado à habitação;

Euroges, na montagem de operações de suporte através de produtos geridos por esta empresa (*factoring*, gestão de tesouraria, gestão de fornecedores, etc.);

Bescleasing, em operações específicas de leasing mobiliário e também no apoio ao seu *funding*;

Société Bancaire de Paris, na montagem de operações de investimento entre Portugal e França.

Ao nível dos novos produtos encontra-se já em fase de exploração o serviço de *cash-management*, alargado às sucursais. De igual modo, tem-se vindo a desenvolver serviços na área do *home banking*, do aconselhamento fiscal e dos chamados derivativos — *FRA* (*forward rate agreements*), futuros, opções e *swaps*, tanto de taxa de juro como cambial.

Paralelamente, e no que se refere mais especificamente às PME, o BES tem vindo a desenvolver um conjunto de iniciativas nos domínios do investimento e da internacionalização.

De entre as acções e acontecimentos ocorridos em 1993, destacamos:

O reforço da ligação às associações comerciais através da celebração de novos protocolos de cooperação, os quais cobrem cerca de 80% do território continental e regiões autónomas;

O alargamento da participação no Sistema de Incentivos à Modernização do Comércio (SIMC), sobretudo através do crédito concedido ao abrigo da linha de crédito especialmente criada para o apoio a projectos de investimento;

O desenvolvimento da ligação a outros sectores de actividade, com a celebração de protocolos de cooperação com o Fundo de Turismo, com o IAPMEI para desenvolvimento do Programa Retex e Programa Intercalar de Apoio às Empresas Industriais, o qual virá a ser englobado no PEDIP II, e, ainda, com a Sulpedip e a Norpedip.

3 — Fundos de investimento

Os processos de desregulamentação e desintermediação introduziram no mercado financeiro uma forte componente inovadora no domínio da gestão de recursos de clientes, onde a canalização dos recursos para fundos de investimento têm constituído, nos dois últimos anos, uma das particularidades de maior relevo na diversificação da oferta global e consequentes opções de rendibilização das poupanças dos clientes.

O número de fundos e a sua variedade veio implicar a coordenação dos mesmos em torno da *holding* ESAF Espírito Santo — Activos Financeiros SGPS, quer no sentido da origem da captação (entidades ligadas ao GES) quer na coordenação das políticas de gestão dos fundos que passaram a contar, para os mobiliários, com a ESAF-FIM, para os imobiliários com a ESAF-FII e para os fundos de pensões com a ESAF-FP, que geriam, no final do ano, no seu conjunto, mais de 312 milhões de contos de activos.

Mais recentemente, tendo em vista uma melhor adequação da designação dos fundos às necessidades dos clientes e aos tipos de rendimento que proporcionam, o BES introduziu algumas alterações às denominações dos mesmos para:

a) Fundo de Investimento Mobiliário Espírito Santo — Tesouraria, fundo especialmente vocacionado para aplicações de muito curto prazo, destinando-se, por isso, à rendibilização dos excedentes de tesouraria das empresas;

b) Fundo de Investimento Mobiliário Espírito Santo — Capitalização, especialmente vocacionado para proporcionar uma boa rentabilidade aos particulares que optem pela capitalização dos rendimentos obtidos;

c) Fundo de Investimento Mobiliário Espírito Santo — Fundo Taxa Fixa, especialmente vocacionado para o segmento de particulares que queiram ver, no actual contexto de descida acentuada das taxas de juro, combinada a segurança das aplicações com o elevado potencial de valorização daqueles activos;

d) Fundo de investimento Mobiliário Espírito Santo — Fundo Obrigações, dirigido aos particulares que privilegiem a distribuição periódica de rendimentos;

e) Fundo de Investimento Mobiliário Espírito Santo — Curto Prazo, para aplicações de muito curto prazo dos particulares;

f) Fundo de Investimento Mobiliário Espírito Santo — Fundo de Acções, para os clientes com maior propensão à obtenção de ganhos nos produtos de risco.

No que respeita ao importante mercado de gestão de fundos de pensões, a ESAF-FP detinha a gestão directa de sete fundos e indirecta de 28, cujo valor global ultrapassava os 60 milhões de contos.

Complementarmente à gestão de activos financeiros, os serviços de custódia de títulos tem vindo a registar sucessivas melhorias que têm sido objecto de elogios por parte de entidades internacionais especializadas. Assim, segundo a *Global Custodian Agent Bank Review*/ Winter 1993, o Banco Espírito Santo aparece em primeiro lugar de entre os bancos a operar em Portugal e entre os 10 melhores agentes de custódia num conjunto de 23 países dos mercados emergentes. De igual modo, num recente estudo da *Euromoney*, inserto no seu número de Janeiro/94, sobre a importância do serviço de subcustódia de títulos nos mercados emergentes, o BES surge igualmente em primeiro lugar tendo em consideração, entre outros, os factores: *rating* e capitalização, qualidade do serviço, preço, funcionalidade do SWIFT e tecnologia.

4 — Actividade internacional

A actividade do Banco na área internacional, continuou a assentar numa estratégia de crescimento sustentado, explorando complementaridades e sinergias entre as estruturas do GES e do BES.

No tocante à presença do Banco no exterior, foi decidido ampliar a rede existente com a abertura de três novos escritórios de representação onde, para além de outra actividade comercial, predomina a vertente emigração: um escritório de representação em Joanesburgo (África do Sul) que iniciou já a sua actividade no final do ano e escritórios em Caracas (Venezuela) e Lausana (Suíça), os quais deverão estar operacionais durante o primeiro trimestre de 1994.

No domínio da captação de fundos internacionais a curto e médio prazos para o Banco e na consolidação da sua imagem externa, o ano de 1993 representou um marco importante: agora já plenamente privatizado, o BES manteve o *rating* de 4 curto prazo, PI e A1, outorgado respectivamente pelas agências de *rating* norte-americanas Moody's e Standard & Poor's e, pela primeira vez, obteve notações de médio e longo prazos de bastante relevância para o acesso aos mercados de capitais internacionais. Aquelas agências atribuíram, respectivamente, as notações de A2 e A- para *Sénior Long Term Debt* e de BAA1 e BBB ao programa de emissão de acções preferenciais.

Deste modo e a par do programa de emissão de *commercial paper* iniciado em 1991, o BES tomou-se o primeiro banco português a ter acções preferenciais cotadas em Nova Iorque.

Através da Sucursal Financeira Exterior da Madeira, continuou a ser intensificada a presença do Banco junto de não residentes, nomeadamente emigrantes portugueses, segmento de clientes em que o BES tem vindo a consolidar a sua posição. Perante a importância deste mercado, iniciou-se uma reestruturação promoveu-se o reforço de meios humanos e técnicos que permitirão sustentar o crescimento da rede junto dos principais núcleos de emigração e dar satisfação às necessidades específicas desta clientela.

O alargamento da presença do BES a países como a África do Sul, Venezuela e Suíça, onde residem numerosos portugueses, visa promover um relacionamento que tenha em conta as especificidades dos clientes que neles residem.

Em França, país tradicional de acolhimento dos emigrantes portugueses, celebraram-se acordos com diversas caixas regionais do *Crédit Agricole*, de forma a conseguir uma maior cobertura das diversas regiões onde vivem portugueses, com relevância para a região de Paris.

Nos países da Europa onde não existem formas de representação directa ou acordos, mas que possuem núcleos de emigrantes com alguma expressão (Luxemburgo, Bélgica e Holanda), tem-se vindo a dinamizar a assinatura de acordos com entidades locais por forma a garantir uma maior segurança e rapidez nas remessas para as contas dos clientes.

Quanto à presença em Espanha, há que mencionar o recente aumento da participação do BES no Banco Espírito Santo, S. A. (Espanha) de 55% para 100%, decisão que se insere na política de expansão das actividades do BES no mercado espanhol, considerado de interesse prioritário, em que a sucursal de Madrid tem tido papel de relevo.

Em termos institucionais, o BES continuou a assegurar a sua representação junto de 27 associações e câmaras de comércio estabelecidas em Portugal incluindo, nomeadamente, as seguintes presenças:

Câmara de Comércio Internacional — presidência da Comissão Interbancária de Relações e Operações com o Estrangeiro e na Mesa da Comissão de Técnicas e Práticas Bancárias;

ELO — Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e Cooperação — ao nível dos corpos directivos.

Manteve igualmente a presença em diversas associações internacionais, sendo de salientar:

Grupo Bancário Inter-Alpha — importante meio de intercâmbio formativo e informativo, congregando um banco de cada país da União Europeia (à excepção do Luxemburgo);

Institute of International Finance Inc. — proporcionando acesso privilegiado a informação económico-financeira da maioria dos países do mundo.

Ao nível dos serviços, registou-se um crescimento notável dos aderentes ao serviço de *cash-letter* para cheques em escudos e mantiveram-se os níveis de utilização dos serviços *tradelink* e *beslink*.

Actividade do Banco Espírito Santo

1 — Visão global

A actividade do Banco Espírito Santo durante o ano de 1993, caracterizou-se pelo desenvolvimento e aprofundamento das opções estratégicas delineadas após a conclusão da reprivatização do Banco.

Opções estratégicas do BES:

O Banco Espírito Santo é a cabeça de um grupo financeiro com capacidade para fornecer uma ampla, diversificada e qualificada oferta de serviços, satisfazendo assim uma procura acrescida e exigente por parte de diferentes segmentos da clientela.

Em termos de negócio as opções estratégicas do Banco assentam em:

Eleição da rentabilidade como objectivo estratégico básico e como condição para que o desenvolvimento do Banco se processe de forma sustentada;

Aposta clara no mercado retalhista doméstico, com prolongamento na área internacional para apoio à actividade externa dos nossos clientes;

Qualidade e diversidade dos serviços prestados como meio fundamental de concorrência;

Actuação privilegiada em áreas conhecidas de negócio;

Gestão conservadora e diversificada dos riscos;

Máxima solidez dos activos;

Rigoroso controlo dos custos de funcionamento.

O processo de mudança em curso visa tornar progressivamente o BES no centro coordenador e dinamizador de um grupo financeiro, modernizando a rede de distribuição de modo a poder, com eficácia, fazer a ligação entre o Grupo e o mercado e, ainda, renovar o sistema de informação e de produção de serviços tendo em conta o posicionamento estratégico do Banco, a vocação internacional que cada vez mais o caracteriza e a sua transformação numa unidade operacional de elevados padrões de eficiência e qualidade.

De entre as acções empreendidas, merecem especial destaque a continuação da política de gestão da carteira de participações, tomando posição em empresas estratégicas para o negócio financeiro e alienando, se possível com mais-valias, participações em empresas sem sinergias com a actividade do Banco; a extensão ao maior número possível de balcões do projecto de atendimento e do sistema de *merchandising* e o desenvolvimento dos primeiros trabalhos de customização do novo sistema de informação, ao mesmo tempo que prosseguiu a reestruturação dos serviços centrais.

A concretização das medidas enunciadas teve efeitos positivos na *performance* do Banco no ano de 1993:

(Em milhares de contos)

Aplicações e recursos/actividade	Banco		Variações		
	1993	1992	Absolutas		Relativas (percentagem)
			Origem dos fundos	Aplicação dos fundos	
1 — Activo bruto	2 096 510	1 771 382	—	325 128	18,4
Disponibilidades	275 253	242 127	—	33 126	13,7
Aplicações em instituições crédito	246 100	160 499	—	85 601	53,3
Títulos do Estado	466 001	388 020	—	77 981	20,1
Crédito de clientes	836 044	753 428	—	82 616	11,0
Outros activos	273 112	227 308	—	45 804	20,2
2 — Recursos alheios	1 824 823	1 523 205	301 618	—	19,8
De instituições de crédito	44 9191	355 988	93 203	—	26,2
De clientes + títulos	1 308 057	1 109 818	198 239	—	17,9
Passivos subordinados	14 472	4 443	10 029	—	225,7
Outros	53 103	52 956	147	—	0,3
3 — Regularização do activo	90 833	86 320	4 513	—	5,2
4 — Capitais próprios e provisões	180 854	161 857	18 997	—	11,7
Capital, reservas e similares	96 093	89 800	6 293	—	7,0
Provisões diversas	64 561	54 522	10 039	—	18,4
Resultados	20 200	17 535	2 665	—	15,2
<i>Total</i>			325 128	325 128	

A par da expansão da actividade, medida quer pelo activo bruto (+ 18%) — o qual ultrapassou pela primeira vez os 2000 milhões de contos —, quer pela directamente relacionada com clientes na componente de captação de recursos (+ 18%) e na de crédito (+ 11%), o BES conseguiu também melhorar os seus níveis de eficiência, visto ter conseguido uma melhoria substancial nos níveis de produtividade: o número de efectivos por balcão passou de 27 para 22, a relação custos administrativos/activo líquido médio reduziu-se significativamente, o activo líquido por empregado apresentou uma melhoria de 31% e a relação custos operativos/produto bancário melhorou em 3,4 pontos percentuais.

No domínio da gestão do balanço do Banco, são de salientar as seguintes características:

a) Numa perspectiva estática, a relevância das aplicações de baixo risco, decorrente do facto de as disponibilidades, as aplicações em instituições de crédito e a carteira de títulos da dívida pública, no seu conjunto, representarem 47% do activo bruto. Quanto aos meios de financiamento, os clientes constituem a principal fonte de recursos (62%) e os fundos próprios e equiparados possibilitam uma cobertura adequada dos activos, pelo que o BES continua a apresentar uma estrutura financeira equilibrada, reflectida num *ratio* de solvabilidade consolidado (cerca de 11%) acima do nível exigido pelas autoridades de supervisão;

b) Numa perspectiva dinâmica, o esforço de captação (66% da origem de fundos alheios respeitam a clientes) e a canalização para aplicações em instituições de crédito, crédito a clientes e títulos do Estado.

Na vertente económica, o exercício de 1993 caracterizou-se por um acompanhamento rigoroso da evolução da margem, com actuações frequentes no domínio da minimização dos riscos de taxas de juro e por um apertado controlo de custos, cujo crescimento real foi negativo.

Paralelamente, no domínio dos serviços bancários, continuou-se a política de melhoria da qualidade e de tarifação dos mesmos, por forma a, tendencialmente, se cobrirem os custos incorridos na sua prestação.

2 — Aplicações

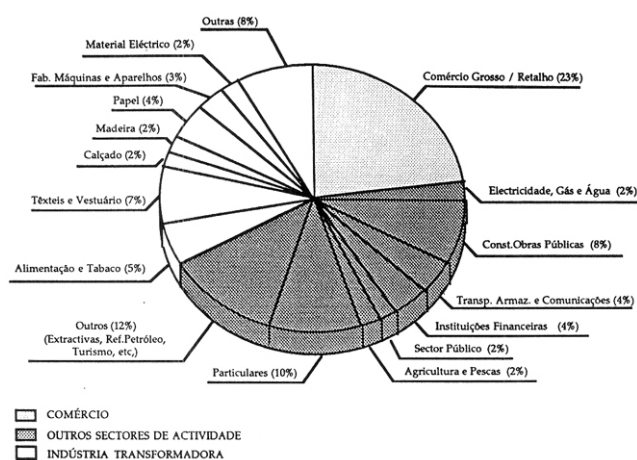
2.1 — Crédito a clientes:

A política de crédito do BES assentou fundamentalmente no lançamento de produtos virados para a satisfação de necessidades dos particulares e no acompanhamento e controlo do risco de crédito.

No lançamento de novos produtos, assinala-se o lançamento do cartão de crédito BES Classic em colaboração com a nossa subsidiária Crediflash e a dinamização do crédito à habitação.

No domínio do controlo de riscos, assinala-se a criação do Departamento de Operações Especiais e Riscos de Crédito que, em articulação com a Comissão de Análise do Risco de Crédito (CARC), tem por missão a avaliação sistemática da qualidade do crédito do BES e a coordenação da transmissão das linhas de orientação do conselho, nesta matéria, a toda a estrutura comercial.

A carteira de crédito, reflectindo o clima económico interno e externo, apresenta um crescimento moderado (11%) quando comparado com o restante nível de actividade, continuando a apresentar o tradicional equilíbrio na sua segmentação sectorial e atomização.



O crédito a particulares apresenta uma representatividade de 10% do total da carteira (7% em 1992), o que, apesar do significativo aumento em relação ao ano anterior, revela ainda um bom potencial de crescimento.

Quanto à evolução do crédito vencido, pese embora o seu agravamento, é de realçar a sua cobertura por provisões específicas e genéricas e a manutenção do seu peso no total do crédito concedido, tendo os *ratios* provisões/crédito vencido total passado para 153% e crédito vencido/crédito a clientes, estabilizado na casa dos 4%, o que nos posiciona muito favoravelmente no sistema bancário português.

2.2 — Aplicações monetárias:

As aplicações monetárias, agregado correspondente à adição das disponibilidades com as aplicações em instituições de crédito, apresentam um crescimento significativo reflectindo o dinamismo do BES nos mercados interbancários domésticos, bem como a liberalização do movimento de capitais com o exterior e a boa implantação do Banco junto dos correspondentes no estrangeiro.

Aplicações em instituições de crédito

(Milhões de contos)



Os depósitos à ordem junto do Banco de Portugal continuam a apresentar valores bastante significativos, por decorrerem da observância do coeficiente da reserva mínima legal que continuou a situar-se em 17% dos recursos captados junto de clientes. Trata-se de um coeficiente que é de longe o mais elevado entre os praticados em todos os países da Comunidade, transformando-o, desde logo, numa clara desvantagem comparativa e que é agravada, no caso dos bancos mais antigos, pela discriminação implícita na taxa média de remuneração.

2.3 — Aplicações em títulos:

A participação do BES nas emissões de obrigações concretizadas durante 1993 foi consentânea com o comportamento do mercado (v. «situação económica nacional»). A intervenção do Banco na apresentação de propostas e na organização, montagem e liderança de empréstimos obrigacionistas fez-se quase exclusivamente em conjunto com o Banco ESSI, prosseguindo assim a estratégia do Grupo Banco Espírito Santo nesta área do mercado que se iniciara já no ano anterior. Durante todo o exercício, o BES participou em emissões que, no seu conjunto, totalizaram mais de 140 milhões de contos.

Um dos acontecimentos mais marcantes do mercado financeiro português foi o êxito e a consolidação alcançados pelo papel comercial como instrumento de financiamento das grandes empresas. Também nesta área, a actuação do BES foi pautada por um grande dinamismo, quer na tomada firme quer na prestação de garantias, tendo participado em cerca de vinte programas de papel comercial que ultrapassaram os 60 milhões de contos.

Confirmando o seu dinamismo na colocação e negociação de títulos de dívida pública e no desempenho das funções de OEVT (Operador Especializado de Valores do Tesouro), o BES aumentou para 14% a sua quota de mercado na tomada de obrigações do tesouro (OT), ao mesmo tempo que, como banco depositário, teve um papel de relevo e intervenção no mercado accionista, tanto nas emissões efectuadas como nos aumentos de capital por incorporação de reservas.

A carteira de títulos do BES estava estruturada do seguinte modo:

(Em milhares de contos)

Categorias e emissores	Banco			Variações	
	1993	Porcentagem	1992	Absolutas	Relat. (percent.)
Negociação	10 156	1,9	89 866	— 79 710	— 88,7
Emissores públicos	8 351	1,6	89 865	— 81 514	— 89,7
Outros	1 805	0,3	1	1 804	—
Investimento	525 009	98,1	339 898	185 111	54,5
Emissores públicos	457 650	85,5	298 156	159 494	53,5
Outros	67 359	12,6	41 742	25 617	61,4
Total	535 165	100,0	429 764	105 401	24,5
Emissores públicos	466 001	87,1	388 021	77 980	20,1
Outros emissores	69 164	12,9	41 743	27 421	65,7

Cerca de 87% respeitava a emissores públicos, com predomínio para os títulos de dívida pública portuguesa e cerca de 98% da carteira constituíam aplicações que o Banco tencionava manter até ao vencimento dos títulos (investimento). Globalmente, a carteira teve um crescimento superior a 105 milhões de contos com um aumento nos títulos de investimento de quase 55%, que mais do que compensou a diminuição dos títulos de negociação. A diferença de comportamento apresentada naquelas duas categorias, resulta da implementação de uma política de alongamento da permanência dos activos, face ao clima de descida de taxas.

3 — Recursos alheios

Num contexto pautado por uma forte concorrência, o BES conseguiu aumentar significativamente os recursos alheios, com especial relevância para os captados junto de clientes.

Para esta *performance* do Banco muito contribuiu a agilidade colocada na gestão do *mix* de produtos e pontos de venda por forma a proporcionar aos clientes serviços de qualidade e de alto valor acrescentado.

(Em milhares de contos)

Recursos alheios	1993	1992	Variações	
			Absolutas	Relat. (percent.)
De instituições de crédito	449 191	355 988	93 203	26,2
De clientes	1 308 057	1 109 818	198 239	17,9
Depósitos	1 196 470	969 485	226 985	23,4
Representados por títulos	59 247	96 551	- 37 304	- 38,6
Outros recursos	52 340	43 782	8 558	19,5
Passivos subordinados	14 472	4 443	10 029	225,7
Diversos	53 103	52 956	147	0,3
<i>Total</i>	1 824 823	1 523 205	301 618	19,8

Assim, a par da elevação dos padrões do acolhimento, atendimento e comunicação nos balcões, foram potenciadas as vantagens da venda cruzada onde os produtos ligados à bancasseguros e de desintermediação, assumiram um papel determinante na estratégia de captação de recursos e fidelização de clientes.

Relativamente aos produtos com tradução no balanço, assistiu-se, durante o ano de 1993, ao esbatimento da tradicional diferenciação entre os recursos à vista e a prazo, ligada a uma forte regulamentação por parte das autoridades monetárias e por um contexto de taxas de juro favorável aos segundos.

A redução do diferencial de taxas destes dois tipos de recursos, num contexto de baixa de taxas de juro, explica, em parte, que os débitos à vista de clientes tenham crescido à taxa de 44%, enquanto que os recursos a prazo, incluindo os sob a forma de títulos, tenham aumentado 8,6%.

4 — Fundos próprios e equiparados

No final de 1993, os fundos próprios e equiparados totalizavam 195 milhões de contos, representando um crescimento de 17,5% em relação ao valor do ano anterior.

A estrutura e a evolução dos fundos próprios e equiparados é a seguinte:

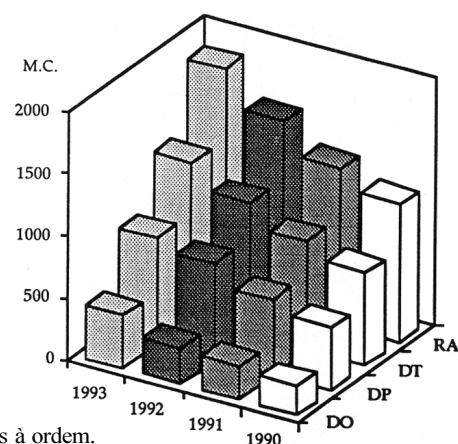
Recursos alheios	Banco		Variações	
	1993	1992	Absolutas	Relat. (percent.)
Capital	66 010	66 010	—	—
Reservas	29 928	23 774	6 154	25,9
Reserva legal e livre	17 128	10 974	6 154	56,1
Reservas de reavaliação	6 790	6 790	—	—
Prémios de emissão	6 010	6 010	—	—
Provisões	64 561	54 522	10 039	18,4
Passivos subordinados	14 472	4 443	10 029	225,7
Resultados	20 355	17 550	2 805	16,0
Resultados transitados	155	15	140	—
Resultados do exercício	20 200	17 535	2 665	15,2
<i>Total</i>	195 326	166 299	29 027	17,5

A evolução mais significativa verificou-se ao nível dos passivos subordinados, que passaram de 4,4 milhões de contos para 14,5 milhões de contos, em resultado da emissão de obrigações de caixa subordinadas — BESCL 1993, cuja primeira série, no montante global de 10 milhões de contos, foi inteiramente colocada durante a parte final do ano de 1993.

As reservas, incluindo as de reavaliação e os prémios de emissão, registaram um aumento de cerca de 26%, em consequência da distribuição dos resultados do ano anterior (afecção de 6,1 milhões de contos).

O aumento dos fundos próprios e equiparados (29 milhões de contos) constitui uma das preocupações básicas na actuação do Banco,

Evolução dos recursos alheios



DO — Depósitos à ordem.

DP — Depósitos a prazo.

DT — Depósitos totais.

RA — Recursos alheios.

na medida em que a sua adequação aos objectivos de expansão dos activos é condição indispensável à existência de uma estrutura sólida que suporte o seu crescimento e desenvolvimento.

Relativamente ao capital social do BES, refira-se que o mesmo não registou alterações durante o ano de 1993, pelo que continua a apresentar o valor de 66 010 milhares de contos.

4.1 — Acções do BES:

As acções do BES (primeira emissão) foram admitidas na Bolsa de Valores de Lisboa em Julho de 1991, tendo sido integradas no sistema de negociação em contínuo em Abril do ano seguinte.

A segunda emissão, reservada aos detentores dos títulos de participação, que podiam ser reembolsados antecipadamente única e exclusivamente para efeitos, da referida subscrição, foi admitida à cotação em Abril de 1993.

As duas emissões apresentam-se separadas em termos de cotação na Bolsa, na medida em que a primeira emissão beneficia de um regime fiscal mais favorável decorrente do facto de se reportarem ao processo de reprivatização.

O movimento das acções do BES, durante o exercício de 1993, desenvolveu-se de acordo com os seguintes parâmetros, para o conjunto das duas emissões:

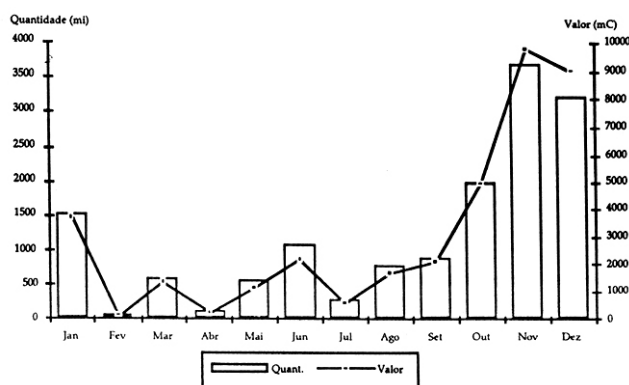
	Quant. transac- cionada (milhares) (a)	Valor (a) (milhares de contos)	Cotação (escudos) (b)		
			Mínimo	Médio	Máximo
Janeiro	1 529	3 669	2 300	2 400	2 480
Fevereiro	64	148	2 203	2 313	2 400
Março	606	1 333	1 995	2 200	2 290
Abril	127	242	1 838	1 906	2 006
Maio	566	1 103	1 861	1 949	1 996
Junho	1 088	2 189	1 902	2 012	2 271
Julho	285	609	2 086	2 137	2 227
Agosto	780	1 650	2 100	2 115	2 200
Setembro	904	2 107	2 167	2 331	2 500
Outubro	1 980	4 968	2 452	2 509	2 565
Novembro	3 690	9 774	2 537	2 649	2 883
Dezembro	3 252	9 025	2 701	2 775	2 801
<i>Total</i>	14 871	36 817	1 838	2 476	2 883

(a) Valores totais englobando o conjunto das acções (1.ª e 2.ª emissões).

(b) Valores médios ponderados pelas transacções das duas emissões.

Fonte. — Informação mensal da BVL.

As transacções ao longo de 1993 revelaram um maior dinamismo em relação ao ano anterior, com especial destaque para o último trimestre, em que as quantidades transaccionadas e o seu respectivo valor superaram largamente o movimento dos meses anteriores.



Fonte. — Informação mensal da BVL.

As boas *performances* do Banco durante o exercício findo nas suas múltiplas vertentes, provocaram um natural interesse dos investidores nacionais e estrangeiros pelas acções do BES que viu a respectiva capitalização bolsista total atingir 184 milhões de contos com tradução na valorização do preço por acção em cerca de 12%.

Mesmo assim as acções do Banco continuam a evidenciar uma boa atractividade a avaliar pela evolução e níveis atingidos pelos principais indicadores de bolsa (PBV, PCF, PER e de rendimento).

4.2 — Passivos subordinados:

A emissão de títulos de participação processou-se ao longo de um período de cinco anos (1986/1990), representando um valor global de 13 026 milhares de contos.

No final de 1992, o Banco lançou uma oferta pública de subscrição de acções, reservada aos detentores de títulos de participação, de que resultou uma mobilização total de 8,6 milhões de títulos a que correspondeu uma emissão de 6010 milhares de acções.

O posicionamento actual destes títulos, resume-se como segue:

Emissão/data	Quant. emitida (milhares)	Mobili- zação antecipada	Títulos vivos (milhares)	Última cotação (escudos)		
				Dezembro de 1992	Dezembro de 1993	Variação (percent.)
1.ª — Maio de 1986	6 000	3 847	2 153	1 280	1 370	7
2.ª — Dezembro de 1987	6 000	4 045	1 955	1 250	1 340	7
3.ª — Agosto de 1988	314	195	119	1 200	1 350	12
4.ª — Dezembro de 1989	384	265	119	1 120	1 180	5
5.ª — Dezembro de 1990	328	231	97	1 090	1 150	6
<i>Total</i>	13 026	8 583	4 443			

Durante o ano de 1993, o Banco lançou um programa de emissão de até 2 milhões de obrigações de caixa subordinadas, com um valor nominal de 10 000\$ cada, representando um montante nominal global de 20 milhões de contos, com subscrição privada e directa, realizada pelo método de colocação contínua e em série com um prazo máximo de 10 anos.

A colocação da primeira série teve lugar no período de 16 a 30 de Novembro de 1993 e levou à emissão de 1 002 869 de obrigações, o que permitiu o aumento dos fundos próprios elegíveis para efeitos do TIER 2 do cálculo do *ratio* de solvabilidade em mais de 10 milhões de

contos, prevendo-se a admissão à cotação ao mercado de cotações oficiais das obrigações das Bolsas de Lisboa e Porto.

4.3 — Acções preferenciais:

A sociedade Espírito Santo Overseas, Ltd. (ESOL), com sede nas Ilhas Caimão, controlada a 100% pelo Banco Espírito Santo, procedeu à emissão de 4 milhões de acções preferenciais garantidas não cumulativas, com o preço de oferta ao público de 25 dólares, a que correspondeu um montante global de 100 milhões de dólares.

A emissão destas acções também se destinou a reforçar os fundos próprios de base do Banco, objectivo que foi atingido pela via da consolidação, não resultando nenhuma alteração do seu capital social.

A colocação destes títulos foi feita através da rede de retalho de três entidades financeira dos Estados Unidos — Merrill Lynch & Co., Bear, Stearns & Co. Inc. e Smith Barney Shearson Inc. tendo tido a aprovação prévia do Banco de Portugal.

Ao contrário do que se passa com os detentores de acções ordinárias, os detentores das acções preferenciais não têm direito a voto, mas usufruem de um dividendo fixo (taxa anual fixa de 8,5%).

A emissão de acções preferenciais em Nova Iorque, para além de constituir uma inegável demonstração do valor e prestígio do BES, veio aumentar significativamente a base de capitais do Banco (TIER1).

5 — Gestão de activos e passivos

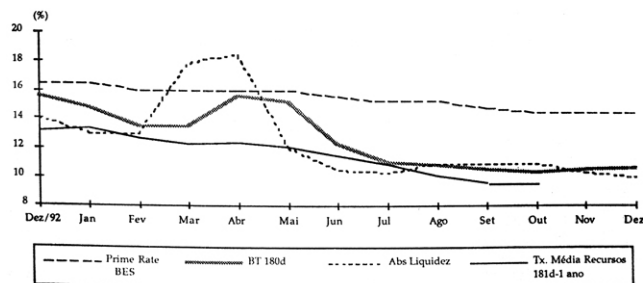
Com a natural excepção para os períodos de maior instabilidade do SME, no ano de 1993 continuou-se a assistir a uma sistemática desida das taxas de juro, como se vê no gráfico ao lado.

O Comité ALCO (Assets Liabilities Committee), responsável pela gestão e acompanhamento do risco da taxa de juro, seguiu as tendências das principais variáveis macroeconómicas, nomeadamente da inflação, e, face à sua evolução positiva, accionou os mecanismos no sentido de adequar os prazos de maturidade dos recursos e das aplicações às novas realidades do mercado.

A nível do crédito, o BES continuou a assumir um papel de liderança na indicação das taxas praticadas para os clientes de melhor risco (*prime-rate*) tendo diminuído dois pontos a referida taxa.

A estrutura de activos e passivos, continua a evidenciar uma situação confortável no *matching* entre a realização de activos e a cadência de vencimentos dos recursos alheios de curto e de muito curto prazos.

Evolução das taxas de juro



Com efeito, apesar de os passivos serem superiores ao volume dos activos, a estabilidade dos débitos para com clientes confere-lhes um prazo de permanência superior, eliminando, por isso, o aparente risco de liquidez; por outro lado, a situação patenteia uma minimização dos efeitos do risco de taxa de juro pelo mais rápido repreço dos passivos que o dos activos.

(Em milhares de contos)

Activos/passivos e maturidades	À vista	Até três meses	Total
1 — Activos	275 253	799 752	1 075 005
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	217 097	—	217 097
Disponibilidades à vista s/ instituições de crédito	58 156	—	58 156
Outros créditos sobre instituições de crédito	—	194 173	194 173
Créditos sobre clientes	—	505 041	505 041
Aplicações em títulos	—	100 538	100 538
2 — Passivos	429 150	869 118	1 298 268
Débitos à vista a instituições de crédito	12 769	—	12 769
Débitos à vista a clientes	416 381	—	416 381
Débitos a prazo a instituições de crédito	—	260 897	260 897
Débitos a prazo a clientes	—	581 709	581 709
Débitos representados	—	26 512	26 512
3 — Diferença (1-2)	— 153 897	— 69 366	— 223 263

No que se refere ao acompanhamento dos *ratios* prudenciais, nomeadamente o de solvabilidade, que estabelece a adequação dos fundos próprios e equiparados ao volume de activos e extrapatrimoniais, o BES tem-se posicionado sempre acima dos valores exigidos pelas autoridades de supervisão, tendo em 1993 reforçado substancialmente os fundos próprios, através do autofinanciamento, da emissão de obrigações de caixa subordinadas e, a nível do mercado externo, pela emissão de acções preferenciais no mercado de Nova Iorque.

Acompanhamento e controlo de riscos:

O acompanhamento do risco de crédito tem uma já longa tradição no Banco, o que, aliás, ajuda a explicar a sua posição favorável no conjunto do sistema bancário português. No entanto, a actual situação da envolvente económica continua de molde a exigir um cada vez maior aprofundamento no acompanhamento do risco de crédito.

Assim, além de se continuar a apostar na diversificação do risco (por sector de actividade e clientes), têm sido implementadas algumas importantes medidas que passam, nomeadamente, pela centralização num único departamento de todas as acções relativas ao acompanhamento, controlo de risco e à recuperação do crédito. Simultaneamente, tem-se dado ênfase à descentralização e consequente responsabilização do sistema de decisão, na concessão e recuperação do crédito, através da criação de adequadas estruturas regionais para estas duas funções.

Para apoio ao processo de decisão na concessão do crédito, destacam-se os processos de *scoring* para cálculo dos correspondentes ní-

veis de risco e inerentes preços a praticar na concessão de crédito a particulares, bem como o estabelecimento de um processo interno de notação de *rating* que assegurará uma adequada monitorização do risco do crédito a empresas.

No domínio dos outros riscos, tendo por cenário as novas condicionantes que impendem sobre o desenvolvimento e modernização do sistema bancário português, marcado pelo incremento da concorrência e da volatilidade das taxas de juro, tem vindo a ser progressivamente alargado o âmbito de trabalho da comissão interdepartamental criada para a gestão integrada dos activos e passivos do Banco (Assets and Liabilities Committee).

A actividade desta comissão tem incidido essencialmente nos domínios da exposição aos riscos cambial, de liquidez e de taxa de juro, em termos da avaliação da volatilidade que podem rodear os resultados futuros do Banco.

6 — Gestão de meios

6.1 — Recursos humanos e organização interna:

Relativamente às adaptações da estrutura organizativa do Banco, há a assinalar as seguintes alterações:

Redefinição da estrutura dos departamentos operacionais, tendo-se iniciado o processo de criação de direcções operacionais regionais;

Substituição do departamento de estudos económicos e assuntos europeus por um gabinete de assessoria económica;

Criação do departamento de operações especiais e riscos de crédito que passou a aglutinar as atribuições do extinto departamento de operações especiais de crédito, com adição da função de recuperação de crédito, anteriormente afecta ao departamento de contenciosos;

Criação do departamento de operações bancárias que passou a contar, para além das atribuições do extinto departamento de apoio à execução de crédito, com outros serviços que se encontravam disseminados por outros departamentos;

Separação da função *marketing* em duas áreas que deram origem ao departamento de *marketing* estratégico — que constituirá um veículo de apoio à escolha das estratégias de negócio, à análise das necessidades dos clientes e da adequação da oferta do Banco e da sua rede de distribuição a essas necessidades, para além de contribuir para a afirmação da identidade corporativa do Banco Espírito Santo — e ao departamento de *marketing* operacional.

Na perspectiva de aumentar a eficácia comercial, colocando em sintonia a força de vendas com a estratégia de *marketing* definida para segmentos e ou produtos-alvo, foi criada uma estrutura de animação comercial. Tais elementos, instalados na organização junto dos departamentos comerciais, constituem os principais elos de ligação, orientação, dinamização e apoio à venda e têm tido um papel fulcral para o sucesso na comercialização de produtos do Banco com especial incidência nos produtos bancasseguros.

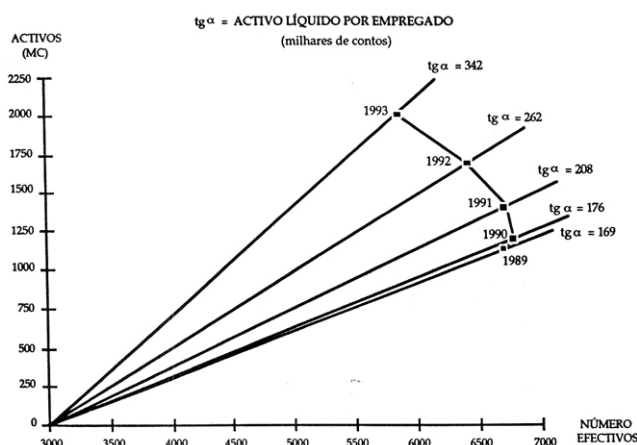
A animação comercial terá pois, como objectivo essencial o desenvolvimento de:

- Acções de informação/formação sobre produtos;
- Metodologias e instrumentos de apoio à venda;
- Campanhas promocionais nacionais ou locais;
- Correspondente acompanhamento dos balcões.

No capítulo dos meios humanos, tendo como referência o clima de mudança que se atravessa, o modelo de gestão integrado dos recursos humanos, assume um papel fundamental na concretização e desenvolvimento da transformação que se pretende realizar no BES. Neste modelo, as vertentes qualidade e quantidade dos efectivos constituíram a preocupação central, tendo sido prosseguida uma política de pessoal que, através da reorganização de serviços e da maior qualificação dos trabalhadores, visa o reforço das competências, da polivalência e da adaptabilidade do quadro de pessoal do Banco.

Durante o ano de 1993, o número de trabalhadores reduziu-se em 562, dos quais 559 pertenciam aos quadros da sede e rede interna e três às representações exteriores, tendo-se a produtividade do Banco, medida pelo activo líquido por empregado, aproximando dos níveis médios da banca europeia.

Evolução do activo líquido e do número de efectivos



A formação profissional continuou a ser um meio fundamental para se atingirem, com sucesso, os objectivos da política delineada para os recursos humanos.

Procurando compatibilizar os objectivos de produtividade e crescimento definidos e as necessidades de valorização profissional e pessoal dos trabalhadores, a formação continuou a revelar-se como um instrumento estratégico fundamental, viabilizando, através da transmissão de novas competências e desempenhos, a adaptação dos empregados às novas exigências funcionais e orgânicas e à rápida evolução tecnológica.

Em 1993, a par de um importante esforço global de formação em áreas prioritárias, salientam-se as actividades formativas realizadas no âmbito do projecto de atendimento, cujo impacto se traduz em profundas alterações funcionais, orgânicas e tecnológicas a nível da rede, na continuação do plano de preparação de quadros comerciais e na utilização de novos meios tecnológicos.

Numa perspectiva de grupo, continuaram a realizar-se acções de formação na área bancasseguros e foi planificado e concretizado, em colaboração com a Crediflash, um plano de formação no âmbito do lançamento do cartão BES Classic.

No corrente ano, a política de acção social prosseguida procurou reforçar os diversos esquemas de apoio instituídos, dando-se continuidade às acções programadas a nível das medicinas de trabalho e curativa.

Mereceu especial atenção o apoio social e técnico aos reformados tendo sido desenvolvidas modalidades especiais de crédito.

Reorganização administrativa dos serviços centrais:

Face às profundas alterações que nos últimos anos se têm vindo a verificar no sistema financeiro nacional e internacional, o Banco decidiu adoptar medidas de reajustamento na estrutura por forma a responder com eficácia às necessidades e desafios de um meio envolvente em forte turbulência.

Nesse contexto e tendo como objectivo fundamental melhorar a posição competitiva do Banco, assegurando a prestação de serviços a menor custo, desenvolveu-se, ao longo de 1993, nos serviços centrais de Lisboa e Porto, um programa de Análise do Valor das Actividades — AVA.

Os departamentos não comerciais foram divididos em 91 unidades AVA, passando cada uma delas por um processo de trabalho estruturado e rigoroso, dividido em quatro fases distintas: levantamento, geração de ideias de melhoria, contraste e avaliação e implementação das ideias aprovadas.

Este processo desenvolveu-se das bases para o topo e registou assinalável fluidez, resultante do elevado empenhamento e disponibilidade dos membros da equipa nomeada e do bom envolvimento e participação da generalidade dos elementos das unidades em análise e das respectivas hierarquias.

Este esforço de racionalização, para além das poupanças significativas que dele resultaram, permitiu criar as condições para uma reflexão dos responsáveis hierárquicos quanto ao posicionamento das actividades que desenvolvem na cadeia de valor do Banco.

Este processo veio ainda facultar elementos que poderão ser utilizados na adequação dos meios ao volume de actividades e criar, no BES, uma maior sensibilidade na abordagem de temas importantes e actuais como sejam o controlo de custos e a gestão dos recursos humanos.

6.2 — Meios tecnológicos e sistema de informação:

Tendo como pano de fundo o meio envolvente em que a actividade bancária se irá processar, o BES iniciou, em 1993, um processo de reorganização global o qual tem vindo a ser concretizada através da implementação progressiva de vários projectos:

Projecto de direcções regionais, com o objectivo de potenciar a capacidade negocial e de gestão da rede;

Projecto atendimento, com o qual se pretende responder às necessidades e expectativas dos clientes, nos planos técnico, relacional, operacional e de *marketing*, veiculando a imagem e valores que são atributos do Banco e criando um clima propício ao alargamento da relação comercial a outras actividades e serviços;

Projecto de racionalização e simplificação das tarefas administrativas, quer a nível central quer a nível dos balcões.

Respondendo ao clima de mudança e expansão, o Banco tem dado cumprimento ao projecto de alargamento da rede de agências implementando um novo modelo de organização, instalando os meios informáticos e sistemas adequados ao seu funcionamento.

Do conjunto de resoluções tomadas, com o objectivo de colocar o BES numa posição privilegiada quer operacional quer tecnicamente, assumiu especial importância a escolha do novo sistema de informação, projecto este que obrigou à mudança do equipamento informático a nível central, à customização e adaptação de *packages*, à implementação de um novo conceito de posto de trabalho e à adopção de novas metodologias de desenvolvimento de projectos informáticos.

Esgotada a capacidade do equipamento de suporte à produção, houve necessidade de se proceder à sua substituição, acção essa que só foi possível concretizar durante 1993 e que veio na sequência da decisão

já anteriormente tomada de transferir as actuais instalações do centro de processamento de dados da Rua Castilho para Carnaxide. Com o novo computador, a qualidade do serviço prestado passou a apresentar significativas melhorias.

Novo sistema de informação:

Tendo como adquirido que a actividade bancária se baseia no aproveitamento das oportunidades oferecidas pelas novas tecnologias, o BES encetou um projecto de profunda reformulação do seu sistema de informação, como forma de se colocar numa posição privilegiada, quer operacional quer tecnicamente.

O actual sistema, fruto de uma longa evolução, suportou várias adaptações, algumas por imposição técnica, outras como resultado da pressão exercida pelos utilizadores, apresentando uma razoável cobertura funcional, mas com fraco nível de integração dos vários subsistemas. Ao fim de todos estes anos, o sistema tornou-se bastante complexo e por isso de manutenção pesada.

Depois de um rigoroso estudo sobre as várias hipóteses de evolução, o BES optou por um novo sistema, tendo como núcleo de desenvolvimento o *package* EXA.

O EXA, fruto do esforço comum de 10 caixas regionais do Crédito Agrícola, tem como característica uma concepção coerente e integrada, os seus componentes obedecerem a uma mesma lógica conceptual, utilizarem os mesmos referenciais e serem escritos e desenvolvidos pelas mesmas ferramentas. A sua arquitectura é recente e bem estruturada, baseada na modularidade e independência dos seus subsistemas (módulos), desenvolvida no conceito cliente servidor e permite uma boa integração com outras aplicações.

Resultante desta opção, foi lançado o projecto que desenvolverá a sua acção no decurso dos próximos três anos, em torno dos seguintes eixos:

Mudança do sistema de informação com uma cobertura funcional que se estenderá desde o tratamento do potencial cliente, passando pelas acções de *marketing* e comerciais, à pré-venda, à concessão e gestão do crédito até ao pré-contencioso, aos depósitos, aos títulos, contabilidade, área internacional, recursos humanos, etc.;

Mudança de construtor do servidor central de aplicações;

Mudança da plataforma *software* dos postos de trabalho para OS/2;

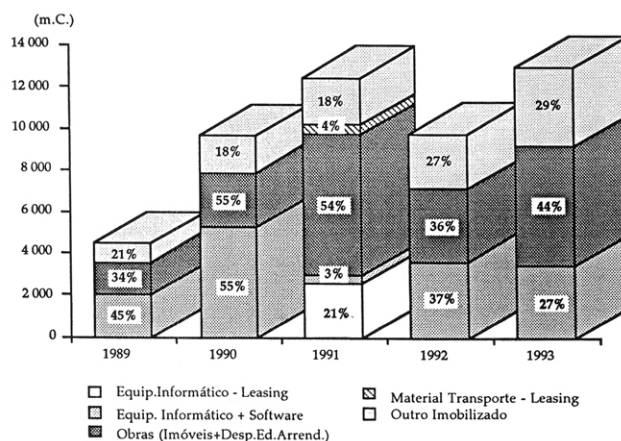
Mudança de métodos de trabalho a nível da plataforma de desenvolvimento com a utilização sistemática de metodologias e *case tools*.

De grande amplitude e impacto no Banco, o sucesso deste projecto consistirá, fundamentalmente, na passagem harmoniosa do actual para o novo sistema.

6.3 — Investimentos:

Como se tem vindo a referir, o BES colocou em marcha um programa de modernização que tem implicado e continuará a exigir um significativo esforço de investimento.

Investimentos em imóveis e equipamento



O volume de investimentos realizado em 1993 com imóveis e equipamento elevou-se a quase 13 milhões de contos, dos quais 27% respeitam a *software* e equipamento informático e 44% a novas instalações e adaptações das actuais aos projectos de adaptação da rede.

Se lhe adicionarmos os investimentos de natureza financeira, isto é, os relacionados com a reconfiguração da carteira de participações, o valor global foi cerca de 27 milhões de contos, conforme se apresenta no quadro seguinte:

(Em milhares de contos)

Natureza dos bens	Saldo inicial (líquido)	Investimento			Amortizações/ provisões do exercício	Mais-valias e outro movimento	Saldo final (líquido)
		Compras	Vendas	Líquido			
Imobilizado corpóreo	47 039	8 431	5 837	2 594	4 853	567	45 347
Imóveis	35 885	2 846	4 526	— 1 680	620	564	34 149
Equipamento	11 024	5 507	1 311	4 196	4 233	3	10 990
Outro	130	78	—	78	—	—	208
Imobilizado incorpóreo	2 515	4 613	—	4 613	1 682	180	5 626
Despesas de edifícios arrendados ...	1 205	2 849	—	2 849	823	141	3 372
Outro	1 310	1 764	—	1 764	859	39	2 254
Participações financeiras	26 526	13 942	9 124	4 818	1 342	7 508	37 510
Total	76 080	26 986	14 961	12 025	7 877	8 255	88 483

Embora o investimento total tenha atingido o montante de 27 milhões de contos, o volume de desinvestimento verificado (15 milhões de contos), originou um dispêndio líquido de apenas 12 milhões de contos, sendo de realçar ainda o facto de o BES continuar a assegurar o seu financiamento através de aumentos da situação líquida (capital e reservas) e a respeitar, com larga margem de manobra, o *ratio* prudencial fixado pelo Banco de Portugal quanto à cobertura do activo imobilizado pelos fundos próprios.

6.4 — Imagem institucional:

A divulgação da imagem institucional do BES para o exterior, constituiu uma das mais importantes vertentes da estratégia de comunicação.

Deste modo, conseguiu-se fomentar a homogeneidade da presença do Banco em qualquer ponto em que este se encontre, enquanto enti-

dade distinta e una. Para isso, iniciou-se o desenvolvimento de um estilo de comunicação que assenta nos seguintes aspectos fundamentais:

- Nova cor e logótipo;
- Marca institucional (Banco Espírito Santo);
- Novas fachadas e *layout* das agências;
- Sistema integrado de *merchandising* com nova apresentação de folhetos, cartazes e anúncios;
- Nova filosofia de atendimento.

Inseridas nas novas normas de comunicação do Banco, foram lançadas as campanhas publicitárias da Conta em Movimento e Conta Movimento Universitário, Crédito à Habitação, Cartão BES Classic, Oferta Emigrante, Plano Poupança Fiscal, bem como a criação da nova imagem da gama de cartões e de novos cheques, os quais serão brevemente postos à disposição dos nossos clientes.

A apoiar a vertente publicitária continuou a ser dado especial relevo às acções de promoção e relações públicas, nomeadamente, através de:

Presença em feiras e congressos, cuja localização geográfica ou interesse temático se revelasse de manifesto interesse;

Patrocínio de colóquios e seminários que projectassem as instituições organizadoras e os valores culturais do Banco;

Patrocínio de eventos especiais (ex: concertos e espectáculos, Estoril Open de Ténis, Challengers Trophy Empresas e de Universidades, provas desportivas e universitárias), que facilitassem a notoriedade e o posicionamento do Banco em segmentos estratégicos;

Celebração de protocolos de cooperação com entidades de especial relevância para o desenvolvimento regional e local.

6.5 — Rede comercial:

Prosseguindo o objectivo de adequar os níveis de qualidade dos serviços às exigências de cada segmento de mercado, o Banco iniciou o processo de segmentação da rede, tendo em vista a abordagem especializada do mercado de particulares e empresas.

Rede de distribuição:

Constituindo o Banco Espírito Santo o centro de um grupo financeiro, dispõe de uma rede de balcões — pólo de distribuição de um serviço global é especializado — segmentada em retalho (particulares e PME), particulares/private banking (médio-alto e alto rendimento) e grandes empresas.

Complementarmente, tem sido dado forte incremento à externalização dos serviços através da rede interna de ATM/BES, de ATM/SIBS, de terminais de ponto de venda (POS) e *home-banking* que asseguram uma maior comodidade de serviço aos clientes

Com o objectivo da melhoria sistemática do atendimento, tem o Banco vindo a proceder ao desdobramento dos seus balcões — abrindo novas agências em zonas de proximidade — e ainda a diversificar os horários de abertura, de forma a permitir um nível de serviço compatível com a exigência de qualidade dos clientes.

Os principais projectos em implementação, no âmbito da rede de distribuição são os seguintes:

- Projecto atendimento;
- Expansão, desdobramento e segmentação da rede de balcões;
- Descentralização/criação de direcções regionais;
- Simplificação das tarefas administrativas;
- Sistema de *merchandising*.

Nesse processo, assume, mais uma vez, especial relevo o projecto atendimento, que experimentou uma forte aceleração durante o ano de 1993, sendo já visíveis as alterações ao nível dos desempenhos (melhoria da qualidade), dos actos de gestão (melhoria da produtividade e polivalência) e dos resultados (aumento da *performance*).

Projecto atendimento:

O projecto de atendimento assenta no desenvolvimento dos seguintes conceitos-base:

- Maior satisfação das expectativas e necessidades dos clientes;
- Desenvolvimento de um novo conceito de atendimento;
- Segmentação do atendimento;
- Diferenciação;
- Criação de um ambiente acolhedor nas agências;
- Modernização do *lay-out*.

Em consequência, e não obstante a situação conjuntural menos favorável, estão lançadas as condições comerciais básicas para que o Banco Espírito Santo se possa continuar a diferenciar pela qualidade do serviço prestado, pelo crescimento da actividade e consequente aumento dos resultados de exploração.

Paralelamente, a estratégia de mudança é ainda visível nos balcões, com a implantação generalizada do sistema de *merchandising*, o qual constitui, globalmente, um sistema integrado de comunicação no ponto de venda.

Para além de reforçar a identidade da imagem institucional do Banco, o sistema constituiu um forte instrumento de apoio à rede comercial, já que estimula a comunicação promocional com os clientes e corporiza as prioridades de venda de produtos. Foi concebido para implantar uma estrutura flexível dentro das agências, aumentar a qualidade do atendimento e proporcionar uma inestimável comodidade em termos de informação, melhorando, ao mesmo tempo, a capacidade de diferenciação do BES.

Sistema de *merchandising*:

Tem o Banco Espírito Santo vindo a implementar, progressivamente, um sistema integrado de *merchandising* nas suas agências com os seguintes objectivos:

Adequar e integrar a informação no local de contacto com os clientes;

Permitir uma melhor visualização e identificação dos produtos/serviços oferecidos pelo Banco;

Estimular e potenciar a comunicação promocional;

Acentuar a identidade corporativa do Banco Espírito Santo;

Apoiar a organização das zonas de atendimento.

Tendo sido iniciada a instalação deste sistema na rede de distribuição do Banco em 1992, no final de 1993, o sistema já era parte integrante de 170 balcões distribuídos por todo o país.

Privilegiando a política de externalização, o BES continuou a dotar a maioria dos balcões com ATM/multibanco. Nesta perspectiva, o número de ATM a funcionar na rede multibanco, foi significativamente reforçado, representando uma quota de 11% relativamente ao total do sistema.

Com o objectivo de prestar um melhor serviço às grandes empresas clientes, o Banco continuou a disponibilizar ATM/multibanco para as suas instalações, aumentando significativamente o número total de máquinas a funcionar nestas condições.

A instalação de terminais de pagamento automático (POS) em comerciantes, também prosseguiu em bom ritmo, o que permitiu a manutenção da posição cimeira do Banco neste tipo de serviço, com uma quota de 12,5%.

Deste modo, as transacções efectuadas pelos clientes do BES através da rede SIBS experimentou um aumento considerável (33%), a que corresponde a mais de meio milhão de cartões em circulação emitidos pelo Banco.

Expansão da rede:

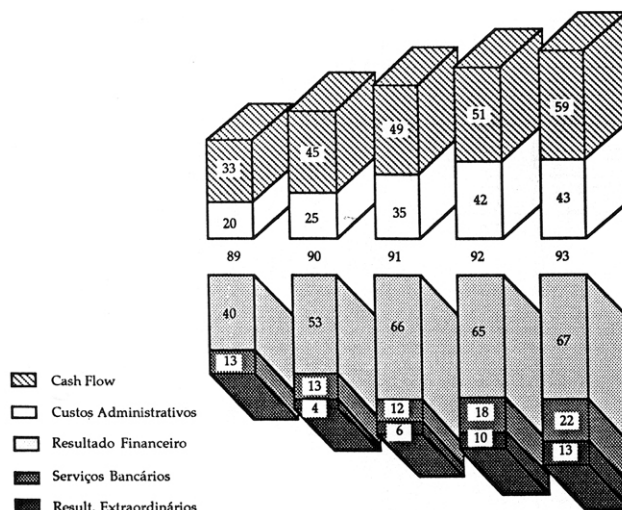
Com vista à optimização da cobertura geográfica do mercado nacional, tornando o BES cada vez mais um Banco de proximidade, foram abertos mais 30 novos balcões. Desta forma, em 31 de Dezembro de 1993, a rede do BES englobava 260 balcões em território nacional, cinco sucursais e seis escritórios de representação no estrangeiro, o que perfaz um total de 271 postos de atendimento.

7 — Resultados

O Banco encerrou o exercício de 1993 com um volume de fundos gerados de quase 59 milhões de contos, o que traduz um acréscimo de 15,5% em relação ao ano anterior, ou seja, uma aceleração face ao realizado no exercício de 1992, tendo o produto bancário atingido perto de 89 milhões de contos.

A aceleração do crescimento do *cash-flow*, apesar do estreitamento das margens, fica a dever-se, fundamentalmente, à política de contenção de custos e ao significativo incremento (+ 23%) da contribuição dos serviços, que passou a representar 25% do produto bancário de exploração.

Evolutivo dos resultados por funções (milhões de contos)



Para além da evolução favorável dos resultados financeiros, dos serviços bancários e dos custos administrativos, realça-se o aumento dos resultados extraordinários devido, sobretudo, à reposição de provisões e à alienação de activos fixos e de participações financeiras.

Quanto à distribuição do *cash-flow*, 6,5 milhões de contos foram afectos a amortizações e 26 milhões de contos para provisões, valor este superior em quase 12% ao de 1992.

(Em milhares de contos)

Variáveis	Banco		Variações	
	1993	1992	Absolutas	Relat. (percent.)
Juros e proveitos equiparados	207 394	211 818	— 4 424	— 2,1
— Juros e custos equiparados	140 604	146 941	— 6 337	— 4,3
= Margem financeira	66 790	64 877	1 913	2,9
+ Serviços bancários	21 954	17 918	4 036	22,5
= Produto bancário	88 744	82 795	5 949	7,2
+ Resultados extraordinários e reposições	12 670	10 223	2 447	23,9
— Custos administrativos	42 561	42 063	498	1,2
= Resultado bruto/ <i>cash-flow</i>	58 853	50 955	7 898	15,5
— Dotações para amortizações	6 535	6 506	29	0,4
— Dotações para provisões	26 163	23 444	2 719	11,6
— Impostos	5 955	3 470	2 485	71,6
= Resultado do exercício	20 200	17 535	2 665	15,2

7.1 — Resultados da intermediação de balanço:

Quantificando, em termos de resultados, a actividade de intermediação — proveitos e custos dos activos e passivos financeiros — constata-se que a margem absoluta evoluiu favoravelmente, muito embora, a margem relativa tenha apresentado uma redução próxima dos 0,6 pontos, na linha, aliás, daquilo que vem sucedendo para o conjunto da banca a operar em Portugal.

(Em milhares de contos)

Variáveis	Banco		Variações	
	1993	1992	Absolutas	Relat. (percent.)
1 — Proveitos de intermediação	207 394	211 818	— 4 424	— 2,1
1.1 — Juros de crédito	115 790	113 858	1 932	1,7
Interno	104 510	97 978	6 532	6,7
Externo	10 551	15 404	— 4 853	— 31,5
Outros	729	476	253	53,2
1.2 — Outras aplicações	91 604	97 960	— 6 356	— 6,5
Disponibilidades	12 443	13 791	— 1 348	— 9,8
Aplicações em instituições de crédito	24 042	27 344	— 3 302	— 12,1
Títulos	55 119	56 825	— 1 706	— 3,0
2 — Custos de intermediação	140 604	146 941	— 6 337	— 4,3
2.1 — Recursos de clientes	97 888	102 435	— 4 547	— 4,4
2.2 — Recursos de instituições de crédito	34 198	32 666	1 532	4,7
2.3 — Outros recursos	8 518	11 840	— 3 322	— 28,1
3 — Margem de intermediação (1–2)	66 790	64 877	1 913	2,9

A explicitação da evolução da margem através dos efeitos de capital e de taxas mostra que, o aumento da margem absoluta, se deveu a um maior volume de actividade, cujo efeito alavanca mais que compensou o efeito negativo das taxas, o qual, por sua vez, se encontra explicado por uma mais rápida descida das taxas activas do que a verificada para a dos recursos alheios.

(Em milhares de contos)

Rubricas	Efeito do capital			Efeito das taxas			Variação de juros
	Taxa (percent.)	Variação de capital	Variação de juros	Capital	Var. taxa (percent.)	Variação de juros	
Aplicações	15 352	263 965	40 523	1 691 802	— 2,657	— 44 947	— 4 424
Disponibilidades	8 376	11 417	956	176 075	— 1 309	— 2 304	— 1 348
Crédito	16 541	136 290	22 544	824 608	— 2 500	— 20 612	1 932
Outras aplicações	14 642	116 258	17 022	691 119	— 3 188	— 22 030	— 5 008
Recursos alheios	10 907	252 722	27 565	1 611 059	— 2 104	— 33 902	— 6 337
Depósitos	10 600	149 665	15 865	1 115 988	— 1 829	— 20 412	— 4 547
Outros recursos	11 353	103 057	11 700	495 071	— 2 725	— 13 490	— 1 790
Diferença			12 957			— 11 044	1 913

7.2 — Resultados dos serviços bancários:

Com quase 22 milhões de contos de resultados em 1993 (mais 22,5% do que no ano transacto) esta área passou a representar cerca de um quarto do produto bancário. Este desenvolvimento, ligado não só à conjuntura actual de baixa das taxas de juro e consequente procura de fontes alternativas de resultados, como à própria evolução dos mercados, exigindo mais e melhores serviços, reflecte, entre outros factores:

A criação de novos produtos, nomeadamente associados a títulos, transferências, ordens de pagamento, bancasseguros e fundos de investimento e tesouraria;

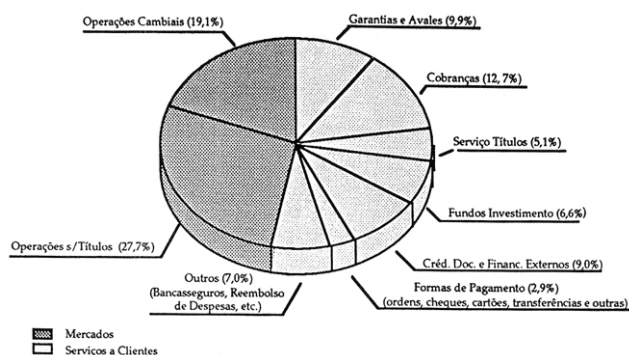
A generalização da aplicação de técnicas de venda cruzada, potenciada quer pela inserção do BES num grupo financeiro global, quer pela implementação de projectos em curso com reflexos positivos na qualidade dos serviços;

A entrada em novos mercados, quer geográficos (mais 31 pontos de venda) quer segmentários (entre particulares e entre empresas, com o desenvolvimento de produtos próprios).

A gestão dos custos, dos riscos e o acompanhamento do preçário.

No gráfico infra, retrata-se a distribuição dos resultados pelos produtos mais significativos:

Resultados de serviços bancários

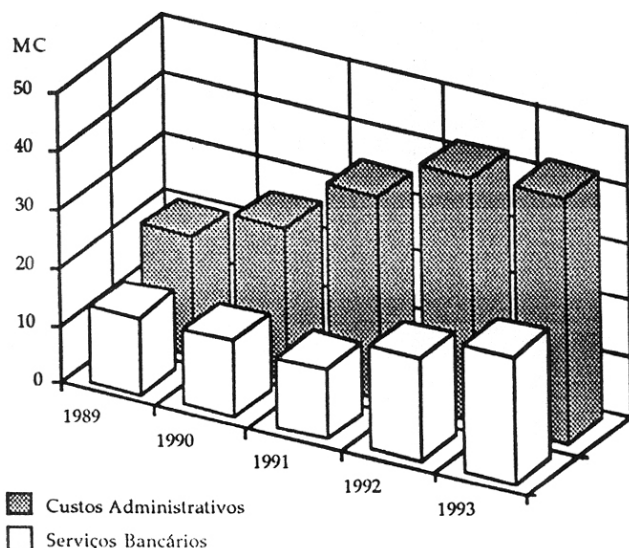


Como se pode observar, consideram-se dois tipos de resultados:

Os ligados a intervenções em mercados — 10,7 milhões de contos — onde se destacam os cambiais e os resultados em operações sobre títulos;

Os serviços a clientes — 11,3 milhões de contos — integrando os serviços que efectivamente se prestam a clientes, sendo os mais preponderantes, as garantias e avais (2,2 milhões de contos), as cobranças (2,8 milhões de contos), os créditos documentários e financiamentos externos (2 milhões de contos), os serviços de títulos (1,1 milhões de contos) e os fundos de investimento (1,5 milhões de contos).

Fazendo a ligação dos resultados obtidos nos serviços com os custos administrativos suportados, verifica-se que, apesar de se estar ainda bastante aquém da cobertura total dos segundos pelos primeiros, se continua a processar a sua aproximação.



Na intervenção do Banco na área de mercados, assinala-se a inauguração da nova sala de mercados que passou a contar com equipamentos informático e de comunicações considerados, tecnologicamente, dos mais evoluídos.

Por outro lado, o crescente entrosamento entre o mercado monetário e o mercado de capitais, traduziu-se na relocação da área de *dealing* do mercado de títulos no espaço da nova sala. Saliente-se, ainda, que foram dados os primeiros passos no que se refere ao desenvolvimento da área de novos produtos financeiros (derivativos).

Ao nível da actividade de *foreign exchange*, o BES tem vindo a assumir, de forma continuada e coerente dois objectivos fundamentais: rentabilidade e quota de mercado.

Relativamente ao primeiro, o BES tem assumido uma posição de relevo ao apresentar-se como *market maker* no mercado cambial, o que lhe tem possibilitado aumentar os resultados cambiais à vista e a prazo.

Quanto ao segundo objectivo e pese embora a agressividade crescente da concorrência, ter-se-á conseguido manter em bom nível, fruto de uma maior especialização em operações cambiais com grandes empresas, que aperfeiçoam cada vez mais os seus mecanismos de cobertura da exposição ao risco cambial. Saliente-se o aspecto positivo que revestiu a articulação sede-sucursais, numa óptica de descentralização dos negócios, permitindo uma postura mais competitiva do Banco face às condições prevalecentes no mercado.

7.3 — Custos operativos:

Tendo por base o cenário de competitividade que se prefigura para a actividade bancária, onde a qualidade dos serviços prestados e os custos incorridos na sua produção jogarão um papel fundamental na diferenciação dos concorrentes, o BES iniciou um vasto programa de racionalização tendo em vista a sua adaptação àquelas modificações do contexto.

A relação entre as medidas implementadas e a evolução dos custos operativos, traduzem um indiscutível sucesso e constituíram um dos acontecimentos mais relevantes da condução da gestão do BES em 1993.

(Em milhares de contos)

Variáveis	Banco		Variações	
	1993	1992	Absolutas	Relat. (percent.)
Custos com pessoal	27 642	28 428	— 786	— 2,8
Remunerações	19 861	18 944	917	4,8
(Custos <i>per capita</i>) (contos)	(3 387)	(2 948)	(439)	(14,9)
Encargos sociais	7 644	9 266	— 1 622	— 17,5
Outros custos	137	218	— 81	— 37,2
Fornecimentos de terceiros	1 658	1 703	— 45	— 2,6
Serviços de terceiros	13 261	11 932	1 329	11,11

(Em milhares de contos)

Variáveis	Banco		Variações	
	1993	1992	Absolutas	Relat. (percent.)
Amortizações	6 535	6 506	29	0,4
Imóveis	620	530	90	17,0
Equipamento	4 233	4 170	63	1,5
Outro imobilizado	1 682	1 806	— 124	— 6,9
<i>Total</i>	<i>49 096</i>	<i>48 569</i>	<i>527</i>	<i>1,1</i>
Percentagem do produto bancário	44,3	58,7	— 3,4	

Os custos com pessoal, pese embora o aumento das remunerações e consequente incremento nos vencimentos *per capita*, apresentam uma redução de 2,8%; os fornecimentos de terceiros de 2,6% e os serviços prestados por terceiros, apesar de terem crescido 11%, continuam em desaceleração. No conjunto, verifica-se um ligeiro aumento dos custos de funcionamento, que avaliados em termos reais representarão uma redução próxima de 5%, com redução do seu peso no produto bancário em 3,4 pontos percentuais.

7.4 — Rendibilidade:

A ligação entre os proveitos e custos incorridos, tanto financeiros como não financeiros, e o volume de actividade — aplicações e recursos próprios e alheios — conduzem à noção de taxas médias e coeficientes de gestão.

Comparativamente ao ano de 1992, apresentam as seguintes particularidades:

(Em milhares de contos)

Variáveis	1993			1992		
	Capitais médios	Taxa/coef. (percen.)	Proveitos/custos	Capitais médios	Taxa/coef. (percen.)	Proveitos/custos
Aplicações	1 691 802	12,26	207 394	1 427 837	14,83	211 818
Disponibilidades	176 075	7,07	12 443	164 658	8,38	13 791
Crédito concedido	824 608	14,04	115 790	688 318	16,54	113 858
Outras aplicações	691 119	11,45	79 161	574 861	14,64	84 169
Recursos alheios	1 611 059	8,73	140 604	1 358 337	10,82	146 941
Depósitos	1 115 988	8,77	97 888	966 323	10,60	102 435
Outros recursos	495 071	8,63	42 716	392 014	11,35	44 506
Margem de intermediação	1 691 802	3,95	66 790	1 427 837	4,54	64 877
Recursos próprios e diferenciais	80 743	8,73	7 047	69 500	10,82	7 518
Margem financeira de exploração	1 691 802	3,53	59 743	1 427 837	4,02	57 359
Proveitos de autofinanciamento	—	0,42	7 047	—	9,53	7 518
Serviços bancários	—	1,30	21 955	—	1,25	17 918
Produto bancário	—	4,83	81 698	—	5,27	75 277
Resultados extraordinários	—	0,75	12 670	—	0,72	10 223
Custos administrativos	—	2,52	42 561	—	2,95	42 063
Resultado bruto/cash-flow	—	3,48	58 854	—	3,57	50 955

Expressiva diminuição da taxa do crédito concedido (2,5 pontos) quando comparada com a verificada para os depósitos (1,8 pontos);
 Redução da margem de intermediação em 0,6 pontos, em consequência do desnível entre a evolução das taxas activas e das passivas;
 Melhoria da rendibilidade dos serviços;
 Significativa redução do peso dos custos administrativos em relação à actividade desenvolvida.

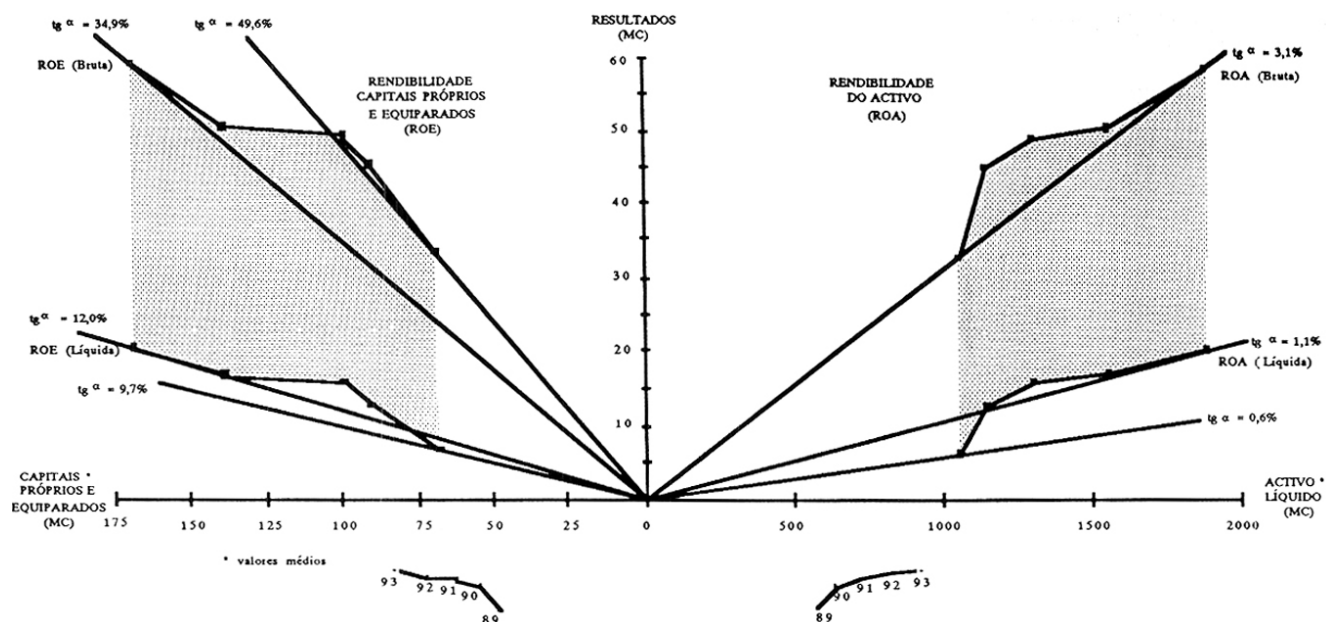
Embora tenha sofrido uma nova quebra na margem financeira relativa, o Banco conseguiu contrariar esse efeito através da elevação do contributo dos serviços e da redução dos custos reais administrativos, com repercussões favoráveis na inversão da tendência que se vinha verificando nas rendibilidades dos capitais próprios (ROE) e dos activos (ROA), como se ilustra no gráfico da página seguinte.

8 — Proposta de aplicação dos resultados de 1993

Nos termos da alínea b) do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais e em conformidade com o artigo 19.º dos estatutos, propõe-se, para aprovação da assembleia geral, a seguinte aplicação dos resultados do exercício (em milhares de contos):

Para reserva legal	2 020
Para distribuição aos colaboradores e órgãos sociais	1 700
Para distribuição aos accionistas	11 090
Para outras reservas	5 390
	<u>20 200</u>

Evolução da rentabilidade dos activos e capitais próprios e equiparados (1989-1993) *



Actividade das empresas subsidiárias e consolidação

1 — Actividade das empresas subsidiárias

1.1 — Banco Espírito Santo, S. A. (Espanha):

Sede social: Avenida Diagonal, 662-664, 08034 Barcelona, Espanha.
 Capital social: 4337 milhares de contos.
 Activo líquido: 51 063 milhares de contos.
 Resultado do exercício: 125 milhares de contos.
 Participação do BES: 100%

O Banco Industrial del Mediterráneo, foi adquirido pelo BES e pelo grupo Espírito Santo no 1.º semestre de 1992, procedeu à alteração de nome para Banco Espírito Santo, S. A., iniciando assim, um processo de normalização operativa que inclui a definição de um novo sistema informático, a ser instalado durante o 1.º semestre de 1994, e o reforço de quadros técnicos. Em fins de 1993, o BES passou a deter a totalidade do capital no BES, S.A.

Durante o exercício de 1993, os recursos alheios cresceram 18%, sendo também de assinalar um forte crescimento do financiamento hipotecário e do financiamento comercial a empresas. Em Maio, foi lançado no mercado um fundo — Espírito Santo Dinero FIAMM, que em pouco tempo atingiu 2500 milhões de pesetas; em Setembro, constituiu-se um novo fundo — Espírito Santo Renta Valor, que em breve será comercializado.

O Banco opera com uma rede de 16 unidades, estando prevista para breve a inauguração da nova sede social e agência principal em Madrid, na Calle Velásquez 108-110, bem como a abertura de um balcão em Barcelona.

Em 1994, apesar da continuação da crise económica espanhola, os resultados irão certamente melhorar devido, por um lado, às medidas de racionalização de custos adoptadas no exercício em apreço e, por outro, à comercialização dos produtos de *leasing* através da rede de balcões do BES, S. A.

1.2 — Banco ESSI, S. A.:

Sede social: Rua Tierno Galvan, torre 3, 14.º, 1000 Lisboa.
 Capital social: 10 000 milhares de contos.
 Activo líquido: 61 121 milhares de contos.
 Resultado exercício: 181 milhares de contos.
 Participação do BES: 34,1%.

O ano de 1993, foi um ano pouco favorável para o Banco ESSI, cujas razões se prendem essencialmente com uma maior lentidão na alienação de activos não remunerados associada à estratégia de crescimento seguida enquanto sociedade de Investimentos. No entanto, a transformação em Banco e a progressiva especialização das instituições financeiras do GES, criaram novas condições para reforçar a posição na área de *merchant banking*, nomeadamente através da

referida reestruturação do balanço do Banco de forma a assegurar uma maior adaptação a esta vocação que se pretende acentuar.

Houve um apreciável incremento das operações no mercado de capitais que teve como consequência um aumento das respectivas receitas líquidas de 28%, em relação às alcançadas no ano de 1992. A organização e tomada firme de operações de crédito sindicado cresceram 10%, a intervenção do Banco na tomada firme e colocação de acções cresceu 66,4%, como resultado do envolvimento em operações de reprivatização, e foi um dos principais agentes no desenvolvimento do mercado de papel comercial.

Em 1993 o Banco consolidou a sua posição de liderança no mercado de *project-finance*, obtendo novos e importantes mandatos em projectos de grande relevo nacional.

Com a transformação em Banco foi possível desenvolver novas formas de crédito mais flexíveis e adaptáveis às necessidades dos clientes.

Os capitais próprios aumentaram 66% através da realização de dois aumentos de capital sendo um em Maio, de dois milhões de contos por incorporação de reservas e o outro em Dezembro, de três milhões de contos realizado por subscrição pública. Com base nos avisos emitidos pelo Banco de Portugal, apurou-se o rácio de solvabilidade de 12%.

1.3 — Bescleaving — Sociedade de Locação Financeira Mobiliária, S. A.:

Sede social: Avenida Álvares Cabral, 27, 1.º, 1200 Lisboa.
 Capital social: 3000 milhares de contos.
 Activo líquido: 38 953 milhares de contos.
 Resultado do exercício: 1012 milhares de contos.
 Participação do BES: 89,2%.

A actividade de locação financeira mobiliária sofreu também o reflexo da evolução relativamente desfavorável da conjuntura económica, não obstante a liberalização da actividade e o facto de 1993 constituir o último ano em que vigoraram os benefícios fiscais para operações de *leasing*, perspectivando para 1994 uma evolução negativa da actividade de locação financeira e consequentemente uma redução das margens financeiras.

O sector apresenta um crescimento negativo da actividade em relação ao ano anterior (— 1,4%), situação que contrasta com a evolução positiva da Bescleaving (9,3%), tendo o seu posicionamento no *ranking* passando da 5.ª para a 4.ª posição e a sua quota de mercado de 8% para 8,7%, relativamente ao exercício precedente.

Em 1993, a empresa celebrou 3431 contratos no valor global de 23,4 milhões de contos, sendo a indústria, o comércio e os transportes os sectores que maior representatividade detiveram na sua carteira.

Os tipos de equipamento mais financiados foram, por ordem decrescente, as viaturas e os equipamentos informático, electrónico e de construção e obras públicas.

No presente exercício foi aberta uma nova delegação na cidade de Torres Vedras, passando a Bescleasing a estar representada, para além da referida, no Porto, em Coimbra, Leiria e Setúbal.

O activo líquido, registou um crescimento de 23,9% em relação a 1992, assumindo natural relevância o imobilizado de locação financeira que representa 89,8% do activo total líquido, enquanto o resultado líquido apurado em 1993, registou o expressivo acréscimo de 109,4% em relação ao ano anterior.

1.4 — BIC — Banco Internacional de Crédito, S. A.:

Sede social: Avenida Fontes Pereira de Melo, 27, 1000 Lisboa.
Capital social: 11 600 milhares de contos.
Activo líquido: 201 243 milhares de contos.
Resultado exercício: 859 milhares de contos.
Participação do BES: 16,5%.

A actividade do Banco Internacional de Crédito durante o exercício de 1993, desenvolveu-se tendo como pressupostos a sua estratégia tradicional, a par da nova orientação de abertura do Banco ao segmento de crédito imobiliário, quer na vertente da construção quer da habitação, o que determinou alterações estruturais adequadas à nova situação, nomeadamente ao nível da concepção, desenvolvimento e lançamento de produtos de crédito imobiliário.

Com o objectivo de contribuir para o crescimento do *funding* e do desenvolvimento do crédito imobiliário, procedeu-se ao alargamento da rede de balcões, que aumentou de doze para vinte, com a abertura de oito novas agências nas áreas da Grande Lisboa (Loures, Alverca, Amadora, Laranjeiro, Andrade Corvo e Montijo) e Grande Porto (Maia e Gondomar). Em 31 de Dezembro de 1993 assinala-se a abertura de uma sucursal *off-shore* nas Ilhas Caimão.

Ainda com o propósito de permitir o desenvolvimento da sua nova orientação estratégica, houve necessidade de reforçar os fundos próprios, pelo que foi lançada uma emissão de obrigações de caixa subordinadas, no montante de 2250 milhares de contos.

De salientar, também, a continuação e aprofundamento do desenvolvimento da política de sinergias com as diferentes empresas do Grupo Espírito Santo, tendo em vista assegurar à clientela um leque alargado de produtos, numa perspectiva de oferta de serviços global.

A actividade referida tornou possível que o activo líquido global crescesse 5%, os recursos de clientes 11,8%, os proveitos bancários 5,9% e que, apesar dos condicionamentos de ordem económica e financeira tanto nacional como internacional que caracterizaram o período e afectaram o sector bancário, tenha apresentado um razoável nível de resultados.

1.5 — Companhia de Seguros Tranquilidade, S. A.:

Sede social: Avenida da Liberdade, 242, 1200 Lisboa.
Capital social: 19 000 milhares de contos.
Activo líquido: 102 414 milhares de contos.
Resultado exercício: 500 milhares de contos.
Participação do BES: 17%.

No exercício de 1993, a Tranquilidade aumentou a sua quota de mercado subindo a sua posição no *ranking* dos grupos seguradores da 4.ª para a 3.ª posição, confirmando-se assim a recuperação iniciada em 1992. Na base do crescimento registado encontra-se o aproveitamento das sinergias com outras empresas do grupo GES, nomeadamente com o BES no domínio da Bancasseguros, quanto aos seguros de Vida.

O volume total de prémios apresentou um crescimento de 23,8% em relação a 1992, superior à média do mercado que foi de 22,2%. Por grupos de ramos, salienta-se o Vida com um crescimento de 39,2%, consequência da ligação ao BES e o Incêndio e Outros Danos com um crescimento de 20,1% contra 11,6% do mercado, o que traduz uma melhoria da composição da carteira.

Os resultados atingiram o montante de 500 milhares de contos o que traduz um aumento de 54,3% relativamente ao exercício de 1992.

Pela importância que reveste, assinala-se o início de actividade, em 1 de Janeiro de 1994, da Companhia de Seguros Tranquilidade Vida, criada com o objectivo de concretizar a estratégia de especialização da gestão de carteira, do Ramo Vida. Com um capital social de 1500 milhões de escudos, é detida a 100% pela Tranquilidade. Noutro domínio, embora ligada à actividade seguradora, regista-se a associação do Grupo Espírito Santo com o grupo Europ Assistance, líder mundial da assistência, com a criação da primeira empresa nacional de seguros de assistência, Europ Assistance — Companhia Portuguesa de Assistência, S. A., em que a Tranquilidade detém uma participação de 24%.

1.6 — Crediflash — Sociedade Financeira para Aquisições a Crédito, S. A.:

Sede social: Avenida 24 de Julho, 102-E, 2.º, 1200 Lisboa.
Capital social: 650 milhares de contos.
Activo líquido: 1373 milhares de contos.
Resultado do exercício: 44 milhares de contos.
Participação do BES: 97,5%.

A Crediflash tem como objectivo principal o desenvolvimento especializado de serviços de gestão de meios de pagamento, designadamente os prestados com base em suporte físico de cartões de crédito.

Em Maio de 1993, com o lançamento do BES Classic pelo Banco Espírito Santo, a Crediflash aumentou substancialmente a sua actividade tendo sido este, aliás, o principal produto gerido no âmbito desta empresa.

Os resultados de 1993 espelham os custos inerentes ao arranque do BES Classic e a constituição de provisões a que a sociedade está obrigada nos termos da lei.

A Crediflash procedeu no início do ano de 1993, ao aumento do seu capital social de 500 milhares de contos para 650 milhares de contos, aumento este totalmente subscrito pela Bescleasing. Em Junho, o BES aumentou a sua participação, elevando para cerca de 77% a sua quota na empresa.

A acção comercial da empresa baseou-se ainda na continuação da concessão e gestão do cartão de crédito privativo Amoreiras e na concessão de crédito a empresas, enquadrada no financiamento de *stocks*.

1.7 — ESAF — Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, S. A.:

Sede social: Avenida da Liberdade, 195, 1200 Lisboa.
Capital social: 2350 milhares de contos.
Activo líquido: 2664 milhares de contos.
Resultado do exercício: 173 milhares de contos.
Participação do BES: 92,6%.

Em Dezembro de 1992, foi constituída com o capital social de 2350 milhares de contos a ESAF — Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, S. A., com o objectivo de promover a racionalização e integração das participações financeiras, maioritariamente detidas pelo Grupo BES, em diversas sociedades especializadas nas áreas de gestão de activos financeiros, nomeadamente, a ESAF — Espírito Santo Fundos de Investimento Mobiliário, S. A., a ESAF — Espírito Santo Fundos de Investimento Imobiliário, S. A., e a ESAF — Espírito Santo Fundos de Pensões, S. A.

Em termos de posicionamento face ao mercado, a ESAF apresentou no final de 1993 uma quota de cerca de 5% do mercado doméstico de fundos mobiliários, elevando-se o montante dos fundos imobiliários a 221 milhões de contos. Na mesma data, o montante de fundos de pensões geridos, representavam cerca de 7% do respectivo mercado global.

Por outro lado, foi substancialmente reforçada a actividade de gestão de fundos de pensões de empresas de clientes do Banco, da Companhia de Seguros Tranquilidade e das empresas do Grupo Espírito Santo, quer pela constituição de novos fundos fechados para as empresas de maior dimensão, quer pela criação de dois fundos de pensões abertos com características de produtos de capitalização. Nesse sentido, foi lançado o Espírito Santo Fundo de Pensões GES, o qual se constituiu como um fundo de pensões global para as empresas do Grupo Espírito Santo que não possuam fundos de pensões autónomos e o Espírito Santo Multireforma, fundo de pensões aberto dirigido às pequenas e médias empresas em geral, com o objectivo de lhes proporcionar planos de pensões adequados às necessidades concretas das empresas desta dimensão.

1.8 — ESER — Sociedade Financeira de Corretagem, S. A.:

Sede social: Rua de São Julião, 30, 1100 Lisboa.
Capital social: 500 milhares de contos.
Activo líquido: 3530 milhares de contos.
Resultado do exercício: 140 milhares de contos.
Participação do BES: 30%

O ano de 1993 caracterizou-se pela retoma do mercado de acções que até aí se encontrava praticamente parado.

Sendo as comissões de intermediação no mercado de acções bastante mais elevadas que as do mercado de obrigações, esta retoma traduziu-se num aumento considerável dos resultados brutos da ESER

e, consequentemente, dos seus resultados líquidos, que atingiram os 140 milhares de contos, tendo elevado a quota de mercado para 23,5%, nas operações feitas na Bolsa de Valores de Lisboa e para 15,6% nas operações realizadas no mercado nacional (Lisboa e Porto).

A melhoria da qualidade dos serviços prestados a clientes, condição indispensável à consolidação da posição da ESER no mercado, levou à criação, na sua sede, de um espaço próprio para atendimento a clientes particulares, onde estes podem seguir o mercado em contínuo, tendo aumentado consideravelmente o número de clientes particulares, bem como o seu volume de transacções.

1.9 — Espírito Santo Gestão de Patrimónios, S. A.:

Sede social: Rua Castilho, 63, 4.º, 1200 Lisboa.
Capital social: 125 milhares de contos.
Activo líquido: 74 milhares de contos.
Resultado do exercício: 47 milhares de contos.
Participação do BES: 64%.

Em 1993, efectuou-se uma reorganização geral dos serviços e alteraram-se os métodos de gestão e os critérios de investimento com vista a orientar as opções estratégicas com as movimentações do mercado. Com o objectivo de medir as *performances* de gestão, procedeu-se à criação de três carteiras-tipo (fixo, misto e variável), através das quais é possível avaliar as sucessivas opções de investimento.

Durante o ano estreitou-se a ligação comercial com o Banco Espírito Santo, aumentando-se assim os fundos sob gestão em cerca de 60% relativamente ao volume de activos, tendo a dimensão média das carteiras aumentado cerca de 41%.

No ano de 1993, apesar do substancial aumento da actividade, verificou-se uma sensível diminuição das receitas devido sobretudo à redução das relacionadas com os serviços de consultoria e *trading*, tendo as receitas da actividade de gestão de carteiras registado um pequeno crescimento de 2,8%.

Durante o exercício registaram-se dois aumentos de capital social, o primeiro de 60 milhares de contos para 90 milhares de contos, e o segundo de 90 milhares de contos para 125 milhares de contos, ficando, neste momento, o Banco Espírito Santo com uma participação na empresa de 64% e o Banco Internacional de Crédito com 36%. Estes dois aumentos tornaram-se indispensáveis para corresponder às imposições do Banco de Portugal relativamente aos fundos próprios mínimos das sociedades gestoras de participações sociais.

1.10 — Euroges Factoring, S. A.:

Sede social: Rua Joaquim António de Aguiar, 66, 6.º, 1000 Lisboa.
Capital social: 1000 milhares de contos.
Activo líquido: 7442 milhares de contos.
Resultado do exercício: 12 milhares de contos.
Participação do BES: 98,5%.

Durante o exercício de 1993 concluiu-se a montagem, arranque e inserção da Euroges no tecido empresarial português, ou seja, procurou criar-se uma instituição de crédito especializada no *trade finance*, adaptada às realidades previsíveis para a economia portuguesa e integrada num grupo financeiro global.

Assim, desenvolveu-se:

A gestão de meios de pagamento diferido — no convencimento de que estes meios constituem o prólogo de soluções mais eficazes e bem mais interessantes na óptica da integração de serviços financeiros (como sejam os cartões de pagamento privados, locais);

Esquemas de compensação (*clearing*, *offsetting*, *netting*), técnicas que contribuem grandemente para a fluidez e a segurança do comércio;

Esquemas que permitem a gestão integrada de pagamentos a fornecedores, certamente de muito interesse no reforço da intermediação bancária e no domínio dos riscos a que os Bancos estão expostos.

1.11 — Gesfinc — Espírito Santo Estudos Financeiros e de Mercado de Capitais, S. A.:

Sede social: Rua Tierno Galvan, torre 3,149, 1000 Lisboa.
Capital social: 80 milhares de contos.
Activo líquido: 99 milhares de contos.
Resultado do exercício: 0,2 milhares de contos.
Participação do BES: 48,9%.

O ano de 1993 foi o primeiro ano completo de actividade da Gesfinc, ano em que o mercado de capitais ganhou novo fôlego, principalmente na vertente accionista, o que realça a importância da activi-

dade de *research* que a empresa vem desenvolvendo, fundamental à actuação das empresas do grupo, no referido mercado.

1.12 — Multiger — Sociedade de Compra, Venda e Administração de Propriedades, S. A.:

Sede social: Avenida da Liberdade, 195, 1200 Lisboa.
Capital social: 4500 milhares de contos.
Activo líquido: 11 998 milhares de contos.
Resultado do exercício: 225 milhares de contos.
Participação do BES: 75%

O ano de 1993 representou para a empresa um aumento muito significativo do seu activo (+ 116%) que praticamente duplicou em relação ao final do ano anterior, como consequência de uma subida das existências de cerca de 50% e com a realização de participações financeiras noutras empresas com actividade do âmbito da Multiger e de reconhecido interesse estratégico.

O crescimento da empresa levou a um reajustamento e alargamento da sua estrutura, procurando adequar às solicitações requeridas pelo desenvolvimento da sua actividade, sendo de referir o aumento do capital social da empresa de 3000 milhares de contos para 4500 milhares de contos.

Durante o exercício manteve-se a crise no sector imobiliário, não se verificando sinais evidentes de recuperação, situação esta que não permitiu um escoamento a ritmo, aceitável dos produtos em condições de serem transaccionados de imediato e que representavam cerca de 40% das existências.

A manutenção de resultados líquidos negativos, foi assim influenciada quer pelo facto das vendas não terem acompanhado a evolução das existências quer pelos juros suportados sobre os empréstimos.

1.13 — Société Bancaire de Paris:

Sede social: 138, Avenue des Champs Elys  es, 75008 Paris.
Capital social: 2249 milhares de contos.
Activo líquido: 45 190 milhares de contos.
Resultado do exercício: 10 milhares de contos.
Participação do BES: 20%.

A recessão económica registada em França nos fins de 1992 acentuou-se fortemente durante 1993, provocando ao mesmo tempo um novo aumento do desemprego e uma acelera  o do número de falências das PME/PMI.

A nível estritamente bancário, esta recessão levou, pela primeira vez, a uma diminui  o do total do crédito concedido ao sistema econ  mico, que associada a uma importante redu  o do nível das taxas de juro, reflectiu-se desfavoravelmente na rentabilidade da actividade bancária tradicional, de algum modo compensada pelos bons resultados obt  dos na área de opera  es de mercado (mercado de títulos e mercado de câmbios).

A actividade da Société Bancaire de Paris durante o último exercício foi marcada pelo profundo programa de reestrutura  o e reorganiza  o da empresa, no seguimento da fusão/absor  o da FIPART — Banque de Financement et de Participations, programa este que levou    redu  o quer do número de efectivos quer do espaço físico ocupado, factos que contrib  iram para uma redu  o significativa nas despesas anuais de explora  o corrente.

Procedeu-se    instala  o de uma sala de opera  es de mercado financeiro, instrumento necessário    melhoria da oferta de serviços aos nossos clientes e ao aproveitamento de oportunidades ligadas    compra e venda de títulos emitidos por entidades soberanas; o desenvolvimento da actividade comercial levou a um aumento de 13% dos depósitos de clientes e a uma diminui  o do crédito concedido em cerca de 6%.

Ao nível dos resultados, o produto bancário de explora  o apresentou um aumento de cerca de 5% em rela  o ao ano anterior.

2 — Aspectos mais relevantes da consolida  o das contas

Balanço consolidado:

O activo líquido consolidado do Banco Espírito Santo era, em 31 de Dezembro de 1993, de 2056 milhões de contos, traduzindo-se os efeitos da consolida  o num aumento dos activos do Banco em 2,5%.

Nestas circunstâncias, a estrutura do activo consolidado mant  m um paralelismo com a descrita para a actividade do Banco, sendo de destacar, nomeadamente, o peso dos activos monetários (25%), do crédito sobre clientes (42%) e das aplica  es em obriga  es e outros

títulos de rendimento fixo (26%), dos quais, mais de 88% se referem a títulos relacionados com emissores públicos.

Quanto aos recursos utilizados para o financiamento da actividade consolidada, os captados junto de clientes, incluindo os representados por títulos, apresentam um peso significativo (65%), enquanto os débitos para com instituições de crédito têm uma representatividade de 22%. Também assume especial significado o volume de fundos próprios e equiparados que financiavam 7,3% do activo líquido, os

quais, face ao seu baixo nível de risco, reflectem, de modo claro, a boa estrutura financeira do grupo Banco Espírito Santo.

Demonstração de resultados consolidados:

O exercício de 1993 foi encerrado com um *cash-flow* consolidado de 61,8 milhões de contos, tendo sido apurado um resultado do exercício de 20,7 milhões de contos.

Variáveis	1993	Porcentagem	1992	Variação (porcentagem)
Juros e proveitos equiparados	216,1	—	218,5	—
Juros e custos equiparados	145,2	—	150,9	—
Margem financeira	70,9	75,0	67,6	4,9
Comissões	12,1	—	10,3	17,5
Lucros em operações financeiras	9,8	—	6,4	53,1
Outros resultados de exploração	1,7	—	1,7	—
Produto consolidado	94,5	100,0	86,0	9,9
Resultados extraordinários de exercícios anteriores	12,4	—	10,6	—
Custos administrativos	45,1	47,7	42,3	6,6
Interesses minoritários líquidos	—	—	0,3	—
<i>Cash-flow</i>	61,8	65,4	54,0	14,4
Amortizações do exercício	7,6	8,0	7,4	—
Provisões	26,8	28,4	23,9	12,1
Impostos sobre lucros	6,7	—	4,3	—
Lucro consolidado	20,7	21,9	18,4	12,5

Para o produto consolidado, que atingiu quase 95 milhares de contos, a margem financeira contribuiu com 75%, enquanto que as áreas relacionadas com a restante actividade se situaram na ordem dos 25%; os custos administrativos absorveram cerca de 48%, do produto sendo destinados 34,4 milhares de contos (36%) para auto-financiamento, quer sob a forma de dotações para amortizações (7,6 milhares de contos) quer sob a forma de provisões (quase 27 milhares de contos).

O resultado do exercício apresenta um crescimento de 12,5%, sendo especialmente significativos o aumento dos resultados nas comissões e operações financeiras, o crescimento de quase 5% na margem financeira e o comportamento dos custos administrativos, cujo crescimento ficou abaixo do experimentado pelo produto, pelo *cash-flow* e pelos resultados.

Lisboa, 23 de Fevereiro de 1994. — O Conselho de Administração: António Luís Roquette Ricciardi, presidente — Alexandre de Azeredo Vaz Pinto, vice-presidente — Philippe Guiral, vice-presidente — Ricardo Espírito Santo Silva Salgado, vogal — Mário Mosqueira do Amaral, vogal — José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva, vogal — Aníbal da Costa Reis de Oliveira, vogal — Jackson Behr Gilbert, vogal — Manuel de Magalhães Villas-Boas, vogal — Jean Marie Bruno Semonsu, vogal — Bernard Pierre Jean-Marie Brousse, vogal — Mário Martins Adegas, vogal — António José Baptista do Souto, vogal — Bruno Edouard Antoine Martin, vogal — Jorge Alberto Carvalho Martins, vogal.

Anexo ao relatório do conselho de administração

Órgãos sociais

1 — Composição

Os órgãos sociais do BES, face ao seu estatuto de sociedade anónima, são eleitos em assembleia geral e estão localizados na sede social do Banco.

A sua composição é a seguinte:

Assembleia geral:

Presidente: António Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva.
Vice-presidente: Paulo Jorge Barreto de Carvalho Ventura.
Secretário: Bernardo Norton dos Reis de Arrochela Alegria.

Conselho de administração:

Presidente: Comandante António Luís Roquette Ricciardi.
Vice-presidentes:

Alexandre de Azeredo Vaz Pinto.
Philippe Guiral.

Vogais:

Ricardo Espírito Santo Silva Salgado.
Mário Mosqueira do Amaral.
José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva.
Aníbal da Costa Reis de Oliveira.
Jackson Behr Gilbert.
Manuel de Magalhães Villas-Boas.
Jean Marie Bruno Semonsu.
Bernard Pierre Jean-Marie Brousse.
Mário Martins Adegas.
António José Baptista do Souto.
Bruno Edouard Antoine Martin.
Jorge Alberto Carvalho Martins.

Dois administradores são não residentes e supervisionam a actividade do Banco nos Estados Unidos da América, Dr. Jackson Behr Gilbert, e em Londres, Dr. Manuel Magalhães Villas-Boas.

Comissão executiva:

Presidente: Ricardo Espírito Santo Silva Salgado.
Alexandre de Azeredo Vaz Pinto.
Mário Mosqueira do Amaral.
José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva.
Bernard Pierre Jean-Marie Brousse.
Mário Martins Adegas.
António José Baptista do Souto.
Bruno Edouard Antoine Martin.
Jorge Alberto Carvalho Martins.

Conselho fiscal:

Presidente: Jacques dos Santos.
Vogal efectivo: Joaquim de Almeida Freitas.
Revisor oficial de contas: César Gonçalves, João Rodrigues & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por César Abel Rodrigues Gonçalves.

Suplente (revisor oficial de contas): José Manuel Ruivo da Pena.
Suplente (vogal): Rui Barros Costa.

2 — Posição accionista dos membros dos órgãos sociais

Lista a que se refere o n.º 5 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais:

Comandante António Luís Roquette Ricciardi:

No início do exercício era possuidor de 3198 acções.
Em 31 de Dezembro de 1993 era titular de 3198 acções.
É detentor de uma acção da Espírito Santo Gestão de Patrimónios, S. A.

Dr. Alexandre de Azeredo Vaz Pinto:

No início do exercício era possuidor de 2635 acções.
Durante o ano, adquiriu 7100 acções pelo valor de 13 514 556\$ e vendeu 5100 acções pelo valor de 14 103 373\$.
Em 31 de Dezembro de 1993 era titular de 4635 acções.
O cônjuge, Dr.ª Maria Luísa Caldeira de Castel-Branco Giraldes Vaz Pinto, no início do exercício era possuidora de 248 acções.
Em 31 de Dezembro de 1993 era titular de 248 acções.

Dr. Ricardo Espírito Santo Silva Salgado:

No início do exercício era possuidor de 13 180 acções.
Durante o ano adquiriu 9 800 acções pelo montante de 23 009 800\$.
Em 31 de Dezembro de 1993 era titular de 22 980 acções.
É detentor de 20 acções da ESGER — Serviços de Consultoria, S. A.
Tem 10 acções da Multiger — Compra, Venda e Administração de Propriedades, S. A.

Dr. Mário Mosqueira do Amaral:

No início do exercício era possuidor de 2196 acções.
Durante o ano vendeu 1386 acções pelo valor de 3 015 576\$.
Em 31 de Dezembro de 1993 era titular de 810 acções.
É detentor de 20 acções da ESGER — Serviços de Consultoria, S. A.
Tem 10 acções da Multiger — Compra, Venda e Administração de Propriedades, S. A.
Possui uma acção da Espírito Santo Gestão de Patrimónios, S. A.

Dr. José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva:

No início do exercício era possuidor de 3144 acções.
Durante o ano recebeu por herança 1038 acções.
Em 31 de Dezembro de 1993 era titular de 4182 acções.
É detentor de 20 acções da ESGER — Serviços de Consultoria, S. A.
Tem 10 acções da Multiger — Compra, Venda e Administração de Propriedades, S. A.
Possui uma acção da Espírito Santo Gestão de Patrimónios, S. A.

Dr. Aníbal da Costa Reis de Oliveira:

No início do exercício era possuidor de 2983 acções.
Em 31 de Dezembro de 1993 era titular de 2983 acções.
Durante o ano adquiriu 300 obrigações de caixa pelo valor de 3 000 000\$.

Dr. Bernard Pierre Jean-Marie Brousse:

No início do exercício era possuidor de 750 acções.
Durante o ano adquiriu 1350 acções pelo valor de 3 145 700\$.
Em 31 de Dezembro de 1993 era titular de 2100 acções.

Dr. Mário Martins Adegas:

No início do exercício era possuidor de 6000 acções.
Durante o ano vendeu 1844 acções pelo valor de 4 727 960\$.
Em 31 de Dezembro de 1993 era titular de 4156 acções.

Dr. António José Baptista do Souto:

No início do exercício era possuidor de 2 484 acções.
Durante o ano vendeu 698 acções pelo valor de 1 787 324\$.
Em 31 de Dezembro de 1993 era titular de 1786 acções.

Comendador Joaquim de Almeida Freitas:

No início do exercício era possuidor de 70 936 acções.
Em 31 de Dezembro de 1993 era titular de 70 936 acções.

Número de acções do BESCL detidas por sociedades nas quais as pessoas pertencentes aos órgãos sociais do Banco exercem cargos de administração e fiscalização [n.º 1 e n.º 2, alínea d), do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais]:

BESPAR — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A.:

Participação da Bespar no Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, S. A.: 28 759 712 acções = 43,57%.

Cargos:

Dr. Ricardo Espírito Santo Silva Salgado, presidente do conselho de administração

Comandante António Luís Roquette Ricciardi, vice-presidente do conselho de administração.

Dr. José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva, vogal do conselho de administração.

Dr. António Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva, vogal do conselho de administração.

Dr. Mário Mosqueira do Amaral, vogal do conselho de administração.

Dr. Bernard Pierre Jean-Marie Brousse, vogal do conselho de administração.

Dr. António José Baptista do Souto, vogal do conselho de administração.

Dr. Jacques dos Santos, presidente do conselho fiscal.

Espírito Santo Financial Holding, S. A.

Participação da ESFH no Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, S. A., 100 000 acções = 0,15%.

Cargos:

Dr. Ricardo Espírito Santo Silva Salgado, presidente do conselho de administração.

Dr. José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva, vice-presidente do conselho de administração.

Comandante António Luís Roquette Ricciardi, vogal do conselho de administração.

Dr. Mário Mosqueira do Amaral, vogal do conselho de administração.

3 — Principiais accionistas

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais, os principais accionistas do BES, em 31 de Dezembro de 1993, eram os seguintes:

Accionistas:

Bespar — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A. — 43,6%;

Caisse Nationale du Crédit Agricole — 6,3;

Companhia de Seguros Tranquilidade, S. A.

O Conselho de Administração: António Luís Roquette Ricciardi, presidente — Alexandre de Azeredo Vaz Pinto, vice-presidente — Philippe Guiral, vice-presidente — Ricardo Espírito Santo Silva Salgado, vogal — Mário Mosqueira do Amaral, vogal — José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva, vogal — Aníbal da Costa Reis de Oliveira, vogal — Jackson Behr Gilbert, vogal — Manuel de Magalhães Villas-Boas, vogal — Jean Marie Bruno Semonsu, vogal — Bernard Pierre Jean-Marie Brousse, vogal — Mário Martins Adegas, vogal — António José Baptista do Souto, vogal — Bruno Edouard Antoine Martin, vogal — Jorge Alberto Carvalho Martins, vogal.

Balanço em 31 de Dezembro de 1993**ACTIVO**

(Em milhares de escudos)

	Ano			Ano anterior (líquido)
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	
1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais	217 097 183	—	217 097 183	191 957 245
2 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito ...	58 155 743	—	58 155 743	50 169 934
3 — Outros créditos sobre instituições de crédito	246 100 043	1 892 329	244 207 714	158 988 039
4 — Crédito sobre clientes	836 044 131	23 988 434	812 055 697	732 180 707
5 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	526 624 784	456 565	526 168 219	419 184 47
<i>a)</i> Obrigações e outros títulos de rend. fixo — de emissores públicos	466 000 878	107 697	465 893 181	387 238 604
<i>b)</i> Obrigações e outros títulos de rend. fixo — de outros emissores	60 623 906	348 868	60 275 038	31 945 870
(Dos quais: obrigações próprias)	—	—	—	—
6 — Acções e outros títulos de rendimento variável	8 540 120	1 710 181	6 829 939	6 832 399
7 — Participações	18 839 947	908 621	17 931 326	15 330 907
8 — Partes de capital em empresas coligadas	19 578 787	—	19 578 787	11 194 803
9 — Imobilizações incorpóreas	12 414 084	6 788 345	5 625 739	2 514 767
10 — Imobilizações corpóreas	100 332 982	54 986 033	45 346 949	47 038 597
(Dos quais: imóveis)	(63 738 069)	(29 589 107)	(34 148 962)	(35 885 258)
11 — Capital subscrito não realizado	—	—	—	—
12 — Acções próprias ou partes de capital próprias	74	—	74	81 755
13 — Outros activos	18 070 300	102 905	17 967 395	11 919 290
15 — Contas de regularização	34 712 076	—	34 712 076	37 688 906
<i>Total do activo</i>	2 096 510 254	90 833 413	2 005 676 841	1 685 061 823

PASSIVO

	Ano	Ano anterior
1 — Débitos para com instituições de crédito	449 190 955	355 988 418
<i>a)</i> À vista	12 769 271	12 339 417
<i>b)</i> A prazo ou com pré-aviso	436 421 684	343 649 001
2 — Débitos para com clientes	1 248 809 638	1 013 266 898
<i>a)</i> Depósitos de poupança	198 221 772	189 061 493
<i>b)</i> Outros débitos	1 050 587 866	824 205 405
<i>ba)</i> À vista	416 381 062	288 689 269
<i>bb)</i> A prazo	634 206 804	535 516 136
3 — Débitos representados por títulos	59 247 232	96 551 188
<i>a)</i> Obrigações em circulação	—	—
<i>b)</i> Outros	59 247 232	96 551 188
4 — Outros passivos	7 558 337	4 783 520
5 — Contas de regularização	45 544 712	48 172 920
6 — Provisões para riscos e encargos	64 560 636	54 522 385
<i>a)</i> Provisões para pensões e encargos similares	34 840 456	28 393 456
<i>b)</i> Outras provisões	29 720 180	26 128 929
8 — Passivos subordinados	14 471 775	4 443 085
9 — Capital subscrito	66 010 000	66 010 000
10 — Prémios de emissão	6 010 000	6 010 000
11 — Reservas	17 128 265	10 973 629
12 — Reservas de reavaliação	6 790 296	6 790 296
13 — Resultados transitados	154 925	14 846
14 — Lucro do exercício	20 200 070	17 534 638
<i>Total do passivo</i>	2 005 676 841	1 685 061 823

Rubricas extrapatrimoniais

	Ano
1 — Passivos eventuais	221 677 092
Dos quais:	
Aceites e compromissos por endossos de efeitos redescontados	1 078
Cauções e activos dados em garantia	—
2 — Compromissos	141 686 698
Dos quais:	
Compromissos resultantes de operações de venda com opção de recompra	—

O Conselho de Administração: *António Luís Roquette Ricciardi*, presidente — *Alexandre de Azeredo Vaz Pinto*, vice-presidente — *Philippe Guiral*, vice-presidente — *Ricardo Espírito Santo Silva Salgado*, vogal — *Mário Mosqueira do Amaral*, vogal — *José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva*, vogal — *Aníbal da Costa Reis de Oliveira*, vogal — *Jackson Behr Gilbert*, vogal — *Manuel de Magalhães Villas-Boas*, vogal — *Jean Marie Bruno Semonsu*, vogal — *Bernard Pierre Jean-Marie Brousse*, vogal — *Mário Martins Adegas*, vogal — *António José Baptista do Souto*, vogal — *Bruno Edouard Antoine Martin*, vogal — *Jorge Alberto Carvalho Martins*, vogal. — O Director do Departamento de Planeamento e Contabilidade, *Carlos dos Santos Moita*.

Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 1993

DÉBITO

(Em milhares de contos)

	Ano	Ano anterior
A) Custos		
1 — Juros e custos equiparados	140 603 915	146 940 910
2 — Comissões	1 244 340	974 018
3 — Prejuízos em operações financeiras	7 311 603	5 855 713
4 — Gastos gerais administrativos	42 561 446	42 063 284
a) Custos com o pessoal	27 641 962	28 428 269
Dos quais:		
(— salários e vencimentos)	(19 881 315)	(18 944 464)
(— encargos sociais)	(7 643 662)	(9 265 748)
Dos quais:		
(— com pensões)	(3 770 398)	(5 715 391)
b) Outros gastos administrativos	14 919 484	13 635 015
5 — Amortizações do exercício	6 535 079	6 506 070
6 — Outros custos de exploração	1 268 563	1 296 678
7 — Provisões para crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido e para outros riscos	24 820 569	22 520 782
8 — Provisões para imobilizações financeiras	1 341 728	923 182
10 — Resultado da actividade corrente	(21 656 743)	(15 438 697)
11 — Perdas extraordinárias	3 233 109	3 909 163
13 — Impostos sobre os lucros	5 955 000	3 470 000
14 — Outros impostos	314 263	457 319
15 — Lucro do exercício	20 200 070	17 534 638
Total	255 389 685	252 451 757

CRÉDITO

	Ano	Ano anterior
B) Proveitos		
1 — Juros e proveitos equiparados	207 393 962	211 817 912
Dos quais:		
(— de títulos de rendimento fixo)	(55 085 409)	(56 961 698)
2 — Rendimentos de títulos	439 952	613 457
a) Rendimento de acções, quotas e outros títulos de rendimento variável	65 971	334 362
b) Rendimento de participações	260 185	279 095
c) Rendimento de partes de capital em empresas coligadas	113 796	—

	Ano	Ano anterior
3 — Comissões	11 851 959	10 803 303
4 — Lucros em operações financeiras	17 068 742	12 249 651
5 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos	4 267 432	3 563 749
6 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a valores mobiliários que tenham o carácter de imobilizações financeiras, a participações e a partes de capital em empresas coligadas	3 590 367	387 486
7 — Outros proveitos de exploração	2 731 572	2 835 174
8 — Resultado da actividade corrente	—	—
9 — Ganhos extraordinários	8 045 699	10 181 025
11 — Prejuízo do exercício	—	—
<i>Total</i>	<i>255 389 685</i>	<i>252 451 757</i>

O Conselho de Administração: *António Luís Roquette Ricciardi*, presidente — *Alexandre de Azeredo Vaz Pinto*, vice-presidente — *Philippe Guiral*, vice-presidente — *Ricardo Espírito Santo Silva Salgado*, vogal — *Mário Mosqueira do Amaral*, vogal — *José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva*, vogal — *Anibal da Costa Reis de Oliveira*, vogal — *Jackson Behr Gilbert*, vogal — *Manuel de Magalhães Villas-Boas*, vogal — *Jean Marie Bruno Semonsu*, vogal — *Bernard Pierre Jean-Marie Brousse*, vogal — *Mário Martins Adegas*, vogal — *António José Baptista do Souto*, vogal — *Bruno Edouard Antoine Martin*, vogal — *Jorge Alberto Carvalho Martins*, vogal. — O Director do Departamento de Planeamento e Contabilidade, *Carlos dos Santos Moita*.

Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 1993

ACTIVO

(Em milhões de escudos)

	Ano			Ano anterior (líquido)
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	
1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais	217 656	—	217 656	192 666
2 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	58 727	—	58 727	51 250
3 — Outros créditos sobre instituições de crédito	236 183	1 892	234 291	146 214
4 — Crédito sobre clientes	889 179	25 062	864 117	785 333
5 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	532 374	458	531 916	424 411
a) De emissores públicos	469 622	109	469 513	391 983
b) De outros emissores	62 752	349	62 403	32 428
c) Títulos próprios	—	—	—	—
6 — Acções e outros títulos de rendimento variável	9 162	1 710	7 452	7 334
7 — Partes de capital em empresas associadas	5 479	—	5 479	528
8 — Partes de capital em empresas filiais excluídas	—	—	—	—
9 — Outras participações financeiras	13 388	738	12 650	14 941
10 — Imobilizações incorpóreas	13 078	7 262	5 816	2 734
11 — Imobilizações corpóreas	107 406	56 596	50 810	51 712
(Dos quais: imóveis)	(66 662)	(29 637)	(37 025)	(38 781)
12 — Diferenças de reavaliação — equivalência patrimonial	878	31	847	179
13 — Diferenças de consolidação	2 952	61	2 891	787
14 — Capital subscrito não realizado	—	—	—	—
15 — Acções próprias	—	—	—	139
16 — Outros activos	27 223	103	27 120	16 544
17 — Contas de regularização	37 231	—	37 231	47 003
18 — Prejuízo consolidado do exercício	—	—	—	—
19 — Interesses minoritários	—	—	—	—
<i>Total do activo</i>	<i>2 150 916</i>	<i>93 913</i>	<i>2 057 003</i>	<i>1 742 090</i>

PASSIVO

	Ano	Ano anterior
1 — Débitos para com instituições de crédito	451 644	355 373
a) À vista	13 137	16 681
b) A prazo ou com pré-aviso	438 507	338 692
2 — Débitos para com clientes	1 257 556	1 032 988
a) Depósitos de poupança	198 222	189 061
b) Débitos à vista	422 281	293 226
c) Débitos a prazo	637 053	550 701

	Ano	Ano anterior
3 — Débitos representados por títulos	72 197	113 903
a) Obrigações em circulação	1 243	17 352
b) Outros	70 954	96 551
4 — Outros passivos	9 174	7 614
5 — Contas de regularização	47 472	57 651
6 — Diferenças de reavaliação — equivalência patrimonial	90	—
7 — Diferenças de consolidação	—	56
8 — Provisões para riscos e encargos	66 025	55 819
a) Provisões para pensões e encargos similares	35 330	28 908
b) Outras provisões	30 695	26 911
9 — Fundo para riscos bancários gerais	—	—
10 — Passivos subordinados	14 471	4 443
11 — Capital subscrito	66 010	66 010
12 — Prémios de emissão	6 010	6 010
13 — Reservas	17 129	10 963
14 — Reservas de reavaliação	6 790	6 791
15 — Resultados transitados	2 120	438
16 — Interesses minoritários	19 625	5 614
14 — Lucro consolidado do exercício	20 690	18 417
<i>Total do passivo</i>	<i>2 057 003</i>	<i>1 742 090</i>

Rubricas extrapatrimoniais

	Ano
1 — Garantias prestadas e passivos eventuais	222 810
Dos quais:	
1.1 — Aceites e endossos	1
1.2 — Garantias e avales	—
1.3 — Outros	—
2 — Compromissos	149 557
Dos quais:	
2.1 — Resultantes de operações de venda com opção de recompra	—

O Conselho de Administração: *António Luís Roquette Ricciardi*, presidente — *Alexandre de Azeredo Vaz Pinto*, vice-presidente — *Philippe Guiral*, vice-presidente — *Ricardo Espírito Santo Silva Salgado*, vogal — *Mário Mosqueira do Amaral*, vogal — *José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva*, vogal — *Anibal da Costa Reis de Oliveira*, vogal — *Jackson Behr Gilbert*, vogal — *Manuel de Magalhães Villas-Boas*, vogal — *Jean Marie Bruno Semonsu*, vogal — *Bernard Pierre Jean-Marie Brousse*, vogal — *Mário Martins Adegas*, vogal — *António José Baptista do Souto*, vogal — *Bruno Edouard Antoine Martin*, vogal — *Jorge Alberto Carvalho Martins*, vogal. — O Director do Departamento de Planeamento e Contabilidade, *Carlos dos Santos Moita*.

Demonstração consolidada dos resultados em 31 de Dezembro de 1993

DÉBITO

(Em milhões de escudos)

	Ano	Ano anterior
1 — Juros e custos equiparados	145 229	150 860
2 — Comissões	1 326	1 026
3 — Prejuízos em operações financeiras	7 471	5 850
4 — Gastos gerais administrativos	45 114	42 328
4.1 — Custos com o pessoal	29 267	29 206
4.2 — Outros gastos administrativos	15 847	13 122
5 — Amortizações do exercício	7 615	7 405
6 — Outros custos de exploração	1 671	1 466
7 — Provisões para crédito vencido e para outros riscos	25 577	22 882
8 — Provisões para imobilizações financeiras	1 227	923
9 — Perdas extraordinárias	3 358	3 918
10 — Impostos sobre os lucros	6 698	4 388
11 — Outros impostos	379	483
12 — Resultados em empresas associadas e em filiais excluídas da consolidação	28	7
13 — Interesses minoritários	15	313
15 — Lucro consolidado do exercício	20 690	18 417
<i>Total</i>	<i>266 398</i>	<i>260 266</i>

CRÉDITO

	Ano	Ano anterior
1 — Juros e proveitos equiparados	216 115	218 465
2 — Rendimentos de títulos	388	648
3 — Comissões	13 406	11 333
4 — Lucros em operações financeiras	17 251	12 272
5 — Reposições e anulações de provisões	7 862	4 109
6 — Resultados em empresas associadas e em filiais excluídas da consolidação	173	5
7 — Outros proveitos de exploração	3 311	3 042
8 — Ganhos extraordinários	7 887	10 378
9 — Interesses minoritários	5	14
11 — Prejuízo consolidado do exercício	—	—
Total	266 398	260 266

O Conselho de Administração: *António Luís Roquette Ricciardi*, presidente — *Alexandre de Azeredo Vaz Pinto*, vice-presidente — *Philippe Guiral*, vice-presidente — *Ricardo Espírito Santo Silva Salgado*, vogal — *Mário Mosqueira do Amaral*, vogal — *José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva*, vogal — *Aníbal da Costa Reis de Oliveira*, vogal — *Jackson Behr Gilbert*, vogal — *Manuel de Magalhães Villas-Boas*, vogal — *Jean Marie Bruno Semonsu*, vogal — *Bernard Pierre Jean-Marie Brousse*, vogal — *Mário Martins Adegas*, vogal — *António José Baptista do Souto*, vogal — *Bruno Edouard Antoine Martin*, vogal — *Jorge Alberto Carvalho Martins*, vogal. — O Director do Departamento de Planeamento e Contabilidade, *Carlos dos Santos Moita*.

Anexo às contas do Banco em 31 de Dezembro de 1993

As normas em vigor relativamente aos elementos para publicação oficial, impõem a explicitação de alguma informação e indicações acerca das contas anuais mencionadas no balanço e na demonstração de resultados.

A sua menção é feita pela respectiva ordem e, para os casos em que exista a competente explicação algures no relatório ou nas notas às demonstrações financeiras (ponto 8.3), isso será mencionado.

1 — Não foram efectuados quaisquer ajustamentos aos dados contabilísticos de 1992.

2 — Não existem situações de ambiguidade relativamente à relevação contabilística.

3 — Os critérios de avaliação encontram-se explicitados nas alíneas a), b), c), d), e) e g) da nota n.º 3.3 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de Dezembro de 1993 e 1992.

4 — Não se verificaram derrogações dos critérios valorimétricos definidos no Plano de Contas em vigor.

5 — A avaliação efectuada no balanço não difere, significativamente, das avaliações que têm por base o último preço de mercado conhecido antes da data de encerramento das contas, tendo a última reavaliação dos bens imóveis e equipamentos, ocorrido no exercício de 1992, nos termos do Decreto-Lei n.º 264/92, de 24 de Novembro.

6 — Os montantes das participações financeiras e respectivas participações no capital são referidos nas notas n.ºs 9 e 10 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de Dezembro de 1993 e 1992.

7 — O montante das obrigações e outros títulos de rendimento fixo que se vencem no ano de 1994, totaliza 182 332 milhares de contos.

8 — Os créditos, sobre empresas participadas, incluídos nas rubricas 2 a 5 do activo, encontram-se referidos na nota n.º 33 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de Dezembro de 1993 e 1992.

9 — Idem, sobre empresas coligadas, igualmente no n.º 33 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de Dezembro de 1993 e 1992.

10 — Inventário da carteira de títulos:

(Em contos)

Natureza e espécie dos títulos	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
A) Títulos — negociação	9 033 393	10 174 177	9 871 327	10 155 578
Títulos de rendimento fixo — emitidos por residentes ...	7 501 430	8 367 551	8 102 620	8 351 508
De dívida pública portuguesa	7 500 990	8 367 067	8 102 162	8 351 034
A médio e a longo prazos	7 500 990	8 367 067	8 102 162	8 351 034
De outros residentes	440	484	458	474
A médio e a longo prazos	440	484	458	474
De rendimento fixo — emitidos por não residentes	353 624	353 624	318 262	353 624
De outros não residentes	353 624	353 624	318 262	353 624
A médio e a longo prazos	353 624	353 624	318 262	353 624
Valores de rendimento variável	1 028 790	1 250 000	1 250 000	1 250 000
Emitidos por residentes	1 028 790	1 250 000	1 250 000	1 250 000
Unidades de participação	1 028 790	1 250 000	1 250 000	1 250 000

(Em contos)

Natureza e espécie dos títulos	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Títulos próprios	149 549	203 001	200 445	200 445
De rendimento variável	149 549	203 001	200 445	200 445
Acções	—	74	74	74
Títulos de participação	149 549	202 928	200 371	200 371
B) Títulos — investimento	541 116 005	525 009 401	526 218 121	525 009 401
De rendimento fixo — de emissores públicos	474 604 719	457 649 844	459 762 573	457 649 844
De dívida pública portuguesa	366 877 176	376 541 300	378 259 239	376 541 300
A curto prazo	102 594 938	102 594 938	102 594 938	102 594 938
A médio e a longo prazos	264 282 238	273 946 362	275 664 301	273 946 362
De outros emissores públicos nacionais	7 103 424	7 110 786	7 110 786	7 110 786
A médio e a longo prazos	7 103 424	7 110 786	7 110 786	7 110 786
De emissores públicos estrangeiros	100 624 119	73 997 758	74 392 547	73 997 758
A médio e a longo prazos	100 624 119	73 997 758	74 392 547	73 997 758
De rendimento fixo — de outros emissores	61 404 666	60 269 809	61 037 235	60 269 809
Emitidos por residentes	23 243 249	23 248 268	23 052 228	23 248 268
A curto prazo	7 773 000	7 773 000	7 773 000	7 773 000
A médio e a longo prazos	15 470 249	15 475 268	15 279 228	15 475 268
Emitidos por não residentes	38 161 417	37 021 542	37 985 007	37 021 542
Por organismos financeiros internacionais	1 382 000	1 437 175	1 445 613	1 437 175
Por outros não residentes	36 779 417	35 584 366	36 539 394	35 584 366
A médio e a longo prazos	36 779 417	35 584 366	36 539 394	35 584 366
Valores de rendimento variável	5 106 621	7 089 748	5 418 313	7 089 748
Emitidos por residentes	4 663 398	6 694 005	5 022 570	6 694 005
Acções	3 285 535	5 234 204	3 558 199	5 234 204
Quotas	497 014	497 014	497 014	497 014
Títulos de participação	217 369	253 285	257 855	253 285
Unidades de participação	663 481	709 502	709 502	709 502
Emitidos por não residentes	443 223	395 743	395 743	395 743
Acções	59 718	12 238	12 238	12 238
Unidades de participação	383 505	383 505	383 505	383 505
C) Imobilizações financeiras	31 009 081	44 926 951	43 937 232	44 926 951
Participações	11 144 238	18 839 947	18 076 548	18 839 947
Em instituições de crédito no País	5 330 396	8 387 028	8 123 211	8 387 028
Em instituições de crédito no estrangeiro	534 555	831 423	789 048	831 423
Em outras empresas no País	5 215 579	9 544 958	9 087 751	9 544 958
Em outras empresas no estrangeiro	63 708	76 538	76 538	76 538
Partes de capital em empresas coligadas	13 356 627	19 578 787	19 578 787	19 578 787
Em instituições de crédito no estrangeiro	3 099 685	6 032 293	8 032 293	8 032 293
Em outras empresas no País	10 256 713	11 546 265	11 546 265	11 546 265
Em outras empresas no estrangeiro	229	229	229	229
<i>Subtotal</i>	<u>574 650 263</u>	<u>573 602 312</u>	<u>573 744 783</u>	<u>573 583 713</u>
Outras imobilizações financeiras	<u>6 508 216</u>	<u>6 508 216</u>	<u>6 281 897</u>	<u>6 508 216</u>
<i>Total</i>	<u>581 158 479</u>	<u>580 110 528</u>	<u>580 026 680</u>	<u>580 091 929</u>

11 — O desenvolvimento das imobilizações corpóreas e incorpóreas, é apresentado nas notas n.ºs 11 e 13 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de Dezembro de 1993 e 1992.

12 — Os activos com carácter subordinado e suprimentos elevavam-se a 6509 milhares de contos e encontram-se incluídos na rubrica «13 — Outros activos».

13 — Foram cedidos com acordo de recompra firme, títulos da dívida pública, no montante de 39 819 milhares de contos contabilizados na rubrica «5 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo».

14 — Os créditos correspondentes às rubricas 3 e 4 do activo, desdobrados pelos seus prazos residuais, são explicitados nas notas n.ºs 6 e 7 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de Dezembro de 1993 e 1992.

15 — No exercício de 1993 não foi efectuada qualquer reavaliação do imobilizado corpóreo.

16 — As despesas de instalação constam da nota n.º 11 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de Dezembro de 1993 e 1992, e incluem-se na rubrica de despesas com edifícios arrendados.

17 — Não foram introduzidas correcções de valor excepcional no activo não imobilizado.

18 — Os débitos por prazos residuais, estão referidos nas notas n.ºs 16, 17 e 18 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de Dezembro de 1993 e 1992.

19 — Não existe saldo na sub-rubrica 3, alínea a), do passivo, obrigações em circulação no balanço do Banco.

20 — Os débitos para com empresas participadas, incluídos nas rubricas 1, 2, 3 e 8 do passivo, encontram-se referidos na nota n.º 33 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de Dezembro de 1993 e 1992.

21 — Os débitos para com empresas coligadas, incluídos nas rubricas 1, 2, 3 e 8 do passivo, estão referidos igualmente na nota n.º 33 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de Dezembro de 1993 e 1992.

22 — A rubrica 8 do passivo, contém títulos de participação e obrigações de caixa subordinadas, conforme desenvolvimento na nota n.º 22 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de Dezembro de 1993 e 1992.

23 — O montante dos compromissos, incluindo os assumidos mediante a prestação de garantias, consta nas notas n.ºs 26 e 33 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de Dezembro de 1993 e 1992.

24 — Os compromissos assumidos em matéria de pensões e respectivas coberturas, encontram-se desenvolvidos na nota n.º 25 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de Dezembro de 1993 e 1992.

25 — Os saldos de provisões, estão desenvolvidos na nota n.º 21 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de Dezembro de 1993 e 1992.

26 — Os critérios utilizados para distinguir os títulos de negociação constantes das rubricas 5 e 6 do activo, dos que constituem investimentos e imobilizações financeiras, estão referidos nas alíneas c) e d) da nota n.º 3.3 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de Dezembro de 1993 e 1992.

27 — Os saldos das contas de despesas com custo diferido, proveitos a receber, receitas com proveito diferido e custos a pagar, encontram-se referidos nas notas n.ºs 15 e 20 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de Dezembro de 1993 e 1992.

28 — a) Os montantes ainda não imputados a resultados respeitantes a títulos emitidos por valor inferior ao seu valor de reembolso, a títulos de investimento adquiridos por valor superior ao seu valor de reembolso e a títulos de investimento adquiridos por valor inferior ao

seu valor de reembolso, são os constantes da nota n.º 8 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de Dezembro de 1993 e 1992.

b) A diferença entre o valor por que estão contabilizados os títulos de investimento e o que lhes corresponderia caso a avaliação se fizesse com base nos valores de mercado, consta da nota n.º 8 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de Dezembro de 1993 e 1992.

c) A diferença entre o valor por que estão contabilizados os títulos de negociação e o que lhes corresponderia caso a avaliação se fizesse com base no custo de aquisição, monta a 18 milhares de contos.

29 — No exercício de 1993 não houve aumento do capital social do Banco.

30 — Não existiram partes de capital beneficiário, obrigações convertíveis e títulos ou direitos similares para além da situação referida na nota n.º 23 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de Dezembro de 1993 e 1992.

31 — A natureza e valores dos elementos patrimoniais que integram a rubrica 13 do activo e a rubrica 4 do passivo, constam nas notas n.ºs 14 e 19 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de Dezembro de 1993 e 1992.

32 — O Banco não administra quaisquer fundos em seu nome próprio, que sejam por conta de outrem.

33 — Todas as operações a prazo efectuadas e não vencidas representam operações comerciais, com o seguinte desdobramento por objectivos:

(Em milhares de contos)

Objectivos	Compras	Vendas
1 — Cobertura de taxas de câmbio	9 412	9 346
2 — Cobertura de taxas de juro	16 310	16 156
<i>Total</i>	25 722	25 502

34 — O efectivo médio anual de trabalhadores ao serviço foi de 6227, estando ventilado por grandes categorias profissionais na nota n.º 29 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de Dezembro de 1993 e 1992.

35 — Relativamente aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, o montante das remunerações atribuídas no exercício e dos créditos concedidos, estão referidos na nota n.º 29 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de Dezembro de 1993 e 1992.

36 — O Banco não tem serviço de gestão e de representação a terceiros com dimensão significativa.

37 — O montante global dos elementos do activo e dos elementos do passivo expressos em moeda estrangeira constam da nota n.º 27 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de Dezembro de 1993 e 1992.

38 — Os proveitos registados nas rubricas B1, B2, B3, B4 e B7 da conta de ganhos e perdas, ventilados por mercados geográficos, estão referidos na nota n.º 28 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de Dezembro de 1993 e 1992.

39 — Os principais componentes das rubricas:

Outros custos de exploração;
Outros proveitos de exploração;
Perdas extraordinárias;
Ganhos extraordinários;

encontram-se referidos nas notas n.ºs 30 e 31 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de Dezembro de 1993 e 1992.

40 — Os encargos imputados e os encargos pagos relativamente a passivos subordinados, constam na nota n.º 22 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de Dezembro de 1993 e 1992.

41 — A diferença entre a carga fiscal imputada ao exercício e aos dois exercícios anteriores e a carga fiscal já paga ou a pagar com referência a estes exercícios, está referida na nota n.º 32 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de Dezembro de 1993 e 1992.

42 — Não há tratamento fiscal diferenciado entre os resultados correntes e os resultados extraordinários, com excepção do relativo ao reinvestimento do produto da venda de bens imobilizados e de participações financeiras.

43 — As contas do BES serão objecto de consolidação pela BESPARG — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., com sede na Rua de São Bernardo, 62, Lisboa.

44 — O BES não tem empresas filiais instaladas noutros Estados-membros da Comunidade Europeia dispensadas da fiscalização e da publicação da conta de ganhos e perdas.

45 — O montante das operações de locação financeira era de 446 milhares de contos, os quais se encontram relevados em contas extrapatrimoniais.

46 — O BES não tem qualquer dívida vencida para com a segurança social (n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de Outubro).

47 — A distribuição da actividade do Grupo BES, medida pelo activo líquido, por áreas de actividade económica e zonas geográficas é a seguinte:

(Em milhares de contos)

Sectores de actividade/zonas geográficas	Portugal	Espanha	Estados Unidos	Inglaterra	Off-shore	Total
Bancário	1 457 682	160 761	109 031	259 082	5 197	1 991 753
Leasing	38 412	—	—	—	—	38 412
Cartões crédito	1 373	—	—	—	—	1 373
Factoring	7 442	—	—	—	—	7 442
Gestão de fundos	5 474	—	—	—	—	5 474
Investimento imobiliário	11 998	—	—	—	—	11 998
Outros	—	—	11	—	—	11
Total	1 522 381	160 761	109 042	259 062	5 197	2 056 463

O Conselho de Administração: *António Luís Roquette Ricciardi*, presidente — *Alexandre de Azeredo Vaz Pinto*, vice-presidente — *Philippe Guiral*, vice-presidente — *Ricardo Espírito Santo Silva Salgado*, vogal — *Mário Mosqueira do Amaral*, vogal — *José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva*, vogal — *Aníbal da Costa Reis de Oliveira*, vogal — *Jackson Behr Gilbert*, vogal — *Manuel de Magalhães Villas-Boas*, vogal — *Jean Marie Bruno Semonsu*, vogal — *Bernard Pierre Jean-Marie Brousse*, vogal — *Mário Martins Adegas*, vogal — *António José Baptista do Souto*, vogal — *Bruno Edouard Antoine Martin*, vogal — *Jorge Alberto Carvalho Martins*, vogal. — O Director do Departamento de Planeamento e Contabilidade, *Carlos dos Santos Moita*.

Balanço individual e consolidado em 31 de Dezembro de 1993 e de 1992

ACTIVO

(Em milhares de contos)

	Notas	BES		Consolidado	
		1993	1992	1993	1992
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4	217 097	191 957	217 656	192 666
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	5	58 156	50 170	58 727	51 250
Outros créditos, sobre instituições de crédito	6	244 208	158 988	234 291	146 214
Créditos sobre clientes	7	812 055	732 181	864 117	785 333
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:					
De emissores públicos	8	465 893	387 239	469 513	391 983
De outros emissores	8	60 275	31 946	62 403	32 428
Acções e outros títulos de rendimento variável	8	6 830	6 832	7 452	7 334
Participações	9	17 931	15 331	18 129	15 469
Partes do capital em empresas coligadas	10	19 579	11 195	—	—
Imobilizações incorpóreas	11	5 626	2 515	5 816	2 734
Diferenças de reavaliação	12	—	—	847	179
Diferenças de consolidação	12	—	—	2 891	787
Capital subscrito não realizado	—	—	—	—	315
Acções próprias	—	—	82	—	139
Imobilizações corpóreas	13	45 347	47 039	50 810	51 712
(Das quais: imóveis de serviço próprio)		(34 149)	(35 885)	(37 025)	(38 781)
Outros activos	14	17 968	11 918	27 120	16 544
Contas de regularização	15	34 712	37 669	37 231	47 003
Total do activo	15	34 712	37 669	37 231	47 003

PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA

	Notas	BES		Consolidado	
		1993	1992	1993	1992
Débitos para com instituições de crédito:					
À vista	16	12 769	12 340	13 137	16 681
A prazo ou com pré-aviso	16	436 422	343 649	438 507	338 692
Débitos para com clientes:					
Depósitos de poupança	17	198 222	189 061	198 222	189 061
Outros débitos:					
À vista	17	416 381	288 689	422 281	293 226
A prazo	17	634 207	535 516	637 053	550 701
Débitos representados por títulos:					
Obrigações em circulação	18	—	—	1 243	17 352
Outros	18	59 247	96 551	70 954	96 551
Outros passivos	19	7 558	4 784	9 173	7 614
Contas de regularização	20	45 545	48 173	47 472	57 651
Diferenças de reavaliação — equivalência patrimonial	12	—	—	90	—
Diferenças de consolidação	12	—	—	—	56
Provisões para riscos e encargos:					
Provisões para pensões e encargos similares	21 e 25	34 840	28 393	35 330	28 908
Outras provisões	21	29 720	26 129	30 695	26 911
Passivos subordinados	22	14 472	4 443	14 472	4 443
<i>Total do passivo</i>		<u>1 889 383</u>	<u>1 577 728</u>	<u>1 918 629</u>	<u>1 627 847</u>
Interesses minoritários	23	—	—	19 625	5 614
Capital subscrito	24	66 010	66 010	66 010	66 010
Prémios de emissão	24	6 010	6 010	6 010	6 010
Reservas	24	17 129	10 974	17 129	10 963
Reservas de reavaliação	24	6 790	6 790	6 790	6 791
Resultados transitados	24	155	15	2 120	438
Lucro líquido do exercício	24	20 200	17 535	20 690	18 417
<i>Total da situação líquida</i>		<u>116 294</u>	<u>107 334</u>	<u>118 749</u>	<u>108 624</u>
<i>Total do passivo e da situação líquida</i>		2 005 677	1 685 062	2 057 003	1 742 090

Rubricas extrapatrimoniais

	Notas	BES		Consolidado	
		1993	1992	1993	1992
Passivos eventuais	26	221 677	191 089	222 810	191 264
Dos quais:					
Aceites e compromissos por endosso de efeitos redes-					
contados		—	—	—	—
Cauções e activos dados em garantia		—	(335)	—	(335)
Garantias e avales		(177 512)	(129 869)	(178 608)	(130 044)
Outros		(44 164)	(60 885)	(44 201)	(60 885)
Compromissos	26	141 687	132 520	149 557	134 574

O Conselho de Administração: António Luís Roquette Ricciardi, presidente — Alexandre de Azeredo Vaz Pinto, vice-presidente — Philippe Guiral, vice-presidente — Ricardo Espírito Santo Silva Salgado, vogal — Mário Mosqueira do Amaral, vogal — José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva, vogal — Aníbal da Costa Reis de Oliveira, vogal — Jackson Behr Gilbert, vogal — Manuel de Magalhães Villas-Boas, vogal — Jean Marie Bruno Semonsu, vogal — Bernard Pierre Jean-Marie Brousse, vogal — Mário Martins Adegas, vogal — António José Baptista do Souto, vogal — Bruno Edouard Antoine Martin, vogal — Jorge Alberto Carvalho Martins, vogal. — O Director do Departamento de Planeamento e Contabilidade, Carlos dos Santos Moita.

**Demonstração dos resultados individuais e consolidados
dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 1993 e 1992**

CUSTOS

(Em milhares de contos)

	Notas	BES		Consolidado	
		1993	1992	1993	1992
Juros e custos equiparados		140 604	146 941	145 229	150 860
Comissões		1 244	974	1 326	1 026
Prejuízos em operações financeiras		7 312	5 856	7 471	5 850
Gastos gerais administrativos:					
Custos com pessoal		27 642	28 428	29 267	29 206
Dos quais:					
Salários e vencimentos		(19 861)	(18 944)	(21 302)	—
Encargos sociais		(7 644)	(9 266)	(7 822)	—
Dos quais:					
Com pensões	25	(3 770)	(5 715)	(3 800)	—
Outros gastos administrativos		14 919	13 635	15 847	13 122
Amortizações do exercício		6 535	6 506	7 615	7 405
Outros custos de exploração	30	1 268	1 297	1 671	1 466
Provisões para crédito vencido e para outros riscos	21 e 25	24 821	22 520	25 577	22 881
Provisões para imobilizações financeiras	21	1 341	924	1 227	924
Perdas extraordinárias	31	3 233	3 909	3 358	3 918
Impostos sobre lucros	32	5 955	3 470	6 698	4 388
Outros impostos		315	457	379	483
Resultados em empresas associadas		—	—	29	7
Interesses minoritários no lucro do exercício		—	—	14	313
Lucro do exercício		20 200	17 535	20 690	18 417
<i>Total</i>		255 389	252 452	266 398	260 266

PROVEITOS

	Notas	BES		Consolidado	
		1993	1992	1993	1992
Juros e proveitos equiparados	28	207 394	211 818	216 115	218 465
Dos quais:					
De títulos de rendimento fixo		(55 085)	(56 962)	(55 629)	—
Rendimento de títulos:					
Rendimento de acções, de quotas e de outros títulos de rendimento variável	28	66	334	128	368
Rendimento de participações	28	260	279	260	280
Rendimento de partes de capital em empresas coligadas	28	114	—	—	—
Comissões	28	11 853	10 803	13 406	11 333
Lucros em operações financeiras	28	17 068	12 250	17 251	12 272
Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos	21	4 267	3 564	4 272	3 721
Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a valores mobiliários que tenham o carácter de imobilizações financeiras, a participações e a partes de capital em empresas coligadas	21	3 590	388	3 590	388
Resultados em empresas associadas		—	—	173	5
Outros proveitos de exploração	28 e 30	2 731	2 835	3 311	3 042
Ganhos extraordinários	31	8 046	10 181	7 887	10 378
Interesses minoritários		—	—	—	—
<i>Total</i>		255 389	252 452	266 398	260 266

O Conselho de Administração: António Luís Roquette Ricciardi, presidente — Alexandre de Azeredo Vaz Pinto, vice-presidente — Philippe Guiral, vice-presidente — Ricardo Espírito Santo Silva Salgado, vogal — Mário Mosqueira do Amaral, vogal — José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva, vogal — Aníbal da Costa Reis de Oliveira, vogal — Jackson Behr Gilbert, vogal — Manuel de Magalhães Villas-Boas, vogal — Jean Marie Bruno Semonsu, vogal — Bernard Pierre Jean-Marie Brousse, vogal — Mário Martins Adegas, vogal — António José Baptista do Souto, vogal — Bruno Edouard Antoine Martin, vogal — Jorge Alberto Carvalho Martins, vogal. — O Director do Departamento de Planeamento e Contabilidade, Carlos dos Santos Moita.

**Demonstração dos fluxos de caixa individuais e consolidados
do exercício findo em 31 de Dezembro de 1993**

(Em milhares de contos)

	Notas	BES	Consolidado
Fluxos de caixa das actividades operacionais:			
Juros e comissões recebidos		223 242	234 574
Juros e comissões pagos		(149 599)	(153 735)
Recuperação de crédito e juros anulados em exercícios anteriores		752	801
Pagamentos a empregados e fornecedores		(38 940)	(41 447)
Pensões pagas e contribuição para o fundo de pensões	25	(6 520)	(6 611)
Resultados operacionais antes de alterações nos fundos operacionais		28 935	33 582
(Aumentos)/diminuições dos activos operacionais:			
Créditos sobre instituições de crédito		(85 794)	(88 651)
Depósitos em bancos centrais		(21 220)	(20 653)
Créditos sobre clientes		(88 186)	(87 617)
Títulos de negociação		80 929	81 322
Outros activos operacionais		(3 989)	(12 525)
Aumentos/(diminuições) dos passivos operacionais:			
Débitos para com instituições de crédito		93 203	96 271
Débitos para com clientes		235 543	224 568
Débitos representados por títulos		(37 304)	(41 706)
Outros passivos operacionais		2 339	(2 169)
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais antes de impostos sobre os lucros		204 456	182 422
Impostos pagos sobre os lucros	32	(2 405)	(2 513)
<i>Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais</i>		<u>202 051</u>	<u>179 909</u>
Fluxos de caixa das actividades de investimento:			
Compra de participações e de partes do capital em empresas coligadas		(13 942)	(4 129)
Valores recebidos na venda de participações e de partes do capital em empresas coligadas		9 114	7 163
Dividendos recebidos		440	388
Compra de títulos de investimento		(1 142 587)	(1 148 273)
Valores recebidos na venda de títulos de investimento		961 951	966 625
Compra de imobilizações		(13 161)	(15 866)
Valores recebidos na venda de imobilizações		5 924	6 734
<i>Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento</i>		<u>(192 261)</u>	<u>(187 358)</u>
Fluxos de caixa das actividades de financiamento:			
Emissão de obrigações de caixa subordinadas	22	10 029	10 029
Emissão de acções preferenciais	23	—	17 681
Remuneração paga nos títulos de participação	22	(844)	(844)
Dividendos pagos	24	(9 541)	(10 122)
Bónus pagos aos empregados	24	(1 700)	(1 700)
<i>Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento</i>		<u>(2 056)</u>	<u>15 044</u>
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		4 172	4 219
Aumento líquido em caixa e seus equivalentes		<u>11 906</u>	<u>11 814</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período	3.3, alínea n)	61 215	62 422
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3.3, alínea n)	<u>73 121</u>	<u>74 236</u>
		11 906	11 814

O Conselho de Administração: António Luís Roquette Ricciardi, presidente — Alexandre de Azeredo Vaz Pinto, vice-presidente — Philippe Guiral, vice-presidente — Ricardo Espírito Santo Silva Salgado, vogal — Mário Mosqueira do Amaral, vogal — José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva, vogal — Aníbal da Costa Reis de Oliveira, vogal — Jackson Behr Gilbert, vogal — Manuel de Magalhães Villas-Boas, vogal — Jean Marie Bruno Semonsu, vogal — Bernard Pierre Jean-Marie Brousse, vogal — Mário Martins Adegas, vogal — António José Baptista do Souto, vogal — Bruno Edouard Antoine Martin, vogal — Jorge Alberto Carvalho Martins, vogal. — O Director do Departamento de Planeamento e Contabilidade, Carlos dos Santos Moita.

Notas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de Dezembro de 1993 e 1992

(Montantes expressos em milhares de contos)

1 — Actividade:

O Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, S. A. (BES), foi constituído em 1937. Em 14 de Março de 1975 passou a empresa pública nos termos do Decreto-Lei n.º 132-A/75 e em 13 de Setembro de 1990, nos termos do Decreto-Lei n.º 282/90, foi transformado em sociedade anónima de capitais públicos. De acordo com a Lei n.º 11/90, de 5 de Abril, que definiu as condições da sua reprivatização, o capital do Banco foi vendido na sua totalidade a entidades privadas (v. nota n.º 24); uma tranche de 40% foi vendida em Julho de 1991 e a restante tranche de 60% foi vendida em Fevereiro de 1992.

Desde 1992 o BES faz parte do Grupo Espírito Santo, pelo que as suas demonstrações financeiras são consolidadas na Bespar — SGPS, S. A., com sede em Lisboa e na Espírito Santo Financial Holding, S. A. (ESFH), com sede no Luxemburgo.

O Banco está autorizado, pelo Ministério das Finanças, a operar de acordo com as directrizes reguladoras da actividade bancária, vigentes em Portugal, e de acordo com as normas legais estabelecidas pelos bancos centrais e agentes reguladores dos países em que estão sediadas as sucursais de Londres, Nova Iorque, Nassau e Madrid.

O Banco dedica-se à obtenção de recursos de terceiros, sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, conjuntamente com os seus

recursos próprios, na concessão de crédito, em títulos e em outros activos, prestando ainda outros serviços bancários no país e no estrangeiro. Para o efeito dispõe de uma rede nacional de 260 balcões (1992: 230) e postos de câmbio, de sucursais em Londres, Nova Iorque, Nassau e Madrid, de uma sucursal financeira exterior na Madeira e de seis escritórios de representação.

2 — Estrutura do Grupo:

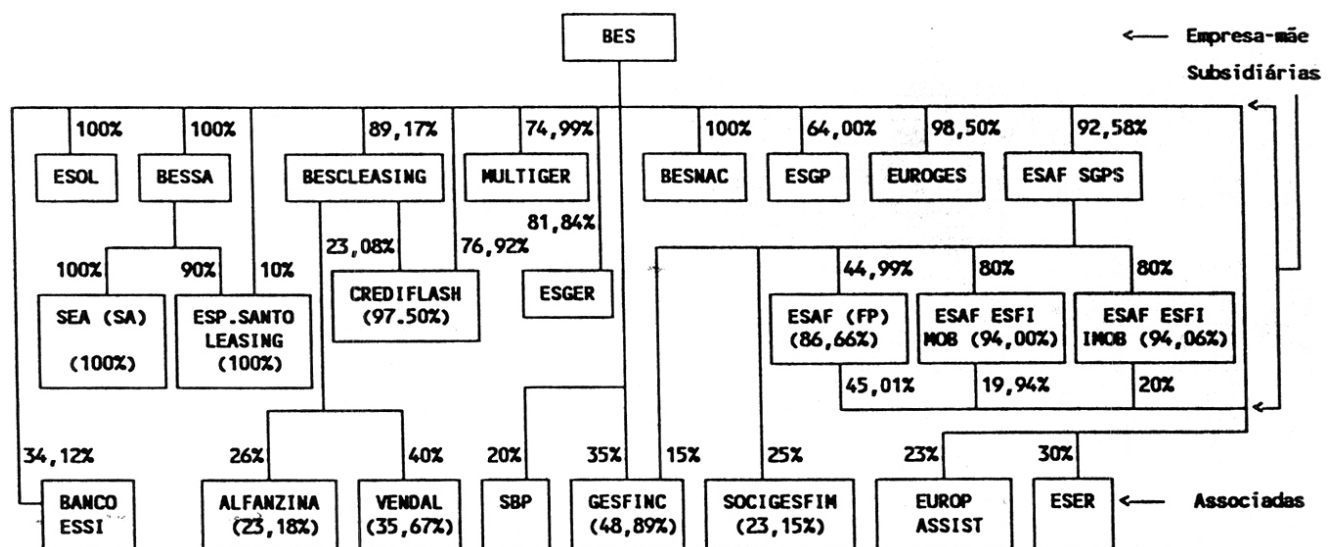
O Banco detém participações em empresas subsidiárias e associadas. São consideradas empresas subsidiárias, as que correspondem a investimentos de carácter duradouro cuja participação directa ou indirecta no capital, seja superior a 50% e possam ser consideradas, conjuntamente com o Banco, uma unidade de decisão.

As empresas associadas são investimentos de carácter duradouro cuja participação do Banco no seu capital se situe entre 20% e 50% e em relação às quais não existe uma relação de domínio, mas apenas de complementaridade, com as actividades do Banco.

Nestas circunstâncias, o conjunto de subsidiárias e associadas do Banco exclui as empresas cuja participação, apesar de superior a 20%, não foi adquirida com o intuito de intervenção na gestão dessas entidades.

Estas participações, que resultam na sua maior parte da conversão de créditos do Banco, serão alienadas na melhor oportunidade.

A estrutura do grupo de empresas nas quais o Banco detém uma participação directa ou indirecta, superior ou igual a 20%, e que foram incluídas na consolidação, ilustra-se como segue:



A actividade e os principais accionistas das subsidiárias do BES são:

O BES (Espanha) — Banco Espírito Santo, S. A. (BESSA), é um banco comercial de retalho sediado em Espanha e que opera actualmente através de uma rede de 16 balcões distribuídos, essencialmente, ao longo da fronteira luso-espanhola, entre Málaga e Corunha.

A participação do BES nesta instituição financeira aumentou no final de 1993 de 55% para 100%.

Os 45% do BESSA adquiridos em 1993 são actualmente detidos por uma subsidiária participada pelo BES em 100%, constituída no Luxemburgo (SPAINVEST, S. A.).

O BESSA possui ainda participações nas seguintes subsidiárias com sede em Espanha:

A SEA — Sociedad Europea de Arrendamientos, S. A., cuja actividade principal consiste no investimento e administração de valores imobiliários;

A Espírito Santo Leasing, S. A., também participada pelo BES em 10%, tem como actividade principal a locação financeira.

A Bescleasings, S. A., com sede em Lisboa, foi constituída em 1990 com participação inicial do BES e tem como objecto social a locação financeira mobiliária.

A participação do Banco nesta empresa aumentou em 1993 de 72,43% para 89,17%.

Para além da participação na Crediflash, a Bescleasings detém ainda participações nas seguintes empresas associadas:

A Alfanzina, cuja actividade principal é a gestão de investimentos imobiliários;

A Vendai, que tem como actividade principal o comércio e aluguer de veículos automóveis.

A Multiger, S. A., com sede em Lisboa, tem como actividade principal a compra, venda e administração de propriedades e foi constituída em 1988 com a participação inicial do BES. Em 1993 o BES diminuiu a sua participação nesta empresa de 80,99% para 74,99%. Para além do Banco (74,99%), são também accionistas desta empresa o Banco Internacional de Crédito (19%) e o Banco ESSI, S. A. (6,01%).

A Euroges Factoring, S. A., foi constituída no final de 1989, tendo o Banco adquirido a sua primeira participação em 1991. Esta instituição financeira tem como objecto social a actividade de *factoring*. O BES aumentou, durante o exercício de 1993, a sua participação de 54,6% para 98,5%. Para além do Banco (98,5%), é também accionista da Euroges, o Banco ESSI, S. A., com uma participação de 1,5%.

A ESAF — Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, S. A., foi constituída com a participação de 100% do BES no final de 1992 e tem como objecto social a coordenação das sociedades gestoras de fundos de investimento mobiliário, imobiliário e de pensões suas par-

tipicadas. Para além do Banco que actualmente detém uma participação de 92,58% são accionistas da ESAF, a Tranquilidade (4,8%) e o Banco ESSI (2,1%), entre outros accionistas. Para além das participações nas ESAF — Fundos de Investimento Mobiliários e Imobiliários e na ESAF — Fundo de Pensões, subsidiárias do BES, a ESAF — SGPS possui ainda uma participação de 25% na Socigesfim, que é uma sociedade gestora de fundos de investimento mobiliários.

A ESAF — Espírito Santo Fundos de Investimento Imobiliários, S. A. (ex-Gespatrimónio, S. A.), é uma sociedade gestora de investimentos imobiliários. Esta sociedade conta actualmente com a participação do BES (20%) e da ESAF — SGPS (80%).

A ESAF — Espírito Santo Fundos de Investimento Mobiliários, S. A. (ex-Soginpar, S. A.), tem por objecto a gestão de fundos de investimento mobiliário. Esta sociedade conta actualmente com a participação do BES (19,94%) e da ESAF — SGPS (80%).

A ESAF — Espírito Santo Fundos de Pensões, S. A. (ex-Multipensões, S. A.), é uma sociedade gestora de fundos de pensões, nomeadamente, do Fundo de Pensões BES. Para além do BES (45,01%) e da ESAF SGPS (44,99%), tem como accionistas a Companhia de Seguros Tranquilidade (10%).

A Crediflash, S. A., é uma sociedade financeira para aquisições a crédito (SFAC) constituída em 1991. Para além do BES, que detém uma participação de 76,92% (1992: 55%), é também accionista desta entidade a Bescleaving com uma participação de 23,08%.

A BESNAC — Banco Espírito Santo North America Capital Corporation, com sede nos Estados Unidos da América, foi constituída em 1990 com o objectivo de proceder à emissão de papel comercial naquele país.

A ESGP — Espírito Santo Gestão de Patrimónios, S. A., tem como actividade principal a administração de valores mobiliários e imobiliários de conta alheia e a prestação de serviços de consultoria. A participação do Banco nesta empresa aumentou em 1993 de 50%, para 64%.

Para além do BES (64%), é também accionista desta empresa o Banco Internacional de Crédito (36%).

A ESOL — Espírito Santo Overseas, Ltd., com sede nas Ilhas Cayman, foi constituída em Outubro de 1993 com um capital de 1000 dólares dos Estados Unidos da América, representado por 1000 acções ordinárias, com o valor unitário de um dólar, integralmente subscrito e realizado pelo BES. Em Novembro de 1993, de acordo com o objectivo para que foi constituída, a ESOL procedeu à emissão nos Estados Unidos da América de quatro milhões de acções preferenciais

sem direito a voto, no montante global de 100 milhões de dólares, integralmente subscritas e realizadas por terceiros (v. nota n.º 23). Em consequência, o BES detém uma participação de capital equivalente a 0,001% e 100% dos direitos de voto da ESOL.

A ESGER — Empresa de Serviços e Consultoria, S. A., constituída em 1993, tem como principais accionistas o BES (81,84%) e o Banco Internacional de Crédito (16,7%).

A actividade e os principais accionistas das associadas do BES são:

O Banco ESSI, S. A., que actua principalmente na área de *merchant banking*, foi constituído por transformação da Espírito Santo Sociedade de Investimentos, S. A., em 1 de Abril de 1993. Para além do BES (34,12%), o Banco ESSI tem como principais accionistas a ES International Holding, S. A. (8,9%), a Espírito Santo Financial Holding (6,87%), a Compagnie Financière Espírito Santo, S. A. (9,61%), a Union de Banque Suisse (9%) e o Kredietbank (4,17%), entre outros.

A Société Bancaire de Paris (SBP) com sede em Paris, foi constituída em 1927 e tem como actividade principal a realização de todas as operações inerentes a um banco comercial, quer no mercado local quer internacional, com empresas francesas de média dimensão, bem como a prestação de serviços de consultoria financeira em aquisições envolvendo empresas e clientes privados portugueses. Para além do BES (20%) que adquiriu a sua participação em 1992, participam ainda no capital desta entidade a Espírito Santo Financial Holding (38%) e a Cassa di Risparmio di Padova e Rovigo (35%), entre outros.

A Gesfinc — Espírito Santo Estudos Financeiros e de Mercado de Capitais, S. A., foi constituída em 1992 com o objectivo de proceder a estudos de *underwriting* e estudos sectoriais. Para além do BES (35%), é também accionista desta empresa a ESAF — SGPS (15%), além de outros.

A Europ Assistance — Companhia Portuguesa de Seguros de Assistência, S. A., também constituída durante o ano de 1993, tem como principais accionistas o BES (23%) e a Companhia de Seguros Tranquilidade (24%).

A ESER, S. A., é uma sociedade financeira de corretagem constituída em 1989, tendo o BES adquirido a sua participação em 1991. Para além do Banco (30%), são seus accionistas o Crédito Predial Português (17%), o Banco ESSI (11,5%) e o Banco Internacional de Crédito (10%), entre outros.

Os dados financeiros mais significativos, extraídos das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 1993 e 1992 das subsidiárias acima referidas, são como segue:

	Total do activo		Total do passivo		Capitais próprios		Proveitos		Lucro/(prejuízo)	
	1993	1992	1993	1992	1993	1992	1993	1992	1993	1992
Empresas subsidiárias:										
BESSA (a)	51 063	36 594	45 689	31 092	5 249	5 038	4 552	5 332	125	464
Bescleaving	38 953	31 341	33 875	26 640	4 605	3 955	6 044	5 380	473	746
Multiger	11 998	5 468	7 794	2 618	4 429	2 929	853	272	(225)	(79)
BESNAC	11 715	15 576	11 707	15 570	8	7	769	530	—	(1)
ESGP	74	58	16	18	105	44	138	138	(47)	(4)
Euroges	7 442	6 054	6 351	5 225	1 079	757	1 366	1 187	12	72
ESAF — SGPS	2 664	50	141	—	2 350	50	340	—	173	—
ESAF (FP)	367	330	18	24	306	252	138	109	43	54
ESAF ES FIM	795	807	11	85	720	621	1 038	846	64	101
ESAF ES FII	1 585	686	136	46	1 301	600	1 649	220	148	40
Crediflash	1 373	510	872	116	545	434	277	159	(44)	(40)
ESQL	17 682	(b)	—	(b)	17 682	(b)	125	(b)	—	(b)
ESGER	22	(b)	8	(b)	14	(b)	2	(b)	(17)	(b)

(a) Dados financeiros consolidados do Grupo BESSA.

(b) Empresas constituídas no final de 1993.

3 — Bases de apresentação, princípios de consolidação e princípios políticos contabilísticos:

3.1 — Bases de apresentação:

As demonstrações financeiras consolidadas que incluem as contas do BES, das suas subsidiárias e associadas, foram preparadas em conformidade com as disposições do Decreto-Lei n.º 36/92, de 28 de Março e respeitam os exercícios findos em 31 de Dezembro de 1993 e 1992. Por forma a garantir uniformidade na aplicação de certos princípios contabilísticos foram introduzidos alguns ajustamentos de consolidação.

As demonstrações financeiras individuais do Banco, das suas subsidiárias e associadas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram preparadas por estas entidades com base nos respectivos registos contabilísticos, que são processados, excepto no que diz respeito às empresas com sede no estrangeiro, em conformidade com os princípios contabilísticos estabelecidos no Plano de Contas para o Sector Bancário, e outras disposições emitidas pelo Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo Decreto-Lei n.º 91/90, de 17 de Março.

As demonstrações financeiras das sucursais financeiras internacionais e exterior são agrupadas ao nível do Banco. Todos os saldos e transacções entre a sede e as sucursais foram eliminados no âmbito do processo de combinação das respectivas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras do BES, das suas subsidiárias e associadas, em 31 de Dezembro de 1993, estão pendentes de aprovação pelos correspondentes órgãos sociais. No entanto, é convicção do conselho de administração do Banco que estas demonstrações financeiras virão a ser aprovadas sem alterações significativas.

3.2 — Princípios de consolidação:

A consolidação das empresas subsidiárias foi efectuada segundo o método de integração global nas situações em que se verifique uma relação de domínio por parte do Banco (v. nota n.º 2). Os saldos e as transacções de maior significado apurados entre as empresas objecto de consolidação, incluindo os correspondentes custos e proveitos, foram eliminados no processo de consolidação. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias é apresentado na rubrica de interesses minoritários (v. nota n.º 23).

A consolidação das empresas associadas efectuou-se pelo método de equivalência patrimonial, correspondendo o seu valor a uma percentagem do capital, reservas e resultados, equivalente à participação do BES nessas empresas.

As demonstrações financeiras das empresas subsidiárias e associadas denominadas em moeda estrangeira são convertidas para escudos, no que diz respeito aos saldos de balanço, com base nos câmbios indicativos de 31 de Dezembro de 1993 e 1992 divulgados pelo Banco de Portugal e, relativamente às rubricas de custos e proveitos do exercício, com base nos câmbios médios verificados no ano.

As diferenças positivas apuradas entre o custo de aquisição e o valor patrimonial equivalente das empresas subsidiárias e associadas em 1 de Janeiro de 1992 (data da primeira consolidação), ou à data da aquisição, se for posterior, são apresentadas no activo, nas rubricas de diferenças de consolidação e de reavaliação. Estas diferenças positivas são amortizadas por contrapartida dos resultados consolidados pelo método das quotas constantes, em 25 anos, aplicado em base anual, a partir do ano em que são apuradas (v. nota n.º 12).

A adopção de um período de 25 anos para amortização das diferenças positivas de primeira consolidação (*goodwill*) fundamenta-se não só (i) na prática que para o efeito há muito vem sendo consistentemente adoptada a nível internacional pelo Grupo Espírito Santo (GES) para os seus investimentos de natureza estratégica e que tem sido aceite nas praças financeiras onde vem actuando, como também (ii) na grande dimensão dos recentes investimentos do Grupo em Portugal e Espanha, e ainda (iii) nas características de estabilidade e permanência que o GES atribui a estes seus investimentos, os quais se inserem numa política de retoma duma posição de tradicional relevância na economia nacional.

Por outro lado, as diferenças de consolidação negativas realizadas, são adicionadas aos resultados transitados e, as não realizadas, são apresentadas no passivo (v. nota n.º 12).

As participações que não são objecto de consolidação registam-se de acordo com o critério definido na nota n.º 3.3, alínea d).

3.3 — Resumo das principais políticas contabilísticas:

As políticas contabilísticas que se seguem são aplicáveis às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de Dezembro de 1993 e 1992.

a) *Especialização de exercícios.* — O Banco e as suas subsidiárias seguem o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras, nomeadamente no que se refere aos juros das operações activas e passivas que são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou cobrança. Porém, nos casos em que as operações se encontrem vencidas há mais de 30 dias (90 dias no caso de terem garantias reais) ou, embora não vencidas, existam dúvidas razoáveis relativamente à sua cobrabilidade, o Banco e as suas subsidiárias suspendem a contagem dos juros correspondentes, os quais apenas são reconhecidos em proveitos se e quando recebidos.

b) *Operações em moeda estrangeira.* — As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema *multi-currency*, sendo cada operação registada exclusivamente em função das respectivas moedas. Este método prevê que todos os saldos expressos em moeda estrangeira, excepto notas e moedas, sejam convertidos para escudos com base no câmbio indicativo do dia para operações à vista, divulgado pelo Banco de Portugal (v. nota n.º 27).

Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são imediatamente registadas na posição cambial.

Sempre que estas operações conduzam a variações dos saldos líquidos das diferentes moedas, há lugar à movimentação das contas de posição cambial, à vista ou a prazo, cujo conteúdo e critério de reavaliação são como segue:

Posição cambial à vista:

A posição cambial à vista em cada moeda é dada pelo saldo líquido dos activos e passivos dessa moeda, acrescidos dos montantes das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo que se vençam nos dois dias úteis subsequentes. A posição cambial à vista é reavaliada diariamente com base nos câmbios indicativos do dia divulgados pelo Banco de Portugal, dando origem à movimentação da conta de posição cambial (moeda nacional), por contrapartida de custos ou proveitos.

Posição cambial a prazo:

A posição cambial a prazo em cada moeda é dada pelo saldo líquido das operações a prazo aguardando liquidação, com exclusão das que se vençam dentro dos dois dias úteis subsequentes. Todos os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na ausência destas, através do seu cálculo com base nas taxas de juro aplicáveis ao prazo residual de cada operação. As diferenças entre os contravalores em escudos às taxas contratadas, que representam o proveito ou o custo de reavaliação da posição a prazo, são registadas numa conta de reavaliação da posição cambial por contrapartida de custos ou proveitos.

Operações de permuta de divisas e de taxas de juro (*swaps*):

As operações de permuta de divisas e de taxas de juro (*swaps*) e outras operações de fixação de câmbio não são consideradas na reavaliação das posições à vista e a prazo. Os prémios ou descontos destas operações são amortizados durante o seu período de vida, sendo reconhecido o seu respectivo custo ou proveito.

c) Obrigações, acções e outros títulos de rendimento fixo ou variável:

Títulos de negociação:

São considerados títulos de negociação aqueles que são adquiridos com o objectivo de venda dentro de um prazo que não poderá exceder os seis meses (v. nota n.º 8).

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo são valorizadas com base na cotação de mercado, acrescida dos juros decorridos e não cobrados. A diferença que resulta entre a aplicação deste critério e o custo de aquisição é registada como custo ou proveito. As obrigações não cotadas encontram-se valorizadas ao custo ou ao valor estimado de realização, dos dois o menor.

As acções e outros títulos de rendimento variável são registadas ao custo de aquisição e reavaliadas com base na cotação de mercado ou, na sua ausência, ao menor dos valores de aquisição ou presumível de mercado. As mais-valias potenciais resultantes da aplicação deste critério valorimétrico são diferidas na rubrica de contas de regularização do passivo enquanto que as menos-valias potenciais são integralmente provisionadas por contrapartida de resultados.

Títulos de investimento:

Os títulos de investimento são aqueles que são adquiridos com o objectivo de venda mas cuja retenção, em regra, ultrapassa seis meses (v. nota n.º 8).

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo são apresentadas ao valor de aquisição quando emitidos com base no valor nominal. A diferença entre o custo de aquisição e o valor nominal dos títulos, que constitui o prémio ou desconto verificado aquando da compra, é amortizada de modo escalonado pelo período que decorre até à data de vencimento dos títulos, por contrapartida de resultados. O valor dos títulos com capitalização automática de juros incorpora a respectiva periodificação. Os juros decorridos são relevados como proveitos e apresentados na rubrica de contas de regularização do activo.

As acções e outros títulos de rendimento variável são registadas ao custo de aquisição ou ao valor estimado de realização, dos dois o menor.

As menos-valias potenciais resultantes de diferenças apuradas entre o valor contabilístico dos títulos de investimento e o correspondente valor de cotação ou, na falta deste, o valor nominal ou o presumível valor de realização, são provisionadas por contrapartida de resultados. Estas provisões estão apresentadas no activo a deduzir às rubricas correspondentes (v. notas n.ºs 8 e 21).

d) *Participações e partes de capital em empresas coligadas.* — Nas demonstrações financeiras individuais do BES, na rubrica de partes do capital em empresas coligadas, são registadas as participações em que o Banco detenha de forma directa ou indirecta uma parcela do capital superior a 50% e cujo interesse pela sua manutenção esteja ligado à sua actividade e, simultaneamente, se revistam de carácter duradouro — empresas subsidiárias (v. nota n.º 2). Estas partes do capital em entidades que são objecto de consolidação pelo método de integração global, encontram-se registadas nas contas individuais pelo respectivo custo de aquisição.

Na rubrica de participações são registadas:

i) As participações de capital inferiores a 50% e superiores ou iguais a 20%, em empresas em que o Banco não exerce domínio mas que se revistam de carácter duradouro e sejam detidas em resultado da existência de ligações de complementaridade com a actividade do Banco. Estas participações que são tratadas como empresas associadas (v. nota n.º 2), encontram-se registadas nas contas individuais do BES pelo respectivo custo de aquisição e são objecto de consolidação pelo método de equivalência patrimonial;

ii) Outras participações, que correspondem a:

Participações de carácter estratégico e duradouro apesar da percentagem do capital detido ser inferior a 20%;

Participações em empresas cuja percentagem do capital detido é superior a 20% mas que serão objecto de alienação a curto prazo.

Estas participações encontram-se registadas pelo seu custo de aquisição. As desvalorizações de valor significativo e com carácter permanente, identificadas nas participações detidas, são provisionadas. O conselho de administração considera que o valor de realização das participações que tenciona alienar, não será inferior ao valor por que se encontram registadas no balanço.

e) *Provisão para menos-valias nas aplicações em títulos.* — O Banco constitui provisões para menos-valias nas aplicações em títulos, que se destinam a fazer face à totalidade das perdas potenciais apuradas nos termos dos critérios valorimétricos adoptados para as obrigações, acções e outros títulos de rendimento fixo ou variável.

f) *Provisões para riscos de crédito.* — Relativamente ao Banco e às subsidiárias do sector financeiro sediadas em Portugal, as provisões para riscos de crédito foram apuradas nos termos dos avisos do Banco de Portugal n.ºs 13/90 e 15/90, publicados em 4 de Dezembro e incluem:

i) Uma provisão específica apresentada no activo como dedução à rubrica de créditos sobre clientes e de outros créditos sobre instituições de crédito, calculada mediante a aplicação de taxas que variam entre 10% e 100% sobre os saldos de crédito e juros vencidos, em função da classe de risco e da existência ou não de garantias (v. notas n.ºs 7 e 21);

ii) Uma provisão genérica para riscos gerais de crédito, apresentada no passivo na rubrica de provisões para riscos e encargos — outras provisões, correspondente ao mínimo de 2% do total do crédito não vencido concedido pelo Banco, incluindo o representado por aceites, garantias e avales prestados (v. nota n.º 21).

Para além disso, o Banco possui outra provisão apresentada no passivo na rubrica de provisões para outros riscos e encargos — outros riscos, que se destina a cobrir perdas potenciais estimadas na realização de créditos sobre países classificados com risco soberano (v. notas n.ºs 7 e 21).

O valor global das provisões do Banco e do grupo que em 31 de Dezembro de 1993 é de 55 600 milhares de contos (1992: 48 887 milhares de contos) e 57 649 milhares de contos (1992: 50 157 milhares de contos), respectivamente, é considerado suficiente para fazer face aos riscos de crédito identificados, em função da aplicação de critérios de avaliação e análise de base comercial.

g) *Imobilizações corpóreas.* — O imobilizado corpóreo do Banco adquirido em 1992 e 1993, o imobilizado em curso, e todo o imobilizado afecto às sucursais e subsidiárias, está valorizado ao custo de aquisição. O imobilizado corpóreo do Banco adquirido até 31 de Dezembro de 1991 foi reavaliado através da aplicação de índices de actualização estabelecidos por lei ao custo e à depreciação acumulada (v. nota n.º 13). No âmbito do processo de reprivatização do Banco, os imóveis de serviço próprio adquiridos até 31 de Dezembro de 1990 foram ainda reavaliados em 31 de Dezembro de 1991 ao abrigo do Decreto-Lei n.º 22/92, de 14 de Fevereiro, com base no menor dos

valores resultantes das avaliações elaboradas por duas entidades independentes.

A amortização é calculada segundo o método das quotas constantes, aplicado ao custo histórico ou reavaliado, às taxas anuais permitidas para efeitos fiscais, de acordo com os seguintes períodos, que se considera não diferirem substancialmente da vida útil estimada dos bens:

	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	50
Equipamento	5
Mobiliário e material	4 a 10
Máquinas e ferramentas	5 a 10
Equipamento informático	4 a 5
Instalações interiores	5 a 12
Material de transporte	4 a 5
Equipamento de segurança	3 a 10
Outro equipamento	5

Uma percentagem equivalente a 40% do aumento das amortizações resultantes das reavaliações registadas pelo Banco não é considerada como custo fiscal.

h) *Imobilizações incorpóreas.* — Os custos incorridos com a instalação de agências, obras de beneficiação em espaços arrendados, os encargos com sistemas de tratamento informático de dados, aumentos de capital, emissão de obrigações e de acções preferenciais e com a reprivatização do Banco, são amortizados num período de três anos a partir do exercício em que são incorridos, segundo o método das quotas constantes (v. nota n.º 11).

i) *Aplicações em imóveis.* — Correspondem essencialmente a imóveis que vieram à posse do Banco ou de empresas subsidiárias, para regularização de crédito concedido, sendo apresentados na rubrica de outros activos (v. nota n.º 14). Estes imóveis são registados ao valor de aquisição e não são objecto de amortização. Contudo, nos termos do aviso do Banco de Portugal n.º 13/90, publicado em 4 de Dezembro, é constituída uma provisão para as menos-valias potenciais apuradas sempre que o valor contabilístico desses imóveis é inferior ao seu correspondente valor esperado de realização. O conselho de administração considera que o valor de realização destes imóveis não será inferior ao valor por que se encontram registados no balanço.

j) *Pensões de reforma.* — Face às responsabilidades assumidas pelo Banco no âmbito do acordo colectivo de trabalho do sector bancário, constituiu-se um fundo de pensões e uma provisão que se destinam a cobrir as responsabilidades com pensões de reforma por velhice, invalidez ou sobrevivência relativamente à totalidade do seu pessoal, calculadas em função dos salários projectados do pessoal no activo.

O Banco procede anualmente ao reforço de provisões ou a contribuições para o fundo de pensões até ao limite máximo permitido para efeitos fiscais, o que se traduz no reconhecimento integral não só dos custos com pensões de reforma imputáveis ao exercício mas também da cobertura de uma parcela das responsabilidades por serviços passados geradas em exercícios anteriores (v. nota n.º 25).

Neste contexto, o Banco está a cumprir um programa de cobertura das suas responsabilidades com pensões de reforma para além dos limites mínimos estabelecidos pelo Banco de Portugal através das suas cartas-circulares n.º 91/DSB, de 30 de Setembro de 1991, e n.º 129-M/DSB, de 16 de Dezembro de 1993. As dotações mínimas estabelecidas pelo Banco de Portugal para cobertura das responsabilidades com pensões de reforma, que deverão ser efectuadas em cada ano por forma a que essas responsabilidades estejam integralmente cobertas em 31 de Dezembro de 1997, são como segue:

(Em percentagem)

	Cobertura mínima em 31 de Dezembro	Dotação anual
1991	10	10
1992	25	15
1993	45	20
1994	55	10
1995	70	15
1996	85	15
1997	100	15

Em 31 de Dezembro de 1993 a cobertura das responsabilidades do Banco com pensões de reforma, de aproximadamente 86% (1992: 80%), excede os mínimos estabelecidos pelo Banco de Portugal em cerca de 32 000 milhares de contos (1992: 36 600 milhares de contos).

k) *Impostos sobre lucros.* — O Banco está sujeito ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC). Porém, a Sucursal Financeira Exterior na Madeira beneficia de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011, ao abrigo do artigo 41.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 84/93, de 18 de Março.

As empresas subsidiárias estão igualmente sujeitas à tributação em sede de IRC e, nas situações em que existam diferenças temporárias significativas entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscais, são registados os respectivos impostos diferidos (v. nota n.º 32).

l) *Locação financeira:*

Como locatário:

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo, na rubrica de imobilizações corpóreas por contrapartida da rubrica de outros débitos para com instituições de crédito no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. O imobilizado corpóreo é amortizado conforme descrito na nota n.º 3.3, alínea g).

As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em custos e (ii) pela amortização financeira do capital que é

deduzido da rubrica Outro débitos para com instituições de crédito do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Como locador:

Os activos detidos sob locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados em proveitos, enquanto que as amortizações de capital também incluídas nas rendas, são deduzidas ao valor global do crédito inicialmente concedido. O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

m) *Valores mobiliários de terceiros recebidos em depósito.* — Os valores mobiliários de terceiros recebidos em depósito encontram-se registados ao valor nominal (v. nota n.º 26).

n) *Demonstração dos fluxos de caixa.* — Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e seus equivalentes corresponde ao somatório dos saldos de caixa (v. nota n.º 4) e de disponibilidades à vista sobre instituições de crédito (v. nota n.º 5).

4 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais:

	BES		Consolidado	
	1993	1992	1993	1992
Caixa	14 965	11 045	15 509	11 172
Depósitos à ordem em bancos centrais	202 132	180 912	202 147	181 494
	<u>217 097</u>	<u>191 957</u>	<u>217 656</u>	<u>192 666</u>

A rubrica de depósitos à ordem em bancos centrais inclui depósitos de carácter obrigatório no Banco de Portugal que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa. A taxa média de remuneração destes depósitos, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 1993, foi de, aproximadamente, 6,87% ao ano, nos termos das regulamentações aplicáveis (1992: 8,5%).

5 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito:

	BES		Consolidado	
	1993	1992	1993	1992
Disponibilidades sobre instituições de crédito no País:				
Depósitos à ordem	3 874	253	4 261	552
Cheques a cobrar	43 912	43 707	43 912	43 708
Outras disponibilidades	534	441	534	441
	<u>48 320</u>	<u>44 401</u>	<u>48 707</u>	<u>44 701</u>
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro:				
Depósitos à ordem	9 010	4 959	9 194	5 739
Cheques a cobrar	791	810	791	810
Outras disponibilidades	35	—	35	—
	<u>9 836</u>	<u>5 769</u>	<u>10 020</u>	<u>6 549</u>
	<u>58 156</u>	<u>50 170</u>	<u>58 727</u>	<u>51 250</u>

Os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no país e no estrangeiro foram enviados para cobrança nos primeiros dias úteis subsequentes às datas em referência.

6 — Outros créditos sobre instituições de crédito

	BES		Consolidado	
	1993	1992	1993	1992
Aplicações em instituições de crédito no País:				
Mercado monetário interbancário	36 247	9 610	29 507	9 610
Mercado interbancário de títulos	—	14 000	—	14 000

	BES		Consolidado	
	1993	1992	1993	1992
Aplicações de muito curto prazo	41	266	41	266
Depósitos com pré-aviso e a prazo	8 523	18 723	8 711	18 794
Empréstimos	14 158	12 528	12 454	5 122
Outras aplicações	1 163	1 221	1 163	1 221
	<u>60 132</u>	<u>56 348</u>	<u>51 876</u>	<u>49 013</u>
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro:				
Depósitos com pré-aviso e a prazo	129 406	71 111	126 775	71 132
Empréstimos	14 545	14 230	14 545	8 770
Aplicações de muito curto prazo	34 349	14 311	35 319	14 311
Outras aplicações	7 668	4 499	7 668	4 499
	<u>185 968</u>	<u>104 151</u>	<u>184 307</u>	<u>98 712</u>
	246 100	160 499	236 183	147 725
Menos: prov. para créditos vencidos sobre instit. de crédito (v. nota n.º 21)	<u>(1 892)</u>	<u>(1 511)</u>	<u>(1 892)</u>	<u>(1 511)</u>
	<u>244 208</u>	<u>158 988</u>	<u>234 291</u>	<u>146 214</u>

É o seguinte o escalonamento destes créditos por prazos de vencimento:

	BES		Consolidado	
	1993	1992	1993	1992
Até três meses	194 173	105 758	187 040	92 985
De três meses a um ano	36 046	42 118	35 585	42 117
De um ano a cinco anos	11 813	8 839	11 666	8 839
Mais de cinco anos	2 176	2 273	—	2 273
Duração indeterminada	1 892	1 511	1 892	1 511
	<u>246 100</u>	<u>160 499</u>	<u>236 183</u>	<u>147 725</u>

Em 31 de Dezembro de 1993 e de 1992, o saldo de aplicações no mercado monetário interbancário inclui aplicações efectuadas no País pelas sucursais, no montante de 11 562 milhares de contos e 3737 milhares de contos, respectivamente.

As principais aplicações em outras instituições de crédito em escudos vencem juros às seguintes taxas anuais:

	1993	1992
Mercado interbancário de títulos	12,4	17,4
Mercado monetário interbancário no País	12,6	17,6

Os depósitos em instituições no estrangeiro vencem juros às taxas dos mercados internacionais onde o Banco opera.

7 — Créditos sobre clientes:

	BES		Consolidado	
	1993	1992	1993	1992
Crédito interno:				
Créditos em conta corrente	310 820	262 584	305 797	262 584
Descontos comerciais	179 843	169 214	179 843	169 214
Descobertos em depósitos à ordem	28 185	29 794	28 185	29 794
Outros créditos titulados por efeitos	23 690	24 957	23 690	24 957
Crédito em operações de locação financeira	—	—	33 145	28 215
Crédito em operações de <i>factoring</i>	—	—	5 814	4 329
Outros créditos	198 682	150 382	200 989	153 971
	<u>741 220</u>	<u>636 931</u>	<u>777 463</u>	<u>673 064</u>
Crédito ao exterior	<u>60 775</u>	<u>86 532</u>	<u>75 327</u>	<u>102 545</u>
	801 995	723 463	852 790	775 609
Crédito e juros vencidos	<u>34 048</u>	<u>29 965</u>	<u>36 389</u>	<u>31 459</u>
	836 043	753 428	889 179	807 068
Menos: provisão para crédito e juros vencidos (v. nota n.º 21)	<u>(23 988)</u>	<u>(21 247)</u>	<u>(25 062)</u>	<u>(21 735)</u>
	<u>812 055</u>	<u>732 181</u>	<u>864 117</u>	<u>785 333</u>

Para além da provisão para créditos e juros vencidos, o Banco e o Grupo têm outras provisões apresentadas no passivo (v. nota n.º 21) no valor de 29 720 milhares de contos (1992: 26 129 milhares de contos) e 30 695 milhares de contos (1992: 26 911 milhares de contos), respectivamente que também se destinam a cobrir riscos de crédito.

Em 31 de Dezembro de 1993, o montante global dos créditos concedidos ao exterior, empréstimos a instituições de crédito, títulos de investimento, outros activos e garantias prestadas a países da América Latina, África e outros classificados com risco soberano ascende a 48 810 milhares de contos (1992: 30 635 milhares de contos) e distribui-se como segue:

	BES	
	1993	1992
Angola	24 519	18 435
Brasil	18 424	8 122

	BES	
	1993	1992
Rússia	2 041	1 139
Bulgária	910	805
Moçambique	815	1 084
Outros	2 101	1 050
	48 810	30 635

O Banco dispõe de provisões suficientes para, de acordo com regras estabelecidas por alguns Bancos Centrais Europeus, cobrir eventuais perdas na realização destes créditos. A dívida de Angola encontra-se substancialmente coberta por garantias obtidas pelo Banco.

O escalonamento dos créditos sobre clientes por prazos de vencimento, em 31 de Dezembro de 1993 e 1992, é o seguinte:

	BES		Consolidado	
	1993	1992	1993	1992
Até três meses	505 041	423 333	517 539	431 253
De três meses a um ano	137 483	166 798	151 344	181 353
De um ano a cinco anos	114 082	90 300	137 301	113 098
Mais de cinco anos	45 389	43 032	46 606	49 905
Duração indeterminada (crédito e juros vencidos)	34 048	29 965	36 389	31 459
	836 043	753 428	889 179	807 068

8 — Aplicações em títulos:

	BES						Consolidado	
	Títulos de negociação		Títulos de investimento		Total		1993	1992
	1993	1992	1993	1992	1993	1992		
Obrig. e outros títulos de rendimento fixo:								
De emissores públ. nacionais:								
Títulos da dívida pública a c. prazo (BTs e CLIPs)	—	68 122	104 245	29 884	104 245	98 006	106 004	98 561
Títulos da dívida pública a médio e a longo prazos	8 351	16 606	272 296	219 659	280 647	236 265	281 168	236 962
Obrig. de outros emissores públicos	—	—	7 111	8 245	7 111	8 245	7 111	8 245
De emissores públicos estrangeiros	—	5 136	73 998	40 368	73 998	45 504	75 339	48 997
	8 351	89 864	457 650	298 156	466 001	388 020	469 622	392 765
Menos: provisões acumuladas	—	—	(108)	(781)	(108)	(781)	(109)	(782)
	8 351	89 864	457 542	297 375	465 893	387 239	469 513	391 983
De outros emissores:								
Obrigações e outros títulos	354	1	60 270	32 234	60 624	32 235	62 752	32 722
Menos: provisões acumuladas	—	—	(349)	(289)	(349)	(289)	(349)	(294)
	354	1	59 921	31 945	60 275	31 946	62 403	32 428
	8 705	89 865	517 463	329 320	526 168	419 185	531 916	424 411

	BES						Consolidado	
	Títulos de negociação		Títulos de investimento		Total		1993	1992
	1993	1992	1993	1992	1993	1992		
Acções e outros títulos de rendimento variável:								
Acções	—	—	5 246	6 261	5 246	6 261	5 865	6 767
Outros títulos	1 450	—	1 844	3 247	3 294	3 247	3 297	3 247
	1 450	—	7 090	9 508	8 540	9 508	9 162	10 014
Menos: provisões acumuladas	—	—	(1 710)	(2 676)	(1 710)	(2 676)	(1 710)	(2 680)
	1 450	—	5 380	6 832	6 830	6 832	7 452	7 334
Total das aplicações em títulos	10 155	89 865	525 010	339 898	535 165	429 763	541 536	435 501
Menos: provisões totais acumuladas (v. nota n.º 21)	—	—	(2 167)	(3 746)	(2 167)	(3 746)	(2 168)	(3 756)
	10 155	89 865	522 843	336 152	532 998	426 017	539 368	431 745

Em 31 de Dezembro de 1993, os montantes de bilhetes do Tesouro e CLIPs vendidos a clientes a vencimento ascendiam a 12 124 milhares de contos e 7984 milhares de contos (1992: 16 646 milhares de contos e 9068 milhares de contos), respectivamente (v. nota n.º 26). Na mesma data, o Banco tinha cedido a clientes, com acordo de recompra, bilhetes do Tesouro pelo montante de 39 819 milhares de contos (1992: 29 885 milhares de contos), os quais se encontram também reflectidos no passivo, na rubrica de outros débitos para com clientes, a prazo (v. nota n.º 17).

As taxas de remuneração dos títulos de rendimento fixo à data do balanço oscilam nos seguintes intervalos:

	(Em percentagem)	
	1993	1992
Bilhetes do Tesouro	10-13,9	13,2-17,9
CLIPs	8,4-9,6	10,9-13
Títulos da dívida pública portuguesa	12,73	14,95

(Em percentagem)

	1993	1992
Obrigações de outros emissores públicos ...	13,87	17,34
Obrigações de outros emissores	13,08	15,95

As obrigações de emissores públicos estrangeiros venciam juros às taxas dos mercados internacionais onde o Banco opera. Do total de obrigações de emissores públicos estrangeiros em 31 de Dezembro de 1993 e de 1992, 19 349 milhares de contos e 16 060 milhares de contos, respectivamente, referem-se a obrigações do Estado Mexicano, as quais estão garantidas, quanto ao pagamento do capital e dos juros, pelo Plano Brady. Em 31 de Dezembro de 1993, o valor de balanço dos títulos de investimento é inferior ao correspondente valor de cotação no montante de 1438 milhares de contos (1992: 427 milhares de contos).

9 — Participações:

	BES				Consolidado			
	1993		1992		1993		1992	
	Participação directa no capital (percentagem)	Custo da participação	Participação directa no capital (percentagem)	Custo da participação	Participação directa e indirecta no capital (percentagem)	Valor patrimonial ou custo da participação	Participação directa e indirecta no capital (percentagem)	Valor patrimonial ou custo da participação
Empresas associadas:								
Banco ESSI	34,12	4 270	19,80	1 979	34,12	3 946	19,80	1 979
Société Bancaire de Paris	20,00	789	20,00	702	20,00	582	20,00	521
ESER	30,00	370	—	—	30,00	210	—	—
Europ Assistance	23,00	115	—	—	23,00	100	—	—
Espírito Santo Leasing	10,00	76	—	—	100,00	76	—	—
Gesfinc	35,00	28	23,30	7	48,89	26	23,30	7
Socigesfim	—	—	—	—	23,15	76	—	—
Vendal	—	—	—	—	35,67	533	—	—
Alfanzina	—	—	—	—	33,18	6	—	—
Outras	—	2	—	419	—	2	—	—
	5 650		3 107		5 557		2 507	
Outras participações:								
Tranquilidade	16,96	7 699	17,10	8 035	16,96	7 699	17,10	8 035
BIC	16,54	4 116	17,40	4 378	16,54	4 116	17,40	4 378
Leasint, SPA	—	—	5,00	485	—	—	5,00	485
Internacional Leasing	14,50	361	14,50	361	14,50	361	14,50	361
SIBS	7,94	166	7,90	166	7,94	166	7,90	166
ESDI	18,00	90	18,00	90	18,00	90	18,00	90

	BES				Consolidado			
	1993		1992		1993		1992	
	Parti- cipação directa no capital (percen- tagem)	Custo da parti- cipação	Parti- cipação directa no capital (percen- tagem)	Custo da parti- cipação	Parti- cipação directa e indirecta no capital (percen- tagem)	Valor patri- monial ou custo da parti- cipação	Parti- cipação directa e indirecta no capital (percen- tagem)	Valor patri- monial ou custo da parti- cipação
UNICRE	8,90	44	8,90	44	8,90	44	8,90	44
Banco Inter-Unido	49,85	42	49,90	42	49,85	42	49,90	42
OPCA	—	—	24,30	728	—	—	24,30	728
Pextrafil	21,80	165	21,80	165	21,80	165	21,80	165
Norpedip	2,70	150	2,70	150	2,70	150	2,70	150
Centralcontrol — SGPS	25,00	125	25,00	125	25,00	125	25,00	125
Sulpedip	2,70	150	1,70	93	2,70	150	1,70	93
Finangeste	0,35	22	0,35	22	—	—	0,35	22
Outras		60		581		202		1 319
		<u>13 190</u>		<u>15 465</u>		<u>13 310</u>		<u>16 203</u>
		18 840		18 572		18 867		18 710
Menos: provisão para menos- -valias (v. nota n.º 21)		(909)		(3 241)		(738)		(3 241)
		<u>17 931</u>		<u>15 331</u>		<u>18 129</u>		<u>15 469</u>

Em 31 de Dezembro de 1993 e de 1992, a provisão para menos-valias em participações financeiras destinava-se a fazer face à diferença apurada entre o custo de aquisição e o valor de cotação, ou a problemas de realização, das seguintes participações:

	BES		Consolidado	
	1993	1992	1993	1992
Tranquilidade	592	2 774	592	2 774
BIC	88	190	88	190
OPCA	—	223	—	223
Banco ESSI	176	—	—	—
Banco Inter-Unido de Angola	42	42	42	42
Outros	11	12	16	12
	<u>909</u>	<u>3 241</u>	<u>738</u>	<u>3 241</u>

Em 31 de Dezembro de 1993 o Banco detinha créditos, incluindo garantias prestadas, e débitos sobre empresas participadas em mais de 20%, no montante de 26 705 milhares de contos e 4562 milhares de contos (v. nota n.º 33).

10 — Partes do capital em empresas coligadas:

Esta rubrica corresponde a participações de capital em que o Banco detém, directa ou indirectamente, uma posição de domínio:

	BES							
	1993				1992			
	Número de acções	Parti- cipação directa no capital (percen- tagem)	Valor nominal (escudos)	Custo da parti- cipação	Número de acções	Parti- cipação directa no capital (percen- tagem)	Valor nominal (escudos)	Custo da parti- cipação
BESSA	3 500 000	100,00	1 239,1	8 025	1 925 000	55,00	1 281,2	3 742
Bescleasing	2 657 219	89,17	1 000,0	3 886	2 172 903	72,43	1 000,0	2 890
Multiger	337 470	74,99	10 000,0	3 395	242 970	80,99	10 000,0	2 450
Euroges	985 000	98,50	1 000,0	1 019	409 500	54,60	1 000,0	410
ESAF — SGPS	2 175 547	92,58	1 000,0	2 175	50 000	100,00	1 000,0	50
ESAF ES FII	252 000	20,00	1 000,0	270	600 000	100,00	1 000,0	688
ESAF ES FIM	99 700	19,94	1 000,0	118	443 550	88,70	1 000,0	513
ESAF ES FP	90 010	45,01	1 000,0	90	170 000	85,00	1 000,0	170
Crediflash	499 997	76,92	1 000,0	470	274 997	55,00	1 000,0	275
BESNAC	1 000	100,00	7 169,0	7	1 000	100,00	143,3	7
ESGP	80 000	64,00	1 000,0	99	—	—	—	—
ESGER	24 540	81,84	1 000,0	24	—	—	—	—
ESOL	1 000	100,00	176,8	1	—	—	—	—
				<u>19 579</u>				<u>11 195</u>

Em 31 de Dezembro de 1993 o Banco detinha créditos, incluindo garantias prestadas, e débitos sobre empresas coligadas (subsidiárias), no montante de 20 668 milhares de contos e 11 637 milhares de contos, respectivamente (v. nota n.º 33).

11 — Imobilizações incorpóreas:

	BES		Consolidado	
	1993	1992	1993	1992
Beneficiações de edifícios arrendados	4 970	4 532	5 100	4 621
Custos pluriennais	1 809	1 715	2 025	1 912
Outras	1 319	1 162	1 636	1 402
	8 098	7 409	8 761	7 935
Imobilizações em curso	4 316	186	4 317	187
	12 414	7 595	13 078	8 122
Amortização acumulada	(6 788)	(5 080)	(7 262)	(5 388)
	5 626	2 515	5 816	2 734

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 1993, o movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	BES					
	Saldo inicial	Adições	Abates	Transfe-rências	Variação cambial	Saldo final
Valor bruto	7 409	624	(4)	39	30	8 098
Imobilizado em curso	186	3 989	—	141	—	4 316
Amortização acumulada	(5 080)	(1 682)	4	—	(30)	(6 788)
	2 515	2 931	—	180	—	5 626

	Consolidado					
	Saldo inicial	Adições	Abates	Transfe-rências	Variação cambial	Saldo final
Valor bruto	7 935	764	(7)	39	30	8 761
Imobilizado em curso	187	3 989	—	141	—	4 317
Amortização acumulada	(5 388)	(1 848)	4	—	(30)	(7 262)
	2 734	2 905	(3)	180	—	5 816

12 — Diferenças de reavaliação e consolidação:

As diferenças de reavaliação e consolidação apuradas conforme descrito na nota n.º 3.2 decompõem-se como segue:

	Diferenças de reavaliação		Diferenças de consolidação	
	Activo	Passivo	Positivas Activo	Negativas Res. transit.
Bessa (a)	—	—	2 546	—
Bescleaving (a)	82	77	154	—
Euroges	—	—	—	23
ESAF ES FII	—	—	54	—
ESAF ES FIM	—	—	—	48
ESAF ES FP	—	—	—	46
Crediflash	—	—	69	—
ESGP	—	—	54	—
Banco ESSI	385	—	—	—
SBP	185	—	—	—
ESER	183	—	14	—
SOCIGESFIM	—	13	—	—
Gesfinc	12	—	—	—
	847	90	2 891	117

(a) Inclui as diferenças de reavaliação ou de consolidação das suas subsidiárias e ou associadas.

As diferenças positivas de consolidação e reavaliação são apresentadas líquidas da amortização acumulada no valor de 92 milhares de contos. O encargo do exercício com amortização destas diferenças é de 64 milhares de contos.

13 — Imobilizações corpóreas:

	BES		Consolidado	
	1993	1992	1993	1992
Imóveis:				
De serviço próprio	61 728	62 667	64 652	66 920
Outros imóveis	3	3	603	198
	<u>61 731</u>	<u>62 670</u>	<u>65 255</u>	<u>67 118</u>
Equipamento:				
Equipamento informático	18 334	16 197	20 899	17 299
Mobiliário e material	5 894	5 096	6 351	5 163
Máquinas e ferramentas	2 175	2 091	2 197	2 102
Instalações interiores	6 335	5 828	6 443	5 886
Material de transporte	433	329	486	362
Equipamento de segurança	1 272	1 085	1 275	1 086
Outros	31	22	41	829
	<u>34 474</u>	<u>30 648</u>	<u>37 692</u>	<u>32 727</u>
Outras imobilizações:				
Património artístico	212	133	216	136
	<u>96 417</u>	<u>93 451</u>	<u>103 163</u>	<u>99 981</u>
Imobilizado em curso:				
De imóveis	2 010	3 022	2 010	3 265
Outros	1 906	2 022	2 233	2 020
	<u>3 916</u>	<u>5 044</u>	<u>4 243</u>	<u>5 285</u>
Amortização acumulada	100 333	98 495	107 406	105 266
	<u>(54 986)</u>	<u>(51 456)</u>	<u>(56 596)</u>	<u>(53 554)</u>
	<u>45 347</u>	<u>47 039</u>	<u>50 810</u>	<u>51 712</u>

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 1993, o movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	BES						
	Saldos iniciais líquidos	Adições	Abates	Amort. do exercício	Transfe-rência	Variação cambial	Saldos finais líquidos
Imóveis	32 863	343	(3 850)	(620)	3 403	—	32 139
Equipamento	9 003	2 965	(301)	(4 233)	1 625	25	9 084
Outras imobilizações	130	78	—	—	—	—	208
Imobilizações em curso	5 043	5 045	(964)	—	(5 208)	—	3 916
	<u>47 039</u>	<u>8 431</u>	<u>(5 115)</u>	<u>(4 853)</u>	<u>(180)</u>	<u>25</u>	<u>45 347</u>
	Consolidado						
	Saldos iniciais líquidos	Adições	Abates	Amort. do exercício	Transfe-rência	Variação cambial	Saldos finais líquidos
Imóveis	33 841	1 909	(3 944)	(675)	4 346	(61)	35 416
Equipamento	12 457	3 444	(611)	(5 028)	682	(6)	10 938
Outras imobilizações	130	83	—	—	—	—	213
Imobilizações em curso	5 284	5 372	(1 205)	—	(5 208)	—	4 243
	<u>51 712</u>	<u>10 808</u>	<u>(5 760)</u>	<u>(5 703)</u>	<u>(180)</u>	<u>(67)</u>	<u>50 810</u>

O efeito acumulado em 31 de Dezembro de 1993 das reavaliações do imobilizado corpóreo, sumariza-se como segue:

	1993			1992		
	Imóveis de serviço próprio	Equipa-mento	Total	Imóveis de serviço próprio	Equipa-mento	Total
Custo de aquisição	13 869	30 617	44 486	13 472	25 028	38 500
Reavaliação	<u>49 872</u>	<u>5 975</u>	<u>55 847</u>	<u>52 219</u>	<u>7 776</u>	<u>59 995</u>
Custo reavaliado	<u>63 741</u>	<u>36 592</u>	<u>100 333</u>	<u>65 691</u>	<u>32 804</u>	<u>98 495</u>

	1993			1992		
	Imóveis de serviço próprio	Equipamento	Total	Imóveis de serviço próprio	Equipamento	Total
Depreciação ao custo	1 449	20 076	21 525	797	14 944	15 741
Depreciação da reavaliação	28 143	5 318	33 461	29 010	6 705	35 715
Depreciação total	29 592	25 394	54 986	29 807	21 649	51 456
Valor líquido a custo de aquisição	12 420	10 541	22 961	12 675	10 084	22 759
Reavaliação incluída no imobil. corpóreo líquido	21 729	657	22 386	23 209	1 071	24 280
Valor líquido reavaliado	34 149	11 198	45 347	35 884	11 155	47 039

14 — Outros activos:

	BES		Consolidado	
	1993	1992	1993	1992
Créditos abertos sobre Angola a regularizar	6 748	4 083	6 748	4 083
Aplicações em imóveis [v. nota n.º 3.3, alínea i)]	2 321	2 523	9 174	6 608
Suprimentos	3 821	—	4 608	—
Activos subordinados	2 688	—	2 688	—
Ouro, outros metais preciosos, numismática, medalhística e outras disponibilidades	1 363	1 082	1 797	1 082
Diversos	1 130	4 269	2 208	4 810
	18 071	11 957	27 223	16 583
Provisões para outras aplicações	(103)	(39)	(103)	(39)
	17 968	11 918	27 120	16 544

15 — Contas de regularização do activo:

	BES		Consolidado	
	1993	1992	1993	1992
Proveitos a receber	29 715	30 015	30 652	30 858
Despesas com custo diferido	1 001	1 256	1 220	1 624
Operações activas a regularizar	1 119	2 069	1 632	9 816
Prémio em <i>swaps</i> de moeda e de taxa de juro	1 596	—	1 596	—
Prémio de operações de fixação de câmbio a prazo	352	463	850	463
Interdepartamentais, líquido	602	652	602	652
Economato	325	460	327	461
Outras	2	2 754	352	3 129
	34 712	37 669	37 231	47 003

16 — Débitos para com instituições de crédito:

O saldo dos débitos para com instituições de crédito, à vista, a prazo e com pré-aviso é composto quanto à sua natureza, como segue:

	BES		Consolidado	
	1993	1992	1993	1992
À vista:				
No País	2 445	3 076	2 445	2 998
No estrangeiro	10 324	9 264	10 692	13 683
	12 769	12 340	13 137	16 681
A prazo ou com pré-aviso:				
No País:				
Depósitos a prazo e outros recursos	104 777	37 459	129 662	29 198
Mercado monetário interbancário	1 500	10 770	2 400	13 768
Depósitos e redesconto junto do Banco de Portugal	152	481	152	481
	106 429	48 710	132 214	43 447

	BES		Consolidado	
	1993	1992	1993	1992
No estrangeiro:				
Depósitos a prazo e outros recursos	329 993	289 846	306 293	289 636
Cedências de crédito com acordo de recompra	—	5 093	—	5 609
	<u>436 422</u>	<u>343 649</u>	<u>438 507</u>	<u>338 692</u>
<i>Total</i>	449 191	355 989	451 644	355 373

Os depósitos a prazo e outros recursos de instituições de crédito no estrangeiro em 31 de Dezembro de 1993, incluem 122 834 milhares de contos, 79 597 milhares de contos, 79 633 milhares de contos e 15 970 milhares de contos que dizem respeito a passivos das sucursais de Londres, Nova Iorque, Madrid e da Sucursal Financeira Exterior da Madeira, respectivamente, perante instituições de crédito estrangeiras.

Quanto à sua duração residual, os débitos para com instituições de crédito decompõem-se como segue:

	BES		Consolidado	
	1993	1992	1993	1992
Exigível à vista	<u>12 769</u>	<u>12 340</u>	<u>13 137</u>	<u>16 681</u>
Exigível a prazo:				
Até três meses	260 897	171 718	246 079	151 165
De três meses a um ano	169 634	155 680	171 787	155 948
De um ano a cinco anos	4 841	10 798	19 017	26 002
Mais de cinco anos	<u>1 050</u>	<u>5 453</u>	<u>1 624</u>	<u>5 577</u>
	<u>436 422</u>	<u>343 649</u>	<u>438 507</u>	<u>338 692</u>
	449 191	355 989	451 644	355 373

17 — Débitos para com clientes:

O saldo desta rubrica é composto quanto à sua natureza, como segue:

	BES		Consolidado	
	1993	1992	1993	1992
À vista:				
Depósitos à ordem	<u>416 381</u>	<u>288 689</u>	<u>422 281</u>	<u>293 226</u>
A prazo:				
Depósitos a prazo com pré-aviso	1 039	460	1 039	460
Depósitos a prazo	566 225	475 225	579 583	490 410
Outros	<u>14 604</u>	<u>16 049</u>	<u>2 974</u>	<u>16 049</u>
	<u>581 868</u>	<u>491 734</u>	<u>583 596</u>	<u>506 919</u>
Cheques e ordens a pagar	9 211	11 323	9 211	11 323
Operações de venda com acordo de recompra (v. nota n.º 8)	39 819	29 885	39 819	29 885
Recursos consignados	524	1 161	524	1 161
Outros	<u>2 785</u>	<u>1 413</u>	<u>3 903</u>	<u>1 413</u>
	<u>52 339</u>	<u>43 782</u>	<u>53 457</u>	<u>43 782</u>
	<u>634 207</u>	<u>535 516</u>	<u>637 053</u>	<u>550 701</u>
Depósitos de poupança:				
Emigrantes	92 934	102 328	92 934	102 328
Reformados	87 294	75 902	87 294	75 902
Outros	<u>17 994</u>	<u>10 831</u>	<u>17 994</u>	<u>10 831</u>
	<u>198 222</u>	<u>189 061</u>	<u>198 222</u>	<u>189 061</u>
<i>Total</i>	1 248 810	1 013 266	1 257 556	1 032 988

Quanto à sua duração residual os débitos para com clientes decompõem-se como segue:

	BES						Consolidado	
	1993			1992			1993	1992
	Depósitos de poupança	Outros depósitos	Total	Depósitos de poupança	Outros depósitos	Total	Total	Total
Exigível à vista	—	416 381	416 381	—	288 689	288 689	422 281	293 226
Exigível a prazo:								
Até três meses (a)	106 110	475 599	581 709	97 967	352 755	450 722	582 391	464 647
De três meses a um ano	92 112	157 005	249 117	90 771	180 516	271 287	250 290	272 544
De um ano a cinco anos	—	19	19	323	246	569	28	572
Mais de cinco anos	—	—	—	—	—	—	—	—
Indeterminado	—	1 584	1 584	—	1 999	1 999	2 566	1 999
	198 222	634 207	832 429	189 061	535 516	724 577	835 275	739 762
	198 222	1 050 588	1 248 810	189 061	824 205	1 013 266	1 257 556	1 032 988

(a) Inclui depósitos com pré-aviso.

18 — Débitos representados por títulos:

Em 31 de Dezembro de 1993 e de 1992, os débitos representados por títulos nas contas individuais e consolidadas são constituídos, principalmente, por certificados de depósito colocados em clientes e vencem juros à taxa média de 11,3%.

	BES		Consolidado	
	1993	1992	1993	1992
Até três meses	26 512	90 658	26 586	94 046
De três meses a um ano	32 735	5 893	44 697	18 074
De um ano a cinco anos	—	—	914	1 783
	59 247	96 551	72 197	113 903

19 — Outros passivos:

	BES		Consolidado	
	1993	1992	1993	1992
IRC a pagar	3 550	19	4 185	115
Outros impostos a entregar ao Estado	3 336	2 881	3 452	2 909
Outros	672	1 884	1 536	4 590
	7 558	4 784	9 173	7 614

20 — Contas de regularização do passivo:

	BES		Consolidado	
	1993	1992	1993	1992
Custos a pagar	30 070	37 608	30 753	38 298
Receitas com proveito diferido	5 918	6 390	6 048	6 546
Diversas operações a regularizar	3 140	2 649	3 140	10 391
Valores cobrados a regularizar	1 013	534	1 156	642
Desconto em <i>swaps</i> de moeda e de taxa de juro	808	742	808	742
Compensação de valores	381	—	381	—
Outras	4 215	250	5 186	1 032
	45 545	48 173	47 472	57 651

22 — Passivos subordinados:

	1993	1992
Obrigações de caixa subordinadas	10 029	—
Títulos de participação:		
Emissão de 1986	2 488	2 488
Emissão de 1987	1 955	1 955
	4 443	4 443
	14 472	4 443

a) Obrigações de caixa subordinadas:

Em 16 de Novembro de 1993 o Banco iniciou um programa de emissão de obrigações de caixa subordinadas até ao montante global de 20 000 milhares de contos representado por 2 milhões de títulos com o valor nominal de 10 000\$ cada.

A subscrição, ao par, privada e directa, realizar-se-á pelo método da colocação contínua em 9 séries com início nos dias 1 e 16 de cada mês, até 31 de Março de 1994.

Em 31 de Dezembro de 1993 haviam sido subscritas as primeiras três séries no valor global de 10 029 milhares de contos.

Os juros destas obrigações vencem-se semestral e postecipadamente em 15 de Abril e 15 de Outubro de cada ano e são calculados para o 1.º cupão com base na taxa de 10,875% e para os cupões seguintes de acordo com a taxa de juro que resultar da média aritmética simples das taxas Lisbor a seis meses acrescida de 0,125 de ponto percentual, a qual não poderá contudo ser inferior à taxa base anual (TBA) em vigor no mesmo período.

O empréstimo será amortizado ao par, de uma só vez, em 15 de Outubro de 2003 podendo contudo ser reembolsado antecipadamente por opção do Banco (*call option*), mediante autorização prévia do Banco de Portugal, no vencimento do 11.º, 13.º e 16.º cupões.

No caso de ser exercida a opção de reembolso antecipado, as obrigações serão pagas com um prémio sobre o valor nominal reembolsado, como segue:

No 11.º cupão (15 de Abril de 1999) — 0,125%;
 No 13.º cupão (15 de Abril de 2000) — 0,100%;
 No 16.º cupão (15 de Outubro de 2001) — 0,075%.

b) Títulos de participação:

Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 321/85, de 5 de Agosto, o Banco procedeu, em 1986 e 1987 a duas emissões de títulos de participação, com o valor nominal unitário de 1000\$.

De acordo com as condições de emissão de 1986, os seus subscritores terão direito a receber novos títulos de participação, sempre, que o Banco proceda a aumentos de capital por incorporação de reservas livres, constituídas a partir de resultados de exercícios posteriores à emissão dos títulos.

Assim, em 1989 e 1990 o Banco efectuou atribuições gratuitas de títulos de participação, no valor de 119 milhares de contos e 216 milhares de contos, respectivamente, aos subscritores da primeira emissão.

Os títulos de participação podem ser reembolsados a partir do 10.º ano de vida do título. Contudo, em 1992, o Banco concedeu aos subscritores a opção de converterem os títulos de participação em acções do Banco. Nesta circunstância, foram reembolsados 8583 milhares de títulos pelo valor global de 12 016 milhares de contos. Este valor inclui um prémio de reembolso, no valor de 2547 milhares de contos que foram registados em perdas extraordinárias (v. nota n.º 31) e a remuneração decorrida desde a data do último vencimento, no valor de 886 milhares de contos. Os títulos reembolsados foram convertidos em 6010 milhares de acções com o valor nominal de 1000\$ cada, subscritas com prémio de emissão no valor global de 6010 milhares de contos (v. nota n.º 24).

O rendimento destes títulos, composto por uma parte fixa e uma parte variável, é pago anualmente em 31 de Maio e determina-se como segue:

Parte fixa — sobre 75% do valor nominal, aplica-se uma taxa de juro igual à taxa de referência do mercado de capitais, fixada pelo Banco de Portugal, em vigor no início de cada período anual de contagem de juros, acrescida de 5% do quantitativo dessa taxa base;

Parte variável — o rendimento variável obtém-se multiplicando 25% do resultado do exercício anterior pelo quociente entre o valor nominal dos títulos de participação não amortizados e a soma deste valor e do capital subscrito. O rendimento variável não poderá ser inferior a 5% de 25% do valor nominal dos títulos de participação.

Em 31 de Dezembro de 1993 os títulos de participação eram remunerados à taxa de 18,92%.

O montante dos encargos imputados e pagos durante os exercícios de 1993 e 1992 relativamente aos passivos subordinados foi o seguinte:

	BES			
	1993		1992	
	Encargos imputados	Encargos pagos	Encargos imputados	Encargos pagos
Obrigações de caixa	47	—	—	—
Remuneração de títulos de participação:				
Fixa	615	560	1 769	1 641
Variável (v. nota n.º 30)	225	284	715	984
	840	844	2 484	2 625
	887	844	2 484	2 625

23 — Interesses minoritários:

Em 31 de Dezembro, a rubrica de interesses minoritários decompõe-se como segue:

	1993	1992
ESOL	17 681	—
BESSA	—	3 087
Multiger	1 051	557
Bescleasing	564	1 289
ESAF — SGPS	187	—
ESAF (FP)	38	46
ESGP	21	—
Euroges	16	376

	1993	1992
ESAF ES FIM	7	81
ESAF ES FII	7	—
Outros	53	178
	19 625	5 614

Os interesses minoritários da ESOL — Espírito Santo Overseas, Ltd., correspondem ao contravalor em escudos de 100 milhões de dólares dos Estados Unidos da América, representados por quatro milhões de acções preferenciais sem direito a voto, com o valor nominal de 25 dólares, emitidas por esta empresa nos Estados Unidos da América em Novembro de 1993.

Estas acções preferenciais, que foram admitidas à cotação na bolsa de Nova Iorque em Dezembro de 1993, têm um dividendo preferencial correspondente à aplicação de uma taxa anual de 8,5% sobre o valor nominal, pago trimestralmente em 31 de Março, 30 de Junho, 30 de Setembro e 31 de Dezembro de cada ano, com início em 31 de Março de 1994.

Em princípio, as acções preferenciais são reembolsáveis no todo ou em parte, pelo seu valor nominal, por opção da ESOL, a partir de 1 de Dezembro de 2003 inclusive, mediante aprovação prévia do Banco de Portugal.

O pagamento dos dividendos e o reembolso das acções em cada exercício, são garantidos incondicionalmente pelo BES na medida em que exista, no final do exercício anterior, resultados e reservas distribuíveis em dinheiro aos accionistas do Banco.

As acções preferenciais são subordinadas em relação a qualquer passivo do BES e *pari passu* relativamente a quaisquer acções preferenciais que venham a ser emitidas pelo Banco.

24 — Movimento nas contas de capitais próprios:

	BES					Consolidado	
	Saldo em 1992	Aumentos	Reduções	Transferências	Saldo em 1993	1993	1992
Capital subscrito	66 010	—	—	—	66 010	66 010	66 010
Prémios de emissão	6 010	—	—	—	6 010	6 010	6 010
Reservas:							
Reservas legais	2 832	—	—	1 778	4 610	4 610	2 832
Outras reservas	8 142	—	—	4 377	12 519	12 519	8 131
	10 974	—	—	6 155	17 129	17 129	10 963
Reservas de reavaliação	6 790	—	—	—	6 790	6 790	6 791
Resultados transitados	15	—	—	140	155	2 120	438
Resultados do exercício:							
1992	17 535	—	(11 240)	(6 295)	—	—	18 417
1993	—	20 200	—	—	20 200	20 690	—
	17 535	20 200	(11 240)	(6 295)	20 200	20 690	18 417
	107 334	20 200	(11 240)	—	116 294	118 749	108 629

Capital subscrito e prémios de emissão:

Em 31 de Dezembro de 1993 o capital do Banco era representado por 66 010 milhares de acções com o valor nominal de 1000\$ cada, as quais se encontram subscritas e realizadas por diferentes accionistas, dos quais se destacam as seguintes entidades com mais de 5% do capital do Banco:

	Percentagem de capital	
	1993	1992
BESPAR — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A.	43,6	38,9
Caisse Nationale de Crédit Agricole	6,3	9,0
Companhia de Seguros Tranquilidade, S. A.	6,2	6,2
Outros	43,9	45,9
	100,0	100,0

Reservas de reavaliação:

O movimento ocorrido nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 1993 e de 1992 na rubrica de reservas de reavaliação decompõe-se como segue:

	1993	1992
Saldo em 1 de Janeiro	6 790	21 711
Aumentos	—	5 440
Correcção à reserva de reavaliação constituída no exercício anterior	—	(361)
Transferências para capital	—	(20 000)
	6 790	6 790

As reservas de reavaliação só podem ser utilizadas para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Reserva legal:

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. A legislação portuguesa aplicável ao sector bancário (artigo 97.º do Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro) exige que a reserva legal seja anualmente creditada com, pelo menos, 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital.

Resultados transitados:

Os resultados transitados consolidados incluem (i) 117 milhares de contos de diferenças de consolidação negativas realizadas (1992: 183 milhares de contos) e (ii) 829 milhares de contos (1992: 222 milhares de contos) relativos ao ajustamento que resultou da contabilização dos contratos de locação financeira de acordo com o método financeiro.

A aplicação dos resultados do Banco referentes ao exercício de 1992 foi como segue:

Reservas legais	1 778
Outras reservas	4 377
Resultados transitados	140
Distribuição de resultados:	
Distribuição de dividendos aos accionistas	9 540
Bónus pagos aos empregados	1 700
	17 535

25 — Pensões de reforma:

Em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho celebrado com os sindicatos e vigente para o sector bancário, o Banco assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente em função do número de anos de serviço do empregado, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no activo.

Em 30 de Dezembro de 1987, o Banco, de acordo com o Decreto-Lei n.º 396/86, de 25 de Novembro, criou um fundo de pensões para cobrir as prestações pecuniárias acima referidas, relativamente aos empregados nessa data no activo.

Com referência a 31 de Dezembro de 1993 e de 1992, (i) as responsabilidades por serviços passados, apuradas com base no estudo

actuarial realizado pela sociedade gestora do fundo de pensões, e determinadas em função dos salários projectados do pessoal no activo e com base nos salários actuais dos reformados, (ii) a situação patrimonial do Fundo, (iii) a provisão existente para fazer face à cobertura de uma parte das responsabilidades e (iv) a insuficiência líquida global de coberturas, resumem-se como segue:

	1993	1992
(i) Responsabilidades por serviços passados:		
Empregados já reformados em 31 de Dezembro de 1987 (não abrangidos pelo fundo)	15 115	14 213
Empregados reformados após 1 de Janeiro de 1988 (abrangidos pelo fundo)	25 553	16 944
	40 668	31 157
Empregados no activo em 31 de Dezembro	37 882	35 370
	(a) 78 550	66 527
(ii) Situação patrimonial do Fundo:		
Valor inicial do Fundo	24 813	18 041
Contribuições	5 150	4 400
Rendimento líquido do Fundo	4 302	3 188
Pensões pagas	(1 717)	(816)
Valor final do Fundo	(b) 32 548	24 813
(iii) Provisão para pensões de reforma	(c) 34 840	28 393
Cobertura total (b) + (c)	(d) 67 388	53 206
(iv) Insuficiência líquida global (a) - (d)	11 162	13 321

As responsabilidades com pensões de reforma por serviços passados foram calculadas de acordo com os seguintes pressupostos, tendo por base a tabela de mortalidade PF 60/64 e o valor actual dos salários projectados e actuais para o pessoal no activo e reformado, respectivamente (em percentagem):

	1.º ano	2.º ano	3.º ano	Anos seguintes
Taxas previstas de evolução salarial:				
1993	6	5	5	5
1992	7	6	6	5
Taxas previstas de rendimento do Fundo				
1993	12	11	11	8
1992	13	12	12	8
Taxa de crescimento das pensões	3	3	3	3

As responsabilidades conjuntas do Banco e das empresas subsidiárias relativas a pensões de reforma que em 31 de Dezembro de 1993 ascendem a 79 422 milhares de contos estão cobertas por provisões para pensões de reforma e pelo Fundo em 68 002 milhares de contos (86%) (1992: 66 926 milhares de contos e 53 606 milhares de contos, respectivamente).

É intenção do Banco obter estudos actuariais periódicos, de forma a actualizar as responsabilidades assumidas nesta área e, eventualmente, validar os pressupostos utilizados.

Os custos do exercício findo em 31 de Dezembro de 1993 com pensões de reforma, no valor de 12 967 milhares de contos (1992: 13 275 milhares de contos), compreendem (i) o reforço da provisão para pensões de reforma no valor de 9197 milhares de contos (1992: 7560 milhares de contos), (ii) o pagamento de pensões a reformados a cargo do Banco no valor de 1370 milhares de contos (1992: 1315 milhares de contos) e (iii) contribuições directas para o fundo

de pensões no valor de 2400 milhares de contos (1992: 4400 milhares de contos). As contribuições para o Fundo de Pensões no exercício de 1993, no valor total de 5150 milhares de contos, foram efectuadas (i) através da utilização de 2750 milhares de contos da provisão para pensões de reforma e (ii) através do débito directo em custos do exercício de 2400 milhares de contos.

Os custos reconhecidos no exercício relativos a pensões de reforma e acima referidos correspondem (i) ao encargo corrente com pensões imputável ao exercício, no montante aproximado de 5000 milhares de contos (1992: 4000 milhares de contos), e (ii) à cobertura do acréscimo extraordinário das responsabilidades por serviços passados dos reformados a cargo do fundo, resultante de reformas antecipadas ocorridas no ano, no montante aproximado de 8000 milhares de contos (1992: 9200 milhares de contos).

26 — Rubricas extrapatrimoniais:

	BES		Consolidado	
	1993	1992	1993	1992
Passivos e avals prestados:				
Garantias e avals prestados	177 512	129 869	178 608	130 044
Créditos documentários abertos	44 165	60 885	44 202	60 885
Títulos dados em garantia	—	335	—	335
	221 677	191 089	222 810	191 264

	BES		Consolidado	
	1993	1992	1993	1992
Compromissos:				
Créditos irrevogáveis	118 826	125 539	123 625	126 566
Créditos revogáveis	22 861	6 981	25 932	8 008
	141 687	132 520	149 557	134 574

Para além dos passivos eventuais, existiam em 31 de Dezembro os seguintes saldos relativos a contas extrapatrimoniais:

	BES		Consolidado	
	1993	1992	1993	1992
Operações cambiais:				
Compras	647 538	387 210	648 095	387 219
Vendas	638 701	379 090	638 763	379 090
Bilhetes do Tesouro e CLIPs vendidos e registados no Banco (v. nota n.º 8)	20 108	25 714	20 108	25 714
Depósito e guarda de valores [v. nota n.º 3.3, alínea m)]	854 345	599 724	854 345	603 706
Valores recebidos para cobrança	44 483	42 694	45 764	42 711

27 — Montante global dos activos e passivos expressos em moeda estrangeira:

O contravalor em escudos dos activos e passivos expressos em moeda estrangeira e o seu peso relativo no activo e passivo total é como segue:

	BES			
	1993	Porcentagem	1992	Porcentagem
Activo	493 051	24,6	451 936	26,8
Passivo	497 103	26,3	423 835	26,8
Activo/(passivo) líquido	(4 052)		28 101	

28 — Distribuição dos proveitos correntes por mercados geográficos:

Em 31 de Dezembro de 1993, os principais proveitos correntes, distribuídos por áreas geográficas, podem ser resumidos como segue:

	Portugal				Reino Unido	Estados Unidos da América	Espanha	Off-shore da Madeira	Total
	Açores	Madeira	Continente	Total					
BES:									
Juros e proveitos equiparados	659	1 868	160 008	162 535	22 225	7 412	10 387	4 835	207 394
Rendimentos de títulos	—	—	440	440	—	—	—	—	440
Comissões	29	116	10 847	10 992	216	126	500	19	11 853
Lucros em operações financeiras	2	30	14 072	14 104	589	841	180	1 354	17 068
Outros proveitos de exploração	8	41	2 612	2 661	47	—	—	24	2 731
	698	2 055	187 979	190 732	23 077	8 379	11 067	6 232	239 486
Consolidado:									
Juros e proveitos equiparados				169 265	22 225	6 953	12 837	4 835	216 115
Rendimento de títulos				388	—	—	—	—	388
Comissões				12 395	216	130	646	19	13 406
Lucros em operações financeiras				14 176	589	844	288	1 354	17 251
Outros proveitos de exploração				3 240	47	—	—	24	3 311
				199 464	23 077	7 927	13 771	6 232	250 471

29 — Pessoal:

Em 31 de Dezembro de 1993 e 1992, o número de colaboradores ao serviço do Banco e do Grupo BES era de 5864 e 6137, respectivamente, e analisa-se como segue, por categoria profissional:

	BES		Conso- lidado — 1993
	1993	1992	
Funções directivas	118	112	148
Funções de chefia	790	822	868

	BES		Conso-
	1993	1992	olidado 1993
Funções específicas	683	692	716
Funções administrativas	3 790	3 961	3 915
Funções auxiliares	385	738	392
Em sucursais	98	101	98
	5 864	6 426	6 137

O montante das remunerações atribuídas durante os exercícios de 1993 e 1992 aos membros dos órgãos de administração e fiscalização foi o seguinte:

	BES		Consolidado	
	1993	1992	1993	1992
Administração	165	136	219	212
Fiscalização	2	5	7	9
	167	141	226	221

O montante do crédito concedido a membros dos órgãos de administração ascendia a cerca de 130 milhares de contos (1992: 76 milhares de contos).

30 — Outros proveitos e custos de exploração:

	BES		Consolidado	
	1993	1992	1993	1992
Outros proveitos de exploração:				
Reembolso de despesas diversas	2 111	1 410	2 153	1 410
Proveitos com vendas de cheques	176	167	176	167
Proveitos por prestação de serviços de avaliação,	100	16	100	16
Reembolso de despesas de comunicação	—	652	—	652
Outros	344	590	882	797
	2 731	2 835	3 311	3 042
Outros custos de exploração:				
Remuneração de títulos de participação	225	715	225	715
Quotizações e donativos	132	153	156	205
Outros	911	429	1 290	546
	1 268	1 297	1 671	1 466

O montante da remuneração de títulos de participação corresponde à parte variável não garantida.

31 — Ganhos e perdas extraordinárias:

	BES			
	Ganhos extraordinários		Perdas extraordinárias	
	1993	1992	1993	1992
Mais-valias em imobilizações	5 235	7 668	—	—
Menos-valias em imobilizações	—	—	637	9
Perdas relativas a exercícios anteriores	—	—	1 536	—
Ganhos relativos a exercícios anteriores	1 107	413	—	—
Liquidação de juros activos	798	233	—	—
Recuperação de juros e despesas de crédito vencido	595	1 702	—	—
Anulação de juros activos	—	—	687	553
Recuperação de créditos incobráveis	157	146	—	—
Indemnizações por incumprimento contratual	—	—	254	13
Prémio de reembolso dos títulos de participação (v. nota n.º 23)	—	—	—	2 547
Subsídio de férias relativo a 1989	—	—	—	443
Outros	154	19	119	344
	8 046	10 181	3 233	3 909

	Consolidado			
	Ganhos extraordinários		Perdas extraordinárias	
	1993	1992	1993	1992
Mais-valias em imobilizações	4 769	7 841	—	—
Menos-valias em imobilizações	—	—	637	10
Perdas relativas a exercícios anteriores	—	5	1 542	—
Ganhos relativos a exercícios anteriores	1 225	413	—	—
Liquidação de juros activos	829	233	—	—
Recuperação de juros e despesas de crédito vencido	595	1 702	—	—
Anulação de juros activos	—	—	687	553
Recuperação de créditos, incobráveis	157	146	—	—
Indemnizações por incumprimento contratual	—	—	254	13
Prémio de reembolso dos títulos de participação	—	—	—	2 547
Subsídio de férias relativo a 1989	—	2	—	443
Outros	312	36	238	352
	7 887	10 378	3 358	3 918

32 — Impostos:

O Banco e as subsidiárias com sede em Portugal, estão sujeitos a tributação em sede de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas e correspondente derrama.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de cinco anos, podendo por isso resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais relativamente aos exercícios de 1989 a 1993.

No entanto, é convicção das administrações do Grupo BES, que não ocorrerá qualquer liquidação adicional relativamente aos exercícios acima referidos de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

A reconciliação entre o lucro contabilístico e o lucro tributável, a provisão para impostos sobre os lucros e os impostos sobre os rendimentos pagos, com referência aos exercícios de 1991, de 1992 e de 1993, analisam-se como segue:

	BES			Consolidado	
	1993	1992	1991	1993	1992
Lucro contabilístico antes de impostos	26 155	21 005	23 404	27 388	22 805
Dedução de mais-valias realizadas	(5 234)	(7 668)	—	—	—
Benefícios fiscais de títulos	(2 926)	(1 983)	(1 481)	—	—
Lucro do <i>off-shore</i> da Madeira	(407)	(728)	—	—	—
Distribuição de lucros aos empregados	(1 700)	(1 440)	(1 250)	—	—
Excesso de provisão para IRC em 1992	(214)	—	—	—	—
Outros	1 042	333	(392)	—	—
Lucro tributável	16 716	9 519	20 281	—	—
Provisão para impostos sobre lucros	5 955	3 470	7 675	6 698	4 388
Taxa efectiva de imposto sobre o lucro contabilístico (em percentagem)	22,8	16,5	32,8	24,5	19,2
Impostos sobre os rendimentos pagos	2 405	5 470	4 080	2 513	5 668

33 — Relações com empresas participadas e coligadas:

Em 31 de Dezembro de 1993 e de 1992, o montante dos débitos e créditos relativos a empresas coligadas e participadas em mais de 20% do seu capital é o seguinte:

	BES					
	1993			1992		
	Crédito concedido	Outros débitos	Garantias	Crédito concedido	Outros débitos	Garantias
Empresas participadas:						
Banco ESSI	249	1	2 313	8	—	4 750
Banco Internacional de Crédito	—	78	19 076	—	30	2
International Leasing	849	1 025	—	650	80	—
ESDI	500	15	—	300	1	17
Companhia de Seguros Tranquilidade	18	2 979	—	—	1 095	62
GESFINC — Espírito Santo Estudos Financeiros e de Mercados de Capitais	14	41	—	—	—	—
Société Bancaire de Paris	—	88	—	—	—	—
Multipessoal	—	31	—	—	—	—
OPCA — Obras Públicas e Cimento Armado	—	—	—	300	20	48
Centralcontrol — SGPS	2 924	284	—	2 655	—	—
Pextrafil — Papeleiras Extra Finos	762	19	—	664	11	2
ESER — Sociedade Financeira de Corretagem	—	1	—	—	17	—
	5 316	4 562	21 389	4 577	1 254	4 881

	BES					
	1993			1992		
	Crédito concedido	Outros débitos	Garantias	Crédito concedido	Outros débitos	Garantias
Empresas coligadas:						
Bescleasing — Sociedade de Locação Financeira Mobiliária	8 621	—	—	6 459	62	—
Multiger — Sociedade de Gestão e Investimento Imobiliário	6 310	—	68	1 628	1 024	18
ESAF — Espírito Santo Fundos de Pensões	—	—	—	—	7	—
ESAF — Espírito Santo Fundos de Investimento Mobiliários ...	—	—	—	—	12	—
BES (Espanha) — Banco Espírito Santo	2 631	—	—	3 176	10 400	—
BESNAC — Banco Espírito Santo North America Capital Corporation	—	11 629	—	—	15 449	—
Euroges Factoring	2 183	—	62	600	47	—
Crediflash — Sociedade Financeira de Aquisição a Crédito	793	—	—	—	3	—
ESAF — Espírito Santo Activos Financeiros	—	2	—	—	19	—
ESAF — Espírito Santo Fundos de Investimento Imobiliários ...	—	6	—	—	—	—
ESGP — Espírito Santo Gestão de Patrimónios	—	—	—	—	2	—
	20 538	11 637	130	11 863	27 025	18

O Conselho de Administração: *António Luís Roquette Ricciardi*, presidente — *Alexandre de Azeredo Vaz Pinto*, vice-presidente — *Philippe Guiral*, vice-presidente — *Ricardo Espírito Santo Silva Salgado*, vogal — *Mário Mosqueira do Amaral*, vogal — *José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva*, vogal — *Anibal da Costa Reis de Oliveira*, vogal — *Jackson Behr Gilbert*, vogal — *Manuel de Magalhães Villas-Boas*, vogal — *Jean Marie Bruno Semonsu*, vogal — *Bernard Pierre Jean-Marie Brousse*, vogal — *Mário Martins Adegas*, vogal — *António José Baptista do Souto*, vogal — *Bruno Edouard Antoine Martin*, vogal — *Jorge Alberto Carvalho Martins*, vogal. — O Director do Departamento de Planeamento e Contabilidade, *Carlos dos Santos Moita*.

Certificação legal das contas

1 — *Introdução.* — Examinámos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas anexas do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, S. A., as quais compreendem os balanços em 31 de Dezembro de 1993, as demonstrações dos resultados e dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 1993 e as respectivas notas explicativas, documentos que evidenciam totais de balanço de 2 005 677 milhares de contos e 2 057 003 milhares de contos e totais de capitais próprios de 116 294 milhares de contos e 118 749 milhares de contos, respectivamente, incluindo resultados líquidos de 20 200 milhares de contos e 20 690 milhares de contos, respectivamente.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de critérios e políticas contabilísticas adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm, ou contêm, distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame inclui:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras;

A apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, e da aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade;

A apreciação da adequação da apresentação das demonstrações financeiras.

5 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião sobre aquelas demonstrações financeiras.

6 — *Opinião.* — Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam de forma ver-

dadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, S. A., em 31 de Dezembro de 1993, e o resultado das suas operações e dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos e outras disposições em vigor em Portugal para o sector bancário.

7 — *Ênfase.* — Sem afectar a opinião expressa no ponto anterior, chamamos a atenção para o facto de, conforme referido nas notas n.ºs 3.3, alínea j), e 25, bem como no nosso parecer sobre as demonstrações financeiras do exercício de 1992, o Banco está a cumprir um programa de cobertura das suas responsabilidades com pensões de reforma para além dos limites mínimos estabelecidos pelo Banco de Portugal, o que se traduz no reconhecimento, tão rápido quanto possível, das responsabilidades por serviços passados imputáveis a exercícios anteriores mas afectando a comparabilidade dos resultados líquidos obtidos em cada exercício. Dado que o acréscimo de cobertura verificado no exercício de 1993, resulta essencialmente de desvios actuariais positivos, nomeadamente entre as taxas de rendimento reais do fundo e as taxas utilizadas no estudo actuarial, o efeito da adopção daquela política contabilística não afectou os resultados do exercício de 1993.

23 de Fevereiro de 1994. — César Gonçalves, João Rodrigues & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *César A. R. Gonçalves*, revisor oficial de contas.

Relatório e parecer do conselho fiscal

1 — No exercício das funções do conselho fiscal, acompanhámos a evolução dos negócios do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, S. A., verificámos a regularidade dos seus livros e registos contabilísticos e da respectiva documentação, procedemos às inspecções físicas necessárias de bens e valores patrimoniais, vigiámos pela observância da lei e dos estatutos e inteiramo-nos dos actos do conselho de administração, o qual, no melhor espírito de colaboração, nos apresentou sempre as provas e os esclarecimentos solicitados. Analisámos também atentamente o relatório do conselho de administração e as contas do exercício de 1993, compreendendo os balanços, as demonstrações dos resultados, as demonstrações dos fluxos de caixa, individuais e consolidados e o anexo com as respectivas notas explicativas.

2 — Os termos da certificação legal das contas foram ponderados sob uma óptica legal e estatutária, como nos competia no âmbito das funções do conselho fiscal, tendo este documento recebido a nossa concordância.

3 — Analisámos também o relatório anual a que se refere o n.º 1 do artigo 452.º do Código das Sociedades Comerciais, emitido pela sociedade de revisores oficiais de contas membro deste conselho fiscal, tendo-se concluído que o seu conteúdo não afecta os documentos de prestação de contas do Banco.

4 — Nesta conformidade, considerámos que os documentos referidos nos pontos 1 e 2 acima, permitem no seu conjunto uma boa compreensão da situação financeira do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, S. A., em 31 de Dezembro de 1993, e dos seus resultados no exercício então findo, satisfazendo também as disposições legais e estatutárias aplicáveis. Como nos compete, exprimimos ainda a nossa concordância quanto aos critérios valorimétricos utilizados pelo Banco e que constam, na nota n.º 3 do anexo aos balanços e às demonstrações dos resultados. Assim, damos o nosso parecer no sentido de que:

1.º Sejam aprovados o relatório do conselho de administração e as contas referentes ao exercício de 1993;

2.º Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados de 1993 apresentada pelo conselho de administração.

5 — Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao conselho de administração e a todo o pessoal do Banco com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida no desempenho das nossas funções.

Lisboa, 23 de Fevereiro de 1994. — O Conselho Fiscal: *Jacques dos Santos*, presidente — *Joaquim de Almeida Freitas*, vogal — César Gonçalves, João Rodrigues & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, vogal, representada por *César A. R. Gonçalves*, revisor oficial de contas.

Relatório dos auditores independentes

1 — Examinámos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, S. A., que compreendem (i) os balanços em 31 de Dezembro de 1993 e 1992, as demonstrações dos resultados referentes aos exercícios então findos e as respectivas notas explicativas e (ii) as demonstrações dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1993. Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o plano de contas e outras disposições em vigor em Portugal para o sistema bancário e são da responsabilidade do conselho de administração. A nossa responsabilidade consiste em expressarmos uma opinião sobre essas demonstrações financeiras, com base no exame de auditoria que realizámos.

2 — O nosso exame foi realizado de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria; esses padrões profissionais requerem que o nosso exame seja planeado e realizado de forma a obtermos razoável segurança sobre se as demonstrações financeiras contêm, ou não, erros ou omissões considerados significativos no seu contexto. Um exame de auditoria inclui a verificação, por amostragem, do suporte documental, ou outro, dos valores e informações constantes das demonstrações financeiras; um exame de auditoria inclui, também, a apreciação dos princípios contabilísticos adoptados e da razoabilidade de estimativas significativas eventualmente feitas pela administração, bem como da apresentação global da informação constante das demonstrações financeiras. É nossa convicção que o exame que realizámos constitui uma base razoável para a nossa opinião.

3 — Conforme referido nas notas n.ºs 3.3, alínea f), e 25, o Banco está a cumprir um programa de cobertura das suas responsabilidades com pensões de reforma para além dos limites mínimos estabelecidos pelo Banco de Portugal, o que se traduz no reconhecimento, tão rápido quanto possível, das responsabilidades por serviços passados imputáveis a exercícios anteriores mas tem afectado a consistência e a comparabilidade dos resultados líquidos obtidos em cada exercício. Contudo, dado que o acréscimo percentual na cobertura dessas responsabilidades em 1993 resulta essencialmente de desvios actuariais positivos, nomeadamente entre as taxas de rendimento reais do fundo de pensões e as taxas utilizadas no estudo actuarial, a comparabilidade dos resultados de 1993 com os do exercício precedente não é afectada.

4 — Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima identificadas, preparadas com base no conceito do custo histórico, modificado pela reavaliação das imobilizações corpóreas de acordo com os critérios definidos na nota 3.3, alínea g), reflectem de forma verdadeira e apropriada a situação financeira individual e consolidada do

Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, S. A., em 31 de Dezembro de 1993 e 1992, bem como os resultados individuais e consolidados da sua actividade nos exercícios então findos e os fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 1993, em conformidade com os princípios contabilísticos e outras disposições em vigor em Portugal para o sistema bancário.

As principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adoptados na preparação das demonstrações financeiras anexas são resumidos na nota n.º 3 e, conforme referido no ponto 3 acima, excepto no que se refere ao reconhecimento das responsabilidades por serviços passados imputáveis a exercícios anteriores que afectaram a comparabilidade dos resultados do exercício de 1992 com os resultados de anos anteriores, foram aplicados de forma consistente em relação aos exercícios precedentes.

Lisboa, 23 de Fevereiro de 1994. — O Auditor, *Price Waterhouse*.

Relatório do auditor externo

1 — *Âmbito*. — Nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 341.º do Código do Mercado de Valores Mobiliários, apresentamos o nosso relatório de auditoria das contas e da situação financeira, que incide sobre a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, S. A. (Banco), e nos documentos de prestação de contas do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, S. A., e subsidiárias, os quais compreendem o relatório de gestão, os balanços em 31 de Dezembro de 1993, bem como as correspondentes demonstrações de resultados e de fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o respectivo anexo.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade da administração do Banco a elaboração da informação financeira contida nos documentos de prestação de contas.

A nossa responsabilidade como auditores externos consiste em verificar a informação financeira, designadamente o cumprimento, para todos os aspectos materialmente relevantes, dos princípios da suficiência, veracidade, objectividade e actualidade exigidos pelo Código do Mercado de Valores Mobiliários, com o objectivo de expressar uma opinião independente sobre a informação, baseada na nossa auditoria.

3 — *Exame efectuado*. — A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas e as Recomendação Técnicas da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeada e realizada uma revisão de forma a que se obtenha uma garantia razoável de que as demonstrações financeiras não contêm distorções de materialidade relevante.

Uma auditoria inclui, na base de amostragem, a verificação das evidências que suportam as quantias e informação divulgada nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas e julgamentos significativos da administração na preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

Uma auditoria inclui, igualmente, a verificação de as políticas contabilísticas serem adequadas, tendo em conta as circunstâncias, de ser válido o princípio de continuidade das operações e de ser adequada a apresentação das demonstrações financeiras. A nossa opinião abrange o relatório de gestão, tendo o nosso trabalho incluído a verificação da consistência de tal relatório com a restante informação financeira constante dos documentos de prestação de contas.

Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base razoável para a emissão da nossa opinião.

4 — *Ênfase*. — As demonstrações financeiras do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, S. A., e do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, S. A., e subsidiárias, em 31 de Dezembro de 1992, foram por nós auditadas e a nossa opinião sobre os mesmos encontra-se expressa no nosso relatório datado de 27 de Fevereiro de 1993, onde se referia o efeito na comparabilidade dos resultados líquidos obtidos em cada exercício, devido ao facto de o Banco estar a cumprir um programa de cobertura das suas responsabilidades com pensões de reforma para além dos limites mínimos estabelecidos pelo Banco de Portugal, o que se traduz no reconhecimento, tão rápido quanto possível, das responsabilidades por serviços passados imputáveis a exercícios anteriores [v. notas n.ºs 3.3, alínea f), e 25]. Dado que o acréscimo de cobertura verificado no exercício de 1993 resulta, essencialmente, de desvios actuariais positivos, nomeadamente entre as taxas de rendimento reais do fundo e as taxas utilizadas no estudo actuarial, o efeito da adopção daquela política contabilística não afectou os resultados do exercício de 1993.

5 — *Opinião sem reservas.* — Em nossa opinião, a informação financeira constante dos documentos de prestação de contas mencionados no ponto 1 acima:

i) Apresenta de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes a posição financeira do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, S. A., e do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, S. A., e subsidiárias em 31 de Dezembro de 1993, bem como os correspondentes resultados das suas operações e fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário (nota n.º 2);

ii) Satisfaz, em todos os aspectos materialmente relevantes, os princípios de suficiência, veracidade, objectividade e actualidade exigidos pelo Código do Mercado de Valores Mobiliários.

Lisboa, 23 de Fevereiro de 1994. — Magalhães, Neves & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Luís Augusto Gonçalves Magalhães*. 3000203552

PORTO

VILA DO CONDE

PROHOLDING — SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S. A.

Sede social: Gândara, Mindelo

Capital social: 1 600 000 000\$

Conservatória do Registo Comercial de Vila do Conde. Matrícula n.º 461/801001; identificação de pessoa colectiva n.º 500690740; inscrições n.ºs 17 e 18; números e data das apresentações: 30 e 31/28 de Abril de 1995.

João Baptista Martins Carneiro, segundo-ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Vila do Conde:

Certifica, para fins no disposto nos artigos 71.º e 72.º do Código do Registo Comercial, que as cópias anexas são a reprodução integral da acta n.º 6, de 31 de Março de 1995, do balanço analítico, demonstração dos resultados, anexo ao balanço e à demonstração dos resultados, certificação legal das contas, parecer do conselho fiscal e relatórios de auditores externos, respeitantes à prestação de contas consolidadas e não consolidadas do exercício de 1994.

Foram depositados os documentos na pasta respectiva.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Vila do Conde, 4 de Maio de 1995. — O Segundo-Ajudante, *João Baptista Martins Carneiro*.

Relatório e contas de 1994

Mensagem do administrador-delegado

O Grupo ProHolding constitui hoje um conjunto relativamente homogêneo de pequenas empresas, em torno de um núcleo industrial actuando nos sectores da química ligeira e da transformação de plásticos, e que detém posições de liderança em vários nichos de mercado.

Em relatórios anteriores fomos sucessivamente abordando o nosso entendimento sobre o papel da empresa-mãe e sobre a cultura comum aos actuais negócios do Grupo.

É altura de, com base na visão e vontade presentes, e no conjunto dos nossos valores essenciais, explicitar aquilo que julgamos saber fazer e conceptualizar as bases do nosso futuro próximo, de forma ambiciosa mas realista.

Qualquer hipótese de o Grupo vir a desempenhar um papel minimamente relevante no tecido empresarial que nos rodeia, implicará o aperfeiçoamento permanente da sua consciência colectiva sobre alguns pressupostos de sucesso, absolutamente imprescindíveis para se atingir tal objectivo (e aliás cada vez mais básicos para se poder sequer permanecer no negócio). São pressupostos que valem pelo seu conjunto, isto é, que pretendemos praticar em simultâneo, de forma coerente e integrada.

Em nosso entender eles incluem, pelo menos:

Uma política global de procura incessante de qualidade, na criação de valor, no serviço, nos produtos e nos processos, na postura e no posicionamento ético, criada, aferida e praticada por todos e por cada um dos membros do grupo, reconhecida e valorizada pelos nossos parceiros de negócio;

Um empenhamento obsessivo em oferecer um serviço integrado a clientes, em melhoria contínua, com objectivos quantificados e mensuráveis, e que antecipe e exceda permanentemente as suas expectativas e necessidades;

Uma preocupação a todos os níveis, em recrutar, formar, avaliar e fazer co-evoluir as pessoas no Grupo, os homens e mulheres que em cada dia optam por fazer parte deste clube, envolvendo-as em co-determinação do seu futuro e do futuro do Grupo. Isso implica investir continuamente no seu desenvolvimento técnico e social, mantendo a sua individualidade, e sobretudo promover a construção e afinação de visões partilhadas e bem interiorizadas sobre os valores, os objectivos, os procedimentos e todos os pequenos porquês das inúmeras decisões concretas que individualmente cada uma delas é chamada a assumir diariamente;

Uma inovação diferenciadora, investindo em novas tecnologias, novos produtos e novos processos, de melhor relação custo-*performance*, submetendo-os no tempo certo ao julgamento do mercado, canibalizando se necessário e sem piedade os actuais;

Uma responsabilidade social indeclinável perante as alterações que promovemos no ambiente que nos rodeia, e as condições de segurança e saúde em que as realizamos, de forma a não limitar (e se possível mesmo ampliar) as opções disponíveis para as gerações futuras;

A procura deliberada de um crescimento rápido, tanto orgânico como por aquisições, que permita melhorar globalmente a nossa competitividade na criação de valor, nomeadamente através da redução de custos unitários no *marketing*, na investigação, no aprovisionamento, nos processos de transformação de materiais e na logística. A experiência dos últimos anos mostra que melhorámos as nossas condições de exploração sempre que assim evoluímos;

E a internacionalização das nossas actividades, que permita alargar nos dois sentidos as áreas de cooperação com os nossos parceiros de negócios, quer absorvendo experiências, tecnologias e formas de organização mais avançadas, quer rentabilizando as que possuímos e nos interessa disponibilizar, quando se revelem adequadas a outras necessidades locais.

Desenvolveremos em seguida cada um destes factores de sucesso, procurando esclarecer para dentro e para fora do Grupo, algumas das ideias base que norteiam a nossa actuação.

1 — Qualidade

Uma cultura que permita questionar permanentemente as realidades e os procedimentos instalados é um pressuposto essencial do desenvolvimento das organizações, tanto em processos de melhoria contínua como na gestão atempada de descontinuidades. É sobretudo um problema de atitude, de procura criativa do óptimo em cada momento, de simultaneamente questionar a necessidade e os fundamentos (o valor) do que se faz, por que se faz e como se faz.

Um ambiente de qualidade total descentraliza responsabilidades e competências, promove o envolvimento de todas as pessoas a todos os níveis nos fundamentos do negócio e vai galgando sucessivamente objectivos cada vez mais ambiciosos, promovendo o espírito de equipa e a dinâmica de sucesso.

Um sistema eficaz de garantia da qualidade responde às necessidades e expectativas dos clientes e simultaneamente protege os interesses da empresa, aumenta os benefícios, reduz custos e reduz riscos para todos os intervenientes.

A certificação do sistema de garantia da qualidade de uma empresa (com base nas normas da série ISO 9000 ou equivalentes) é já em muitos casos um requisito-base imprescindível para se poder sequer ser considerado potencial fornecedor, e esta tendência generalizar-se-á rapidamente até ao fim do século.

A curto prazo porém continua a ser uma vantagem comparativa em muitos negócios, e deve portanto ser prosseguida e considerada como tal.

O Grupo começou já a ver reconhecidos os resultados da política de qualidade que adoptou em tempo útil. A Proadec — Produtos Químicos viu o seu sistema de qualidade ser certificado segundo a norma NP EN 29002 (ISO 9002), em Janeiro de 1995, enquanto a Isar-Rakoll prevê que o mesmo ocorra ainda na primeira metade deste ano. Ambas